JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2026.04.17 05:54:31 -03'00'

Diário do Acionista

ANO X • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sexta-feira, 17 de abril de 2026 • Nº 2280 • R$ 1,00
www.diariodoacionista.com.br

Especial

Investimento em tecnologia amplia retorno econômico

PÁGINA 16

IBC-Br

Atividade econômica cresce 0,6% em fevereiro

A atividade econômica brasileira teve crescimento em fevereiro deste ano, de acordo com dados divulgados ontem pelo Banco Central (BC). O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) subiu 0,6% em fevereiro em relação ao mês anterior, considerando os dados dessazonalizados (ajustados para o período). As altas foram de 0,2% na agropecuária, 1,2% na indústria e 0,3% em serviços. Já na comparação com fevereiro de 2025, houve recuo de 0,3%, sem ajuste para o período, já que a comparação é entre meses iguais. Em 12 meses acumulados até fevereiro deste ano, o índice acumula uma alta de 1,9%. O IBC-Br é uma forma de avaliar a evolução o ritmo da economia do país e incorpora informações sobre o nível de atividade na indústria, comércio e serviços e agropecuária, além do volume de impostos. PÁGINA 2

Risco anormal

Banco Central decreta liquidação da Cooperativa de Crédito Creditag

O Banco Central (BC) decretou, ontem, a liquidação extrajudicial da Cooperativa de Crédito, Poupança e Serviços Financeiros - Creditag. A medida foi motiva pelo grave comprometimento da situação econômico-financeira da instituição. De acordo com o BC, o cenário sujeitou os credores quirografários da Creditag a um "risco anormal". O credor quirografário é aquele que não tem garantia real da dívida, cujo crédito é baseado em contratos simples, como exemplo, notas promissórias, cheques sem garantia e contratos de prestação de serviços. A Creditag é cooperativa de crédito independente de pequeno porte. PÁGINA 2

Decisão do STF

Piso nacional deve ser pago a professores temporários

Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem que professores temporários da rede pública de estados e municípios têm direito ao pagamento do piso salarial nacional do magistério público, atualmente em R$ 5.130,63. Com a decisão, a Corte reconheceu que professores temporários e efetivos da rede pública devem receber o piso. Antes da decisão, somente os efetivos tinham o direito garantido. A decisão foi motivada por um recurso protocolado por uma professora temporária de Pernambuco que recorreu à Justiça para que fosse reconhecido o direito ao recebimento do piso. De acordo com o processo, ela recebia cerca de R$ 1,4 mil para cumprir uma carga horária de 150 horas mensais. PÁGINA 15

Caso Master

RAFAEL LAVENÉRE/BRB

Ex-presidente do BRB acertou propina de R$ 146 milhões

O ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa (**foto**) teria combinado com o dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, o recebimento de propina estimada em R$ 146,5 milhões. A informação consta na decisão do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), que autorizou a prisão de Costa realizada ontem pela Polícia Federal, na quarta fase da Operação Compliance. O valor seria recebido por meio de quatro imóveis de alto padrão em São Paulo e dois em Brasília. A Polícia Federal disse ter rastreado, até o momento, o pagamento de ao menos R$ 74 milhões. O restante da propina só não teria sido pago em razão de Vorcaro ter descoberto a abertura de procedimento investigatório na PF justamente sobre os pagamentos feitos a Costa. Segundo os investigadores, o banqueiro travou os repasses após ser informado sobre tal procedimento sigiloso. Ainda segundo a PF, Vorcaro recebeu de seu funcionário Felipe Mourão, em 24 de junho de 2025, uma cópia da investigação, por meio do aplicativo WhatsApp. A data é posterior à interrupção dos pagamentos, feita em maio, mas Mendonça deu crédito à versão da PF. PÁGINA 15

Segurança pública

SP coloca 1ª mulher no comando-geral da PM

A coronel Glauce Anselmo Cavalli foi nomeada pelo governador Tarcísio de Freitas, ontem, para assumir o comando-geral da Polícia Militar. Pela primeira vez em quase dois séculos de existência, a corporação será liderada por uma mulher. O ato foi publicado na edição do Diário Oficial do Estado desta quinta-feira. "A coronel Glauce construiu uma trajetória sólida na Polícia Militar, com formação de excelência, liderança reconhecida e ampla experiência em funções operacionais, estratégicas e de gestão. Foi destaque desde a formação e seguiu acumulando responsabilidades ao longo da carreira, sempre com alto nível técnico. PÁGINA 13

Caso Henry

PGR pede ao STF volta de Monique à prisão

A Procuradoria-Geral da República (PGR) manifestou-se ao Supremo Tribunal Federal (STF), na quarta-feira passada, para que determine o retorno à prisão de Monique Medeiros, acusada no caso Henry Borel e mãe da criança assassinada. A PGR corrobora a reclamação encaminhada à Corte por Leniel Borel, assistente de acusação e vítima direta dos crimes que resultaram na morte de seu filho, Henry Borel. O documento da PGR encaminhado ao ministro Gilmar Mendes reconhece que o relaxamento da prisão de Monique pelo 2º Tribunal do Júri, em março, "importa em violação à autoridade das decisões do Supremo Tribunal Federal que, em análise de mérito para o mesmo caso, restabeleceram a segregação para garantia da ordem pública e conveniência da instrução". Na manifestação, a PGR observa que "a aferição de excesso de prazo não se reduz a critério puramente aritmético, devendo observar o princípio da razoabilidade". PÁGINA 16

INDICADORES

IBOVESPA 0,33% / 656,62 / 198.657,33 / Volume: 33.255.133.146 / Negócios: 4.091.030

Mais Negociados

	Preço	%	Oscil.
PETR4	47,88	–3,82	–1,90
ITSA4	14,83	+0,82	+0,12
B3SA3	19,68	+2,18	+0,42
COGN3	3,28	+4,79	+0,15
BBDC4	20,78	+0,92	+0,19

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
BOBR4	1,44	+22,03	+0,26
EQPA5	12,00	+19,28	+1,94
TPIS3	10,69	+18,91	+1,70
AMER3	7,24	+15,65	+0,98
PMAM3	0,64	+14,29	+0,08

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
MAPT4	3,10	–19,90	–0,77
SEQL3	0,140	–12,50	–0,020
CEGR3	32,91	–11,22	–4,16
BRSR6	16,80	–11,16	–2,11
BRSR5	17,54	–7,68	–1,46

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	48.535,99	+0,66
S&P 500	6.967,38	+1,18
NASDAQ Composite	23.639,083	+1,96
Nasdaq 100	25.841,995	+1,81
Euronext 100	1.846,36	+0,89
CAC 40	8.327,86	+1,12

Salário mínimo	R$ 1.621,00	**IGP-M**	0,52% (mar.)	**EURO turismo**	
Ufir-RJ	R$ 4,9604	**IPCA**	0,88% (mar.)	Compra: 5,9583	Venda: 6,1383
Taxa Selic		**CDI**		**DÓLAR Ptax - BC**	
(18/03)	14,75%	(18/03)	14,65%	Compra: 4,9806	-0,87%
TR		**OURO**		**DÓLAR comercial**	
(15/04)	0,1712%	BM&F/grama/RJ	R$ 780,18	Compra: 4,9928	Venda: 4,9934
Poupança		**EURO Comercial**		**DÓLAR turismo**	
15/04)	0,6721%	Compra: 5,8875	Venda: 5,8881	Compra: 5,0135	Venda: 5,1935

MERCADOS

Bovespa tem 2º dia de correção, em baixa de 0,46%, a 196 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) seguiu em correção moderada pela segunda sessão, lutando ontem, ao menos pelo nível de 197 mil pontos, sem conseguir defendê-lo no fechamento, em baixa de 0,46%, aos 196.818,59. Assim, afasta-se um pouco mais do recorde de encerramento de 14 de abril, então aos 198,6 mil, permanecendo a cerca de 1,8 mil pontos daquele patamar. Na mínima desta quinta, o índice da B3 foi aos 196.353,98 pontos, saindo de abertura a 197.737,89 pontos e alcançando, na máxima da sessão, os 198.586,57 pontos. Após o vencimento de opções na quarta, quando chegou a R$ 81 bilhões, o giro ficou em R$ 30,6 bilhões. Na semana, o Ibovespa (Índice Bovespa) cai 0,26%, mas ainda sustenta alta de quase 5% (4,99%) no mês, avançando 22,15% no ano.

No exterior, os mercados tiveram reação neutra ao anúncio do presidente dos EUA, Donald Trump, de que Israel e Líbano concordaram com um cessar-fogo de 10 dias a partir desta quinta-feira.

Em Nova York, os principais índices de ações fecharam em altas de 0,24% (Dow Jones), 0,26% (S&P 500) e 0,36% (Nasdaq), em dia de avanço nos rendimentos dos Treasuries, acompanhado, no Brasil, pela curva do DI. Tanto o amplo S&P 500 como o tecnológico Nasdaq renovaram máximas de fechamento.

Em Nova York e Londres, os contratos futuros de petróleo mais líquidos do WTI e do Brent tiveram alta de 3,72% e de 4,7%, respectivamente, o que deu impulso à recuperação das ações de Petrobras na sessão, em avanço de 4,19% na ON e de 3,58% na PN. Vale ON, por outro lado, cedeu 1,13%. Entre as demais blue chips, o desempenho foi misto nos maiores bancos, com variações entre -0,7% (Santander Unit) e +0,7% (Bradesco ON) entre as principais instituições.

No mercado da commodity, o avanço nos preços nesta quinta-feira decorreu da falta de sinais concretos de avanço nas negociações entre EUA e Irã e do aumento do ceticismo em relação às declarações do presidente Donald Trump, de que o conflito se encerraria em breve. Neste contexto, na ponta ganhadora da sessão na B3, além das duas ações de Petrobras, destaque também para outro nome do setor de energia, Prio (+1,68%), à frente de Braskem (+1,3%). No lado oposto, Assaí (-8,66%), Lojas Renner (-3,53%) e RD Saúde (-3,37%).

DÓLAR

Após trabalhar acima da linha de R$ 5,00 em boa parte do pregão, o dólar perdeu força na reta final dos negócios e fechou cotado a R$ 4,9929 (+0,01). A avaliação é a de que faltam gatilhos que detonem apostas em mais uma onda de apreciação do real após o dólar ter furado o piso de R$ 5,00.

A variação positiva de 0,01% do dólar nesta quinta-feira, 16, veio após uma sequência de seis pregões consecutivos de queda da moeda americana. A divisa já recua 0,37% na semana e 3,59% no mês. No ano, as perdas são de 9,04%.

IBC-BR

Atividade econômica cresce 0,6% em fevereiro

ANDREIA VERDÉLIO/A BRASIL

A atividade econômica brasileira teve crescimento em fevereiro deste ano, de acordo com dados divulgados ontem pelo Banco Central (BC). O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) subiu 0,6% em fevereiro em relação ao mês anterior, considerando os dados dessazonalizados (ajustados para o período).

As altas foram de 0,2% na agropecuária, 1,2% na indústria e 0,3% em serviços.

Já na comparação com fevereiro de 2025, houve recuo de 0,3%, sem ajuste para o período, já que a comparação é entre meses iguais. Em 12 meses acumulados até fevereiro deste ano, o índice acumula uma alta de 1,9%.

O IBC-Br é uma forma de avaliar a evolução o ritmo da economia do país e incorpora informações sobre o nível de atividade na indústria, comércio e serviços e agropecuária, além do volume de impostos.

O índice ajuda o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC a tomar decisões sobre os juros básicos da economia, a Taxa Selic, definida atualmente em 14,75% ao ano. A Selic é o principal instrumento do BC para alcançar a meta de inflação.

PIB

Divulgado mensalmente, o IBC-Br emprega metodologia diferente da utilizada para medir o Produto Interno Bruto (PIB), que é o indicador oficial da economia brasileira divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo o BC, o índice "contribui para a elaboração de estratégia da política monetária" do país, mas "não é exatamente uma prévia do PIB."

O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país. Em 2025, a economia brasileira cresceu 2,3%, com expansão em todos os setores e destaque para a agropecuária, o resultado representa o quinto ano seguido de crescimento.

RISCO ANORMAL

Banco Central decreta liquidação extrajudicial da cooperativa Creditag

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O Banco Central (BC) decretou, ontem, a liquidação extrajudicial da Cooperativa de Crédito, Poupança e Serviços Financeiros - Creditag. A medida foi motiva pelo grave comprometimento da situação econômico-financeira da instituição.

De acordo com o BC, o cenário sujeitou os credores quirografários da Creditag a um "risco anormal". O credor quirografário é aquele que não tem garantia real da dívida, cujo crédito é baseado em contratos simples, como exemplo, notas promissórias, cheques sem garantia e contratos de prestação de serviços.

A Creditag é cooperativa de crédito independente de pequeno porte que, segundo o BC, em dezembro de 2025, detinha aproximadamente 0,0000226% do ativo total do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Como exemplo, as quatro maiores instituições do país concentram 54,7% dos ativos totais do SFN. De acordo com o relatório de Estabilidade Financeira do BC, de abril de 2025, a Caixa aparece em primeiro lugar, com 15,1%, seguida do Banco do Brasil (14,9%), Itaú (13,6%) e Bradesco (11,1%).

A liquidação extrajudicial é um regime especial de intervenção decretado pelo BC para retirar instituições financeiras inviáveis do SFN de forma organizada. A medida ocorre sem intervenção judicial direta, visando a proteger depositantes e credores quando a instituição enfrenta insolvência grave, má gestão ou fraudes.

Nos termos da lei, com a liquidação, os bens dos ex-administradores da cooperativa ficam indisponíveis.

O BC informou que continuará tomando todas as medidas cabíveis, dentro de suas competências, para apurar as responsabilidades da crise na Creditag. O resultado poderá levar à aplicação de sanções administrativas e a comunicação às autoridades competentes, se aplicáveis.

ORÇAMENTO

PLDO prevê déficit das estatais federais de R$ 7,5 bilhões em 2027

FLÁVIA SAID/AE

O governo federal indicou no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2027 que as empresas estatais federais devem ter déficit em todos os próximos quatro anos projetados. Os valores estimados para o resultado primário das estatais federais indicam um aumento gradual do déficit projetado para 2027, exercício em que é esperado o maior déficit - superior aos valores apurados nos últimos três exercícios -, e queda nos anos de 2028 e 2029, com pequeno aumento em 2030.

Os resultados projetados para as estatais nos próximos anos são: déficit de R$ 7,5 bilhões em 2027; déficit de R$ 6,1 bilhões em 2028; negativo em R$ 5 bilhões em 2029; e negativo em R$ 5,7 bilhões em 2030. Os números constam

Em 2023, o déficit das estatais federais alcançou R$ 656 milhões, abaixo da meta estabelecida, de déficit de R$ 3 bilhões O resultado mais favorável decorreu, principalmente, do desempenho do conjunto das empresas do Grupo ENBPar, da Infraero, da Hemobras e da APS (Porto de Santos), que compensaram a piora observada nos Correios e na Emgea.

Em 2024, o déficit primário foi de R$ 6,7 bilhões, também inferior à meta de R$ 7,3 bilhões. Contribuíram para esse desempenho as empresas Emgepron, APS e CDRJ, que juntas apresentaram variação positiva de R$ 2,2 bilhões em relação ao valor inicialmente estimado. Em sentido oposto, as empresas Infraero, Serpro e Hemobras registraram resultados inferiores ao programado, totalizando diferença negativa de R$ 1,3 bilhão.

O déficit primário atingiu R$ 5,1 bilhões no exercício de 2025, novamente abaixo da meta da LDO de déficit de R$ 6,2 bilhões. Esse desempenho foi impulsionado pelo conjunto formado por Correios, SPA, CDP e CMB, que geraram variação positiva de R$ 2,9 bilhões frente à estimativa inicial. Por outro lado, Emgepron, Infraero e Dataprev apresentaram diferenças negativas relevantes, somando R$ 1,8 bilhão em relação ao valor programado

RISCO FISCAL

No documento enviado ao Congresso Nacional, o governo coloca que, no que se refere às estatais federais não dependentes, o risco fiscal está relacionado a eventual frustração de receita de dividendos e juros sobre capital próprio (JCP), aporte emergencial da União para empresas com dificuldades e necessidade de esforço fiscal adicional para compensar o resultado primário das estatais. O fluxo estimado de receita de dividendos é de R$ 54,6 bilhões em 2026 e R$ 33,5 bilhões em 2027.

Número

R$ 7,5 bi

Será o déficit das estatais federais em 2027, diminueindo em 2028 e 2029

Segundo o governo, a desconsideração, na meta de déficit primário, das despesas destinadas ao Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) pelas estatais federais, no limite de até R$ 5 bilhões, bem como das despesas do Programa de Dispêndios Globais (PDG) das empresas que possuam plano de reequilíbrio econômico-financeiro aprovado e vigente, até o limite de R$ 10 bilhões, são medidas que contribuem para minimizar o risco de um eventual descumprimento de meta.

"Também pode ser apontado o histórico recente de comportamento do resultado primário anual realizado, que no encerramento dos últimos três exercícios ficou dentro da meta estabelecida, o que indica uma adequada gestão do PDG para cumprir as metas", diz o governo. "No entanto, para os anos de 2026 e 2027, pode ser considerado possível o risco de descumprimento da meta se medidas de reequilíbrio não forem bem-sucedidas".

Por fim, o governo destacou que empresas estatais dependem de sua performance para o atingimento das expectativas de resultado primário e que mudanças no cenário econômico podem alterar os resultados.

EXCEÇÕES

Na quarta-feira, o ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, disse que a meta de resultado primário das empresas estatais em 2027 vai levar em conta as mesmas exceções previstas para 2026, inclusive gastos de até R$ 10 bilhões para empresas em reestruturação.

"O nosso entendimento é de que uma empresa que faz o processo de reequilíbrio econômico-financeiro, ainda que o primeiro efeito seja fazer um conjunto de despesas, ela está contratando um reequilíbrio para a frente, que inclusive a retira da dependência do Tesouro, que, a nosso ver, é algo fundamental", disse.

A retirada desses gastos de R$ 10 bilhões da meta das estatais foi aprovada para 2026 com o objetivo de beneficiar os Correios, que passam pela maior crise da sua história e que é a única empresa federal que tem plano de reequilíbrio econômico-financeiro aprovado e vigente. Se isso não fosse feito, o governo provavelmente teria de mudar a meta das estatais para este ano.

DURIGAN

Brasil está em 'posição forte' para enfrentar choque global de energia

ALINE BRONZATI/AE

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que o Brasil está em uma "posição forte" para enfrentar os choques globais de preços de energia que vieram a reboque da guerra com o Irã. A defesa foi feita em posição enviada ao Comitê Monetário e Financeiro Internacional (IMFC, na sigla em inglês), durante as reuniões de primavera do Fundo Monetário Internacional (FMI), em Washington, nos Estados Unidos.

"A economia brasileira encontra-se em posição robusta para lidar com os efeitos significativos do choque global nos preços de energia", disse Durigan, no documento.

Segundo ele, a inflação tem convergido para a meta, respondendo a uma postura monetária restritiva e permitindo ao Banco Central (BC) iniciar um ciclo de flexibilização no País.

Durigan também reforçou, ao Comitê do FMI, que a autoridade continuará perseguindo a estabilidade de preços. O documento, geralmente, é escrito pelo ministro da Fazenda, mas também tem a participação do presidente do BC, Gabriel Galípolo.

"O Banco Central continuará a perseguir seu mandato de estabilidade de preços, assegurando, simultaneamente, a estabilidade financeira e buscando suavizar flutuações da atividade econômica e promover o pleno emprego", reforçou Durigan.

Quanto aos impactos da guerra, o ministro disse que a elevação dos preços internacionais do petróleo tende a ampliar o superávit comercial do Brasil, contribuindo para maiores exportações líquidas. No ano passado, petróleo e derivados responderam por cerca de 16% do valor total das exportações brasileiras e aproximadamente 8% das importações, resultando em saldo líquido positivo próximo a US$ 32 bilhões, conforme ele.

Durigan destaca ainda que investimentos contínuos em fontes renováveis de energia e biocombustíveis resultaram em uma matriz energética distintamente "robusta e limpa", reforçando a resiliência da economia brasileira.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

ACESSE NOSSO SITE

BEMISA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 00.514.998/0001-42

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras acompanhadas das notas explicativas e do parecer dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Nesse sentido, cumpre-nos destacar as informações relevantes da Companhia e de sua administração durante o ano de 2025. A Companhia, anteriormente denominada como Elétron S.A., teve sua razão social alterada em 01 de setembro de 2025 para a atual denominação. Em 01 de dezembro de 2025 foi aprovada a incorporação da Bemisa Holding S.A. pela Companhia, mediante a absorção do patrimônio da Bemisa Holding S.A., com o aumento de capital que foi totalmente subscrito e integralizado pelos acionistas e também pela absorção das reservas de capital e de lucros da Bemisa Holding S.A., sendo esta reorganização societária de controle comum, em que ambas as entidades eram controladas diretamente pelo mesmo acionista. Após a incorporação da Bemisa Holding S.A., a Companhia, sendo a entidade sucessora desta organização, passou a controlar todos os negócios relacionados a pesquisa mineral com prospecção, exploração, desenvolvimento de lavra, industrialização, comercialização e exportação de bens minerais, prestação de serviços de transporte ferroviário de carga, bem como participação em outras Companhias. Como parte dessa reorganização societária, a Companhia incorporou os projetos de pesquisa mineral da Bemisa Holding S.A., assim como a operação da mina de minério de ferro denominada de Complexo Baratinha, que compreendem as Minas de Baratinha e de Mongais localizadas no município de Antônio Dias, estado de Minas Gerais. Durante o exercício de 2025, a Companhia deu continuidade ao seu plano de consolidação das Minas de Baratinha e de Mongais, bem como realizou trabalhos de pesquisa de seus outros projetos, como parte de seu plano de prospecção e desenvolvimento seus projetos minerários, conforme os padrões internacionalmente aceitos, além de desenvolver processos complementares para adequação dos produtos às necessidades dos clientes. As atividades da Companhia e de suas investidas, a serem realizadas durante o ano de 2026, poderão ser suportadas por aporte de recursos de seus acionistas e/ou de terceiros em complemento à geração de caixa de suas operações e de suas investidas, se necessário. A evolução de suas operações e os principais fatos ocorridos neste exercício poderá ser examinada através das próprias Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas. Colocamo-nos à disposição de V. Sas., para quaisquer esclarecimentos adicionais. Rio de Janeiro, 01 de abril de 2026. **A ADMINISTRAÇÃO**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 1 de janeiro de 2024 *(Em milhares de reais)*

	Nota	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024 (Reapresentado)	Controladora 1/1/2024 (Reapresentado)	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024 (Reapresentado)	Consolidado 1/1/2024 (Reapresentado)
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	6	195.037	95.238	73.400	231.217	109.266	83.910
Contas a receber	7	122.575	108.228	96.240	123.792	108.941	96.240
Estoque	8	13.409	12.207	9.016	14.040	12.207	9.016
Adiantamentos	9	10.764	9.683	2.238	19.694	9.692	2.242
Impostos a recuperar	10	29.589	16.371	8.574	33.938	16.888	8.615
Impostos sobre a renda a recuperar	28	53	249	1.425	128	274	1.428
Despesas antecipadas		5.037	7.340	3.336	5.670	7.853	3.837
Dividendos a receber		4.541	1.086	223	-	-	-
Outros créditos		129	272	265	531	989	265
Total do ativo circulante		**381.134**	**250.674**	**194.717**	**429.010**	**266.110**	**205.553**
Não circulante							
Adiantamentos	9	5.775	6.339	6.204	6.983	6.334	6.204
Impostos a recuperar	10	2.199	-	-	2.199	-	-
Despesas antecipadas		477	205	172	477	548	990
Outros créditos		6	6	-	6	6	-
Depósitos judiciais	11	123.328	82.403	75.465	123.329	82.403	75.465
Impostos diferidos	28	110.380	4.979	-	110.380	4.979	-
Investimentos	12	172.808	57.642	50.452	-	-	-
Propriedade para investimento	13	-	-	-	10.845	10.845	10.845
Imobilizado	14	336.945	255.071	205.472	425.781	264.918	212.518
Intangível	15	348.779	357.537	291.810	411.872	379.877	314.150
Direito de uso	16	33.903	48.711	76.528	36.604	55.013	86.431
Total do ativo não circulante		**1.134.600**	**812.893**	**706.103**	**1.128.476**	**804.923**	**706.603**
Total do ativo		**1.515.734**	**1.063.567**	**900.820**	**1.557.486**	**1.071.033**	**912.156**

	Nota	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024 (Reapresentado)	Controladora 1/1/2024 (Reapresentado)	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024 (Reapresentado)	Consolidado 1/1/2024 (Reapresentado)
Passivo							
Circulante							
Empréstimos e financiamentos	17	4.556	4.808	2.049	4.556	4.808	2.049
Fornecedores	18	58.488	45.467	39.965	65.982	44.227	40.894
Salários e encargos	19	34.055	27.225	20.606	35.341	27.517	20.739
Impostos a recolher	20	15.209	16.553	13.759	16.710	17.392	13.879
Impostos sobre a renda a recolher	28	5.374	3.231	5.581	7.275	4.794	6.584
Dividendos/JCP a pagar	23	24.889	38.259	33.381	24.889	38.259	33.381
Obrigações a pagar	21	1.787	5.691	7.152	10.854	5.691	7.152
Provisão para desmobilização de ativos	22	1.501	750	-	1.501	750	-
Passivo de arrendamento	16	37.000	28.189	24.531	39.661	31.540	27.669
Total do passivo circulante		**182.859**	**170.173**	**147.024**	**206.769**	**174.978**	**152.347**
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	17	156.282	84.373	62.858	156.282	84.373	62.858
Impostos a recolher	20	122.219	75.870	69.775	122.219	75.870	69.775
Outras obrigações	21	-	-	2.044	-	-	2.044
Impostos diferidos	28	-	-	2.001	-	-	2.001
Provisão para contingências	29	-	-	169	-	-	169
Provisão para desmobilização de ativos	22	37.767	35.306	22.227	55.609	35.306	22.227
Passivo de arrendamento	16	2.003	24.981	53.373	2.003	27.642	59.386
Total do passivo não circulante		**318.271**	**220.530**	**212.447**	**336.113**	**223.191**	**218.460**
Patrimônio líquido	23						
Capital social		62.600	62.600	62.600	62.600	62.600	62.600
Reserva de capital		117.435	117.435	117.435	117.435	117.435	117.435
Reserva de lucro		834.569	492.829	361.314	834.569	492.829	361.314
Total do patrimônio líquido		**1.014.604**	**672.864**	**541.349**	**1.014.604**	**672.864**	**541.349**
Total do passivo		**1.515.734**	**1.063.567**	**900.820**	**1.557.486**	**1.071.033**	**912.156**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024 (Reapresentado)	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024 (Reapresentado)
Receitas líquida de venda	24	1.268.120	968.185	1.274.076	967.594
Custo do produto vendido	25	(420.065)	(268.411)	(446.478)	(292.804)
Lucro bruto		**848.055**	**699.774**	**827.598**	**674.790**
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	26	(332.038)	(285.076)	(295.454)	(251.706)
Equivalência patrimonial	12	11.261	4.185	-	-
Outras despesas/receitas operacionais		(1.270)	(864)	(676)	(890)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**526.008**	**418.019**	**531.468**	**422.194**
Resultado financeiro	27				
Receitas financeiras		42.233	24.976	45.507	25.976
Despesas financeiras		(40.551)	(25.225)	(40.936)	(25.735)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**527.690**	**417.770**	**536.039**	**422.435**
Imposto de renda e contribuição social corrente	28	(156.686)	(116.129)	(165.035)	(120.794)
Imposto de renda e contribuição social diferido	28	105.400	6.981	105.400	6.981
Lucro líquido do exercício		**476.404**	**308.622**	**476.404**	**308.622**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Lucro líquido do exercício	476.404	308.622	476.404	308.622
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	**476.404**	**308.622**	**476.404**	**308.622**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de Lucros – Legal	Reservas de Lucros – Lucros a distribuir	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**30.801**	**-**	**-**	**-**	**(20.427)**	**10.374**
Ajustes de incorporação no saldo de abertura (nota 3)	31.799	117.435	6.161	355.153	20.427	530.975
Saldos em 1 de janeiro de 2024 (Reapresentado)	**62.600**	**117.435**	**6.161**	**355.153**	**-**	**541.349**
Distribuição de dividendos complementares de 2023	-	-	-	(100.050)	-	(100.050)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	308.622	308.622
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(35.318)	(35.318)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	(3.480)	(3.480)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(38.259)	(38.259)
Destinação da reserva legal	-	-	199	-	(199)	-
Destinação da reserva lucros a distribuir	-	-	-	231.366	(231.366)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (Reapresentado)	**62.600**	**117.435**	**6.360**	**486.469**	**-**	**672.864**
Distribuição de dividendos complementares de 2024	-	-	-	(62.640)	-	(62.640)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	476.404	476.404
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(52.235)	(52.235)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(19.789)	(19.789)
Destinação da reserva legal	-	-	6.160	-	(6.160)	-
Destinação da reserva lucros a distribuir	-	-	-	398.220	(398.220)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**62.600**	**117.435**	**12.520**	**822.049**	**-**	**1.014.604**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024 (Reapresentado)	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	476.404	308.622	476.404	308.622
Ajustes ao lucro do exercício:				
Resultado de equivalência patrimonial	(11.261)	(4.185)	-	-
Depreciação do ativo imobilizado	40.386	28.917	41.554	29.770
Amortização do ativo intangível	5.578	2.097	5.578	2.097
Amortização de direito de uso	39.797	27.554	43.398	31.155
Juros sobre empréstimos e financiamentos	8.418	4.771	8.418	4.771
Provisão direito de uso	-	87	-	87
Reversão provisão desmobilização de ativos	-	(3.603)	-	(3.603)
Reversão de impairment Canabrava	(7.713)	-	(7.713)	-
Juros sobre arrendamento mercantil	9.410	9.972	9.705	10.480
Perda na baixa do ativo imobilizado e intangível	3.643	1.656	3.993	1.659
Atualização monetária desmobilização de ativos	3.212	664	3.212	664
Atualização monetária de depósitos judiciais	(17.615)	(6.406)	(17.615)	(6.406)
Impostos correntes	156.686	116.129	165.035	120.794
Impostos diferidos	(105.400)	(6.980)	(105.400)	(6.980)
(Aumento) / redução de ativos operacionais e aumento / (redução) de passivos operacionais				
Contas a receber	(14.347)	(11.988)	(14.851)	(12.701)
Estoques	(1.202)	(3.191)	(1.833)	(3.191)
Adiantamentos	(1.893)	(7.580)	(10.651)	(7.580)
Impostos a recuperar	(15.417)	(5.445)	(19.249)	(5.965)
Impostos sobre a renda a recuperar	196	(1.176)	146	(1.154)
Despesas antecipadas	2.031	(4.037)	2.254	(3.574)
Depósitos Judiciais	(23.310)	(532)	(23.311)	(532)
Outros créditos	144	(13)	457	(730)
Fornecedores	13.021	5.503	21.755	3.334
Salários e encargos a pagar	6.830	6.619	7.824	6.778
Obrigações fiscais – tributos com exigibilidade suspensa	28.733	6.095	28.733	6.095
Impostos a recolher	16.272	(2.794)	16.934	(3.078)
Impostos sobre a renda a recolher	-	3.231	340	4.794
Obrigações a pagar	(3.904)	(3.505)	(3.837)	(3.505)
Provisão para contingência	-	(169)	-	(169)
Impostos pagos sobre o lucro	(154.545)	(116.122)	(162.894)	(120.787)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**454.154**	**344.191**	**468.386**	**351.145**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado	(131.358)	(66.745)	(188.218)	(67.061)
Aquisição/Aumento investimentos	(76.750)	(750)	-	-
Aquisição de ativo intangível	(12.886)	(67.824)	(21.210)	(67.824)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(220.994)**	**(135.319)**	**(209.428)**	**(134.885)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	75.960	25.581	75.960	25.581
Pagamento de empréstimo e financiamentos	(12.721)	(6.078)	(12.721)	(6.078)
Recebimento de dividendos	-	223	-	-
Dividendos e JCP pagos	(148.034)	(172.230)	(148.034)	(172.230)
Contraprestação de arrendamento	(48.566)	(34.530)	(52.212)	(38.177)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(133.361)**	**(187.034)**	**(137.007)**	**(190.904)**
Aumento/(redução) de caixa e equivalente de caixa	**99.799**	**21.838**	**121.951**	**25.356**
Caixa e equivalente de caixa da Companhia no início do exercício	95.238	73.400	109.266	83.910
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	195.037	95.238	231.217	109.266
Aumento/(Redução) de caixa e equivalente de caixa	**99.799**	**21.838**	**121.951**	**25.356**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas *(Em milhares de Reais)*

1 Contexto operacional: A Bemisa Participações S.A. (“Bemisa Participações” ou “Companhia”), anteriormente denominada como Elétron S.A., possui como sede a Avenida Presidente Wilson nº 231, sala 2303 e 2304, (parte)–Rio de Janeiro. A Companhia tem como objeto social a pesquisa mineral com prospecção, exploração, desenvolvimento de lavra, industrialização, comercialização e exportação de bens minerais, a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga, bem como participação em outras Companhias, na condição de acionista ou sócia quotista. Em 1 de setembro de 2025 foi aprovada alteração da denominação social da Companhia de “Elétron S.A”. para “Bemisa Participações S.A”. O controle da Companhia é exercido pelo Opportunity Holding Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Resp. Lim., que detém 99,99% das ações ordinárias. Em 1 de dezembro de 2025 foi aprovada a incorporação da Bemisa Holding S.A. (“Bemisa Holding”) pela Companhia, mediante a absorção do patrimônio da Bemisa Holding, com o aumento de capital que foi totalmente subscrito e integralizado pelos acionistas e também pela absorção das reservas de capital e de lucros da Bemisa Holding, sendo esta reorganização societária de controle comum, em que ambas as entidades eram controladas diretamente pelo mesmo acionista, para maiores detalhes dessa transação, vide na nota explicativa nº 3. Após a incorporação da Bemisa Holding pela Bemisa Participações, a Companhia, sendo a entidade sucessora desta organização passou a controlar todos os negócios relacionados a pesquisa mineral com prospecção, exploração, desenvolvimento de lavra, industrialização, comercialização e exportação de bens minerais, a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga, bem como participação em outras Companhias. A Companhia como parte dessa reorganização societária, incorporou os projetos de pesquisa mineral da Bemisa Holding, assim como a operação da mina de minério de ferro denominada de Complexo Baratinha, que compreendem as minas de Baratinha e de Mongais localizadas no município de Antônio Dias, estado de Minas Gerais. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia detém o controle da Bemisa Logística S.A. (“Bemisa Logística”) que detém toda a operação de logística do Grupo, através da prestação de serviços de carregamento ferroviário de minério de ferro para a controladora e para terceiros no Terminal de Cargas Bemisa, localizado na cidade de Timóteo, e no Terminal Bemisa João Correia, localizado em Santana do Paraíso, ambos no estado de Minas Gerais. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia controla a entidade Bemisa Pedra Branca Mineração Ltda. (“Pedra Branca” ou “PDB”), que possui projetos de exploração, desenvolvimento e produção de minério de ferro localizados em João Monlevade e Itabira, no estado de Minas Gerais. Ao longo do 2º semestre de 2025, a Pedra Branca iniciou suas atividades operacionais e passou a comercializar minério de ferro. Em 01 de abril de 2025 e 27 de novembro de 2025, foram realizadas por meio da Bemisa Holding, a transferência de ativo imobilizado compreendendo, mas não se limitando a instalações, equipamentos, móveis e utensílios, obras e demais Capex, ativos intangíveis, incluindo direitos minerários detidos pela sócia, relacionados ao Projeto Pedra Branca. Adicionalmente, foram realizados aportes de capital na Bemisa Pedra Branca Mineração, no montante de R$ 49.391 e R$ 56.041, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia controla a entidade Três Picos Participações e Empreendimentos Ltda. (“Três Picos”), que detém propriedades para investimentos relacionadas aos estudos para desenvolvimento de projetos imobiliários que vem sendo realizado na propriedade. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia controla a entidade BMV Participações Ltda. (“BMV”) que tem como objetivo explorar oportunidades de parcerias em projetos dentro do setor de mineração e ao longo da sua cadeia produtiva. Em 31 de dezembro de 2025, o portfólio de projetos da Companhia e de suas controladas era composto por 136 (cento e trinta e seis) direitos minerários, sendo 2 requerimentos de pesquisa, 115 autorizações de pesquisa, 1 concessão de lavra, 9 direitos de requerer a lavra e 9 requerimentos de lavra (Não auditado pelos auditores independentes). **2 Base de preparação: 2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, complementadas pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que a Companhia possui capacidade para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas com base neste pressuposto. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Em 1 de abril de 2026, a Administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **2.2 Declaração de relevância:** A Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela administração na gestão da Companhia. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o Real, a mesma moeda de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Os saldos das transações patrimoniais são convertidos nas datas de fechamento dos balanços. Os ganhos e perdas de variação cambial resultantes da liquidação de ativos ou passivos contratados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício de acordo com o regime de competência contábil. **2.4 Demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nas demonstrações contábeis individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para se chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2025 e 2024, sendo o balanço comparativo reapresentado para refletir a reorganização societária de controle comum sendo ocorrida em 1 de janeiro de 2024 (vide detalhamento descrito na nota 3). O controle é considerado obtido quando a Companhia esteja exposta ou tiver direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e possuir a capacidade de influenciar tais retornos por meio do poder exercido sobre a investida. Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder sobre à investida, ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida; • Exposição, ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder sobre à investida para influenciar o valor de seus retornos. As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Bemisa Participações e as demonstrações contábeis das controladas: Três Picos, Bemisa Logística, Bemisa Pedra Branca e BMV, sem participação de não controladores. As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia avalia se exerce controle sobre uma investida sempre que fatos e circunstâncias indicarem alterações em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início na data que a Companhia obtém o controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercê-lo. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos contábeis do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, deduzidas das seguintes principais eliminações: • Participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre elas, cabe ressaltar que não existem participações recíprocas; • Saldos de contas correntes e outras integrantes do ativo e/ou passivo mantidos entre as empresas, cujos balanços patrimoniais foram consolidados; e • Efeitos no resultado (receitas e despesas) decorrentes das transações significativas realizadas entre as empresas. **3 Incorporação da Bemisa Holding pela Bemisa Participações – empresas sob controle comum do acionista controlador:** Em 01 de dezembro de 2025, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, para fins legais, societários e tributários, a reorganização societária de controle comum com a incorporação da Bemisa Holding S.A. pela Bemisa Participações S.A. A incorporação visa reduzir gastos administrativos e obrigações acessórias que não geram qualquer ganho econômico, explorar as sinergias existentes, centralizar e otimizar a gestão dos projetos de exploração mineral. Além do complexo Baratinha, em fase operacional, a Companhia após a incorporação, passou a deter portfólio de projetos de prospecção mineral de diversas commodities, bem como atua ativamente no mercado de mineração e ao longo da cadeia e na logística em busca de novas oportunidades de negócios em todas as fases de maturidade. A seguir demonstramos os atos societários e os respectivos reflexos no patrimônio líquido societário da Companhia decorrentes da referida incorporação, sendo a Bemisa Participações, a entidade sucessora a operação. **Aumento do Capital Social da Bemisa Participações S.A. e Ações Emitidas.** Em 1 de dezembro de 2025, de forma prévia à reorganização, foi deliberado o grupamento da totalidade das 48.763.658 (quarenta e oito milhões, setecentas e sessenta e três mil, seiscentas e cinquenta e oito) ações ordinárias de emissão da Companhia, considerando a proporção de 48 (quarenta e oito) ações para 1 (uma) ação, sem alteração do valor do capital social, consolidando o número de ações em 1.015.909 (um milhão, quinze mil, novecentas e nove) ações ordinárias, sem valor nominal. Como parte do grupamento de ações, foi consignado o cancelamento de fração de ações que foi pago à conta de reserva de capital. A Incorporação resultou em aumento do capital social da Bemisa Participações no valor de R$ 31.799, mediante a absorção do patrimônio da Bemisa Holding, conforme o Laudo Contábil da Bemisa Holding, valor este que será destinado integralmente ao capital social, sendo o aumento subscrito e integralizado pelos acionistas da Bemisa Holding. Dessa forma, foram emitidas 88.614.609 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, sendo emitidas 88.614.608 ações para Opportunity Holding Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Resp. Lim. e 1 (uma) ação para Douro Participações S.A. Em decorrência do aumento de capital acima referido, o capital social da Bemisa Participações passou a ser de R$ 62.600 representado por 89.630.518, ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Aumento de reserva de capital e de reserva de lucros da Bemisa Participações S.A. pelo reflexo das reservas da Bemisa Holding S.A.** Após a incorporação, para fins societários, legais e fiscais, a Companhia passou a refletir, em seu patrimônio líquido, os seguintes montantes de reservas contabilizados conforme atos societários assinados na época: • Reserva de capital no montante de R$ 117.435; • Reserva legal no montante de R$ 6.360; • Reserva de lucros a distribuir no montante de R$ 747.380, dos quais R$ 350.655 correspondem ao resultado do exercício de 2025 da Bemisa Holding que foi incorporado via a respectiva reserva de lucros. O laudo atestando o acervo líquido para fins da incorporação foi emitido em 26 de novembro de 2025 com os saldos de 31 de outubro de 2025, cujo valor do acervo líquido de incorporação foi de R$ 902.974 conforme atos societários. Para fins de contabilização do balanço na data de incorporação, foi utilizado o balancete encerrado em 30 de novembro de 2025, e devidamente incorporado conforme deliberada na ata de incorporação em 1 de dezembro de 2025. Para fins societários, legais e tributários, a contabilização do acervo contábil líquido da Bemisa Holding, foi registrada nas contas de patrimônio líquido da Bemisa Participações, na data da incorporação efetiva, ocorrida em 1 de dezembro de 2025. Os saldos incorporados foram devidamente refletidos no patrimônio líquido da Bemisa Participações de forma consistente com a composição do capital social, reservas de capital e reservas de lucro da entidade extinta. Os saldos do acervo líquido incorporado foram registrados na demonstração das mutações do patrimônio líquido da Companhia. Para fins de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os impactos da incorporação da Bemisa Holding pela Bemisa Participações foram apresentados caso a transação tivesse ocorrido no 1º dia do período comparativo, nesse caso em 1º de janeiro de 2024. **Política contábil aplicada para a reorganização societária de incorporação de entidade sobre controle comum – Apresentação retrospectiva:** Considerando que a reorganização societária de incorporação da Bemisa Holding S.A pela Bemisa Participações S.A. é uma incorporação sob controle comum, essa transação de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil não está em escopo do CPC 15, e não possui uma norma específica para fins dessa transação, logo o estabelecimento de uma política contábil consistentemente aplicada se faz necessária. O estabelecimento de uma política contábil consistente na ausência de norma contábil técnica específica para esse tipo de reorganização societária de controle comum é aderente ao pronunciamento contábil CPC23 o qual prevê que a inexistência de norma contábil específica, orienta-se estabelecimento de política contábil especificamente para a transação. Essa incorporação sob controle comum não gera ágio por expectativa de rentabilidade futura, ou ganho por compra vantajosa, e não implica em qualquer ganho ou perda para acionistas controladores e/ou não controladores. Ao avaliar essa transação, a Administração da Companhia definiu como política contábil, o registro da Bemisa Holding S.A., contabilizada pelo valor de livros contábeis na data efetiva da transação, sendo os valores contábeis de 30 de novembro de 2025 utilizados para registro na Bemisa Participações S.A., sem qualquer tipo de ajustes a valor justo, sendo o impacto dos acervos líquidos da entidade incorporada registrados diretamente no patrimônio líquido da entidade incorporadora, que no caso dessa reorganização, a Companhia é a entidade sucessora. Dessa forma a transação não apresenta substância econômica, sendo apenas o reflexo dos ativos e passivos da entidade incorporada pela incorporadora. Com a incorporação da Bemisa Holding S.A. pela Bemisa Participações S.A., a Bemisa Participações é a entidade sucessora a esta transação e a Bemisa Holding S.A. foi extinta a partir de 1 de dezembro de 2025. Em decorrência da incorporação, a Bemisa Participações S.A passou a deter a titularidade das quotas das investidas Pedra Branca, Três Picos, Bemisa Logística e BMV. Para fins de apresentação comparativa das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a incorporação foi apresentada considerando que a mesma ocorreu no início do primeiro dia do exercício de 2024, nesse caso em 1º de janeiro de 2024, a fim de demonstrar de forma combinada a informação contábil da Bemisa Holding e da Companhia. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2024, o balanço patrimonial individual e consolidado, da demonstração do resultado individuais e consolidadas, do resultado abrangente individual e consolidada, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa, do individual e consolidada consideram a posição patrimonial e financeira da Companhia caso a incorporação ocorresse em 1º de janeiro de 2024. Com relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a apresentação da demonstração dos resultados individuais e consolidados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa individuais e consolidadas também consideram a Companhia e a entidade extinta Bemisa Holding de forma combinada. O balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 não sofreu qualquer tipo de necessidade de reapresentação. Para refletir adequadamente a alocação do capital social, reservas de capital e reservas de lucro na demonstração das mutações do patrimônio líquido, foi efetuada a alocação das contas do patrimônio líquido em 1 de janeiro de 2024 conforme demonstradas a seguir:

	Anteriormente apresentado em 31/12/2023	Reflexo da Bemisa Holding no patrimônio Líquido do saldo de abertura	Reapresentado em 01/01/2024
Capital social	30.801	31.799	62.600
Reserva de capital	-	117.435	117.435
Reserva de lucro	-	361.314	361.314
Prejuízos acumulados	(20.427)	20.427	-
Total patrimônio líquido	**10.374**	**530.975**	**541.349**

A seguir apresentamos os montantes reapresentados no balanço patrimonial e demonstração de resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e do balanço de abertura de 1 de janeiro de 2024.

Reapresentação do ativo da controladora em 1 de janeiro de 2024:

Controladora	Anteriormente Apresentado em 31/12/2023	Reflexo da Incorporação Bemisa Holding	Reapresentado 1/1/2024
Ativo			
Circulante	**4.849**	**189.868**	**194.717**
Caixa e equivalentes de caixa	3.754	69.646	73.400
Contas a receber	-	96.240	96.240
Estoque	-	9.016	9.016
Adiantamentos	-	2.238	2.238

BEMISA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 00.514.998/0001-42

Impostos a recuperar	-	8.574	8.574
Impostos sobre a renda a recuperar	1.095	330	1.425
Despesas antecipadas	-	3.336	3.336
Dividendos a receber	-	223	223
Outros créditos	-	265	265
Não circulante	**75.300**	**630.803**	**706.103**
Adiantamentos	-	6.204	6.204
Despesas antecipadas	-	172	172
Depósitos judiciais	75.300	165	75.465
Investimentos	-	50.452	50.452
Imobilizado	-	205.472	205.472
Intangível	-	291.810	291.810
Direito de uso	-	76.528	76.528
Total do ativo	**80.149**	**820.671**	**900.820**

Reapresentação do ativo do consolidado em 1 de janeiro de 2024:

	Anteriormente Apresentado em 31/12/2023	Reflexo da Incorporação Bemisa Holding	Reapresentado 1/1/2024
Ativo			
Circulante	**4.849**	**200.704**	**205.553**
Caixa e equivalentes de caixa	3.754	80.156	83.910
Contas a receber	-	96.240	96.240
Estoque	-	9.016	9.016
Adiantamentos	-	2.242	2.242
Impostos a recuperar	-	8.615	8.615
Impostos sobre a renda a recuperar	1.095	333	1.428
Despesas antecipadas	-	3.837	3.837
Outros créditos	-	265	265
Não circulante	**75.300**	**631.303**	**706.603**
Adiantamentos	-	6.204	6.204
Despesas antecipadas	-	990	990
Depósitos judiciais	75.300	165	75.465
Propriedade para investimento	-	10.845	10.845
Imobilizado	-	212.518	212.518
Intangível	-	314.150	314.150
Direito de uso	-	86.431	86.431
Total do ativo	**80.149**	**832.007**	**912.156**

Reapresentação do passivo da controladora em 1 de janeiro de 2024:

	Anteriormente Apresentado em 31/12/2023	Reflexo do Acervo contábil Bemisa Holding	Reapresentado 1/1/2024
Passivo			
Circulante	**-**	**147.024**	**147.024**
Empréstimos e financiamentos	-	2.049	2.049
Fornecedores	-	39.965	39.965
Salários e encargos	-	20.606	20.606
Impostos a recolher	-	13.759	13.759
Impostos sobre a renda a recolher	-	5.581	5.581
Dividendos a pagar	-	33.381	33.381
Obrigações a pagar	-	7.152	7.152
Passivo de arrendamento	-	24.531	24.531
Não circulante	**69.775**	**142.672**	**212.447**
Empréstimos e financiamentos	-	62.858	62.858
Impostos a recolher	69.775	-	69.775
Provisão para contingência	-	169	169
Impostos diferidos	-	2.001	2.001
Obrigações a pagar	-	2.044	2.044
Provisão para desmobilização de ativos	-	22.227	22.227
Passivo de arrendamento	-	53.373	53.373
Patrimônio líquido	**10.374**	**530.975**	**541.349**
Capital social	30.801	31.799	62.600
Reserva de capital	-	117.435	117.435
Reserva de lucro / (Prejuízo acumulado)	(20.427)	381.741	361.314
Total do passivo	**80.149**	**820.671**	**900.820**

Reapresentação do passivo do consolidado em 1 de janeiro de 2024:

	Anteriormente Apresentado em 31/12/2023	Reflexo do Acervo contábil Bemisa Holding	Reapresentado 1/1/2024
Passivo			
Circulante	**-**	**152.347**	**152.347**
Empréstimos e financiamentos	-	2.049	2.049
Fornecedores	-	40.894	40.894
Salários e encargos	-	20.739	20.739
Impostos a recolher	-	13.879	13.879
Impostos sobre a renda a recolher	-	6.584	6.584
Dividendos a pagar	-	33.381	33.381
Obrigações a pagar	-	7.152	7.152
Passivo de arrendamento	-	27.669	27.669
Não circulante	**69.775**	**148.685**	**218.460**
Empréstimos e financiamentos	-	62.858	62.858
Impostos a recolher	69.775	-	69.775
Provisão para contingência	-	169	169
Obrigações a pagar	-	2.044	2.044
Impostos diferidos	-	2.001	2.001
Provisão para desmobilização de ativos	-	22.227	22.227
Passivo de arrendamento	-	59.386	59.386
Patrimônio líquido	**10.374**	**530.975**	**541.349**
Capital social	30.801	31.799	62.600
Reserva de capital	-	117.435	117.435
Reserva de lucro / (Prejuízo acumulado)	(20.427)	381.741	361.314
Total do passivo	**80.149**	**832.007**	**912.156**

Reapresentação do ativo da controladora em 31 de dezembro de 2024:

	Anteriormente Apresentado em 31/12/2024	Reflexo da Incorporação Bemisa Holding	Reapresentado 31/12/2024
Ativo			
Circulante	**4.929**	**245.745**	**250.674**
Caixa e equivalentes de caixa	4.693	90.545	95.238
Contas a receber	-	108.228	108.228
Estoque	-	12.207	12.207
Adiantamentos	-	9.683	9.683
Impostos a recuperar	-	16.371	16.371
Impostos sobre a renda a recuperar	236	13	249
Despesas antecipadas	-	7.340	7.340
Dividendos a receber	-	1.086	1.086
Outros créditos	-	272	272
Não circulante	**81.712**	**731.181**	**812.893**
Adiantamentos	-	6.339	6.339
Despesas antecipadas	-	205	205
Outros ativos	6	-	6
Depósitos judiciais	81.706	697	82.403
Impostos diferidos	-	4.979	4.979
Investimentos	-	57.642	57.642
Imobilizado	-	255.071	255.071
Intangível	-	357.537	357.537
Direito de uso	-	48.711	48.711
Total do ativo	**86.641**	**976.926**	**1.063.567**

Reapresentação do ativo do consolidado em 31 de dezembro de 2024:

	Anteriormente Apresentado em 31/12/2024	Reflexo da Incorporação Bemisa Holding	Reapresentado 31/12/2024
Ativo			
Circulante	**4.929**	**261.181**	**266.110**
Caixa e equivalentes de caixa	4.693	104.573	109.266
Contas a receber	-	108.941	108.941
Estoque	-	12.207	12.207
Adiantamentos	-	9.692	9.692
Impostos a recuperar	-	16.888	16.888
Impostos sobre a renda a recuperar	236	38	274
Despesas antecipadas	-	7.853	7.853
Outros créditos	-	989	989
Não circulante	**81.712**	**723.211**	**804.923**
Adiantamentos	-	6.334	6.334
Despesas antecipadas	-	548	548
Outros ativos	6	-	6
Depósitos judiciais	81.706	697	82.403
Impostos diferidos	-	4.979	4.979
Propriedade para investimento	-	10.845	10.845
Imobilizado	-	264.918	264.918
Intangível	-	379.877	379.877
Direito de uso	-	55.013	55.013
Total do ativo	**86.641**	**984.392**	**1.071.033**

Reapresentação do passivo da controladora em 31 de dezembro de 2024:

	Anteriormente Apresentado em 31/12/2024	Reflexo do Acervo contábil Bemisa Holding	Reapresentado 31/12/2024
Passivo			
Circulante	**1**	**170.172**	**170.173**
Empréstimos e financiamentos	-	4.808	4.808
Fornecedores	-	45.467	45.467
Salários e encargos	-	27.225	27.225
Impostos a recolher	1	16.552	16.553
Impostos sobre a renda a recolher	-	3.231	3.231
Dividendos a pagar	-	38.259	38.259
Obrigações a pagar	-	5.691	5.691
Provisão para desmobilização de ativos	-	750	750
Passivo de arrendamento	-	28.189	28.189
Não circulante	**75.870**	**144.660**	**220.530**
Empréstimos e financiamentos	-	84.373	84.373
Impostos a recolher	75.870	-	75.870
Provisão para desmobilização de ativos	-	35.306	35.306
Passivo de arrendamento	-	24.981	24.981
Patrimônio líquido	**10.770**	**662.094**	**672.864**
Capital social	30.801	31.799	62.600
Reserva de capital	-	117.435	117.435
Reserva de lucro / (Prejuízo acumulado)	(20.031)	512.860	492.829
Total do passivo	**86.641**	**976.926**	**1.063.567**

Reapresentação do passivo do consolidado em 31 de dezembro de 2024

	Anteriormente Apresentado em 31/12/2024	Reflexo da Incorporação Bemisa Holding	Reapresentado 31/12/2024
Passivo			
Circulante	**1**	**174.977**	**174.978**
Empréstimos e financiamentos	-	4.808	4.808
Fornecedores	-	44.227	44.227
Salários e encargos	-	27.517	27.517
Impostos a recolher	1	17.391	17.392
Impostos sobre a renda a recolher	-	4.794	4.794
Dividendos a pagar	-	38.259	38.259
Obrigações a pagar	-	5.691	5.691
Provisão para desmobilização de ativos	-	750	750
Passivo de arrendamento	-	28.189	28.189
Não circulante	**75.870**	**147.321**	**223.191**
Empréstimos e financiamentos	-	84.373	84.373
Impostos a recolher	75.870	-	75.870
Provisão para desmobilização de ativos	-	35.306	35.306
Passivo de arrendamento	-	27.642	27.642
Patrimônio líquido	**10.770**	**662.094**	**672.864**
Capital social	30.801	31.799	62.600
Reserva de capital		117.435	117.435
Reserva de lucro / (Prejuízo acumulado)	(20.031)	512.860	492.829
Total do passivo	**86.641**	**984.392**	**1.071.033**

Reapresentação da demonstração do resultado do exercício da controladora e do consolidado em 31 de dezembro de 2024:

	Controladora			Consolidado		
	Anteriormente apresentado	Reflexo Incorporação Bemisa Holding	31/12/2024 (Reapresentado)	Anteriormente apresentado	Reflexo Incorporação Bemisa Holding	31/12/2024 (Reapresentado)
Receitas líquida de venda	-	968.185	968.185	-	967.594	967.594
Custo do produto vendido	-	(268.411)	(268.411)	-	(292.804)	(292.804)
Lucro bruto	-	699.774	699.774	-	674.790	674.790
Despesas operacionais						
Gerais e administrativas	-	(285.076)	(285.076)	-	(251.706)	(251.706)
Equivalência patrimonial	-	4.185	4.185	-	-	-
Outras despesas/receitas operacionais	(392)	(472)	(864)	(392)	(498)	(890)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	**(392)**	**418.411**	**418.019**	**(392)**	**422.586**	**422.194**
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	6.909	18.067	24.976	6.909	19.067	25.976
Despesas financeiras	(6.117)	(19.108)	(25.225)	(6.117)	(19.618)	(25.735)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**400**	**417.370**	**417.770**	**400**	**422.035**	**422.435**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(4)	(116.125)	(116.129)	(4)	(120.790)	(120.794)
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	6.981	6.981	-	6.981	6.981
Lucro líquido do exercício	**396**	**308.226**	**308.622**	**396**	**308.226**	**308.622**

Reapresentação da demonstração do fluxo de caixa da controladora em 31 de dezembro de 2024:

	Controladora		
	Anteriormente Apresentado 31/12/2024	Reflexo Incorporação Bemisa Holding	31/12/2024 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	396	308.226	308.622
Ajustes ao lucro do exercício:			
Resultado de equivalência patrimonial	-	(4.185)	(4.185)
Depreciação do ativo imobilizado	-	28.917	28.917
Amortização do ativo intangível	-	2.097	2.097
Amortização de direito de uso	-	27.554	27.554
Provisão direito de uso	-	87	87
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	4.771	4.771
Reversão provisão desmobilização de ativos	-	(3.603)	(3.603)
Juros sobre arrendamento mercantil	-	9.972	9.972
Perda na baixa do ativo imobilizado	-	1.656	1.656
Atualização monetária desmobilização de ativos	-	664	664
Atualização monetária depósitos judiciais	(6.406)	-	(6.406)
Impostos sobre a renda correntes	-	116.129	116.129
Impostos diferidos		(6.980)	(6.980)
(Aumento) / redução de ativos operacionais e aumento/ (redução) de passivos operacionais			
Contas a receber	-	(11.988)	(11.988)
Estoques	-	(3.191)	(3.191)
Adiantamentos	-	(7.580)	(7.580)
Impostos a recuperar	-	(5.445)	(5.445)
Impostos sobre a renda a recuperar	859	(2.035)	(1.176)
Despesas antecipadas	-	(4.037)	(4.037)
Depósitos Judiciais	-	(532)	(532)
Outros créditos	(6)	(7)	(13)
Fornecedores	-	5.503	5.503
Salários e encargos a pagar	-	6.619	6.619
Obrigações fiscais – tributos com exigibilidade suspensa	6.095	-	6.095
Impostos a recolher	1	(2.795)	(2.794)
Impostos sobre a renda a recolher	-	3.231	3.231
Obrigações a pagar	-	(3.505)	(3.505)
Provisão para contingência	-	(169)	(169)
Impostos pagos sobre o lucro	-	(116.122)	(116.122)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**939**	**343.252**	**344.191**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	-	(66.745)	(66.745)
Aquisição/Aumento investimentos	-	(750)	(750)
Aquisição de ativo intangível	-	(67.824)	(67.824)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**-**	**(135.319)**	**(135.319)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	-	25.581	25.581
Pagamento de empréstimo e financiamentos	-	(6.078)	(6.078)
Recebimento de dividendos	-	223	223
Dividendos e JCP pagos	-	(172.230)	(172.230)
Contraprestação de arrendamento	-	(34.530)	(34.530)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**-**	**(187.034)**	**(187.034)**
Aumento/(redução) de caixa e equivalente de caixa	**939**	**20.899**	**21.838**
Caixa e equivalente de caixa da Companhia no início do exercício	3.754	69.646	73.400
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	4.693	90.545	95.238
Aumento/(Redução) de caixa e equivalente de caixa	**939**	**20.899**	**21.838**

Reapresentação da demonstração do fluxo de caixa do consolidado em 31 de dezembro de 2024:

	Consolidado		
	Anteriormente Apresentado 31/12/2024	Reflexo Incorporação Bemisa Holding	31/12/2024 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	396	308.226	308.622
Ajustes ao lucro do exercício:			
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-
Depreciação do ativo imobilizado	-	29.770	29.770
Amortização do ativo intangível	-	2.097	2.097
Amortização de direito de uso	-	31.155	31.155
Provisão direito de uso	-	87	87
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	4.771	4.771
Reversão provisão desmobilização de ativos	-	(3.603)	(3.603)
Juros sobre arrendamento mercantil	-	10.480	10.480
Perda na baixa do ativo imobilizado	-	1.659	1.659
Atualização monetária desmobilização de ativos	-	664	664
Atualização monetária depósitos judiciais	(6.406)	-	(6.406)
Impostos sobre a renda correntes	-	120.794	120.794
Impostos diferidos	-	(6.980)	(6.980)
(Aumento) / redução de ativos operacionais e aumento/ (redução) de passivos operacionais			
Contas a receber	-	(12.701)	(12.701)
Estoques	-	(3.191)	(3.191)
Adiantamentos	-	(7.580)	(7.580)
Impostos a recuperar	-	(5.965)	(5.965)
Impostos sobre a renda a recuperar	859	(2.013)	(1.154)
Despesas antecipadas	-	(3.574)	(3.574)
Depósitos Judiciais	-	(532)	(532)
Outros créditos	(6)	(724)	(730)
Fornecedores	-	3.334	3.334
Salários e encargos a pagar	-	6.778	6.778
Obrigações fiscais – tributos exigibilidade suspensa	6.095	-	6.095
Impostos a recolher	1	(3.079)	(3.078)
Impostos sobre a renda a recolher	-	4.794	4.794
Obrigações a pagar	-	(3.505)	(3.505)
Provisão para contingência	-	(169)	(169)
Impostos pagos sobre o lucro	-	(120.787)	(120.787)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**939**	**350.206**	**351.145**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	-	(67.061)	(67.061)
Aquisição/Aumento investimentos	-	-	-
Aquisição de ativo intangível	-	(67.824)	(67.824)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**-**	**(134.885)**	**(134.885)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	-	25.581	25.581
Pagamento de empréstimo e financiamentos	-	(6.078)	(6.078)
Dividendos e JCP pagos	-	(172.230)	(172.230)
Contraprestação de arrendamento	-	(38.177)	(38.177)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**-**	**(190.904)**	**(190.904)**
Aumento/(redução) de caixa e equivalente de caixa	**939**	**24.417**	**25.356**
Caixa e equivalente de caixa da Companhia no início do exercício	3.754	80.156	83.910
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	4.693	104.573	109.266
Aumento/(Redução) de caixa e equivalente de caixa	**939**	**24.417**	**25.356**

Demonstração do resultado individual e consolidado conforme balancete societário:

A seguir apresentamos a demonstração do resultado do exercício individual e consolidado da Bemisa Participações S.A. para fins societários, legais e tributários, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, sendo este resultado sendo a base para cálculo e apuração dos impostos sobre a renda, incluindo as obrigações acessórias fiscais, além da base de cálculo para a apuração dos dividendos mínimos obrigatórios da entidade legal sucessora a incorporação, a Bemisa Participações S.A.

	Controladora	Consolidado
Receitas líquida de venda	106.249	106.562
Custo do produto vendido	(45.702)	(46.552)
Lucro bruto	**60.547**	**60.010**
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	(30.633)	(30.342)
Equivalência patrimonial	(324)	-
Outras despesas/receitas operacionais	(1.269)	(960)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	**28.321**	**28.708**
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	21.668	22.156
Despesas financeiras	(19.389)	(19.448)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**30.600**	**31.416**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(6.501)	(7.317)
Imposto de renda e contribuição social diferido	101.650	101.650
Lucro líquido do exercício	**125.749**	**125.749**

Aspectos tributários com relação aos impostos de renda e contribuição social diferidos relacionados a incorporação: a) Reconhecimento inicial de Imposto de renda diferido ativo sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido ("BNCSLL"): Após a incorporação, está prevista também a possibilidade de aproveitamento dos créditos fiscais referentes ao prejuízo fiscal e BNCSLL da Bemisa Participações, tendo em vista que esta, passando a consolidar os resultados com a Bemisa Holding após a citada incorporação, possui projeção de lucro tributável suficiente para a utilização dos referidos créditos diferidos. A Bemisa Participações possuía um estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido de R$ 242.775. Em 1 de dezembro de 2025, a Bemisa Participações S.A. (sucessora a transação de incorporação) registrou a totalidade do ativo fiscal diferido no montante de R$ 82.543 (pela alíquota nominal de 34% de IRPJ e CSLL, sobre o saldo do estoque do PF e BNCSLL) decorrente dos valores que detém direito de utilização, sendo como prejuízo fiscal (R$ 60.693) e base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro (R$ 21.850) uma vez que todos os fatores necessários a incorporação estavam sob o controle da Administração, tais como: (i) capacidade do aproveitamento do benefício fiscal considerando o histórico de lucros fiscais obtidos pela entidade extinta e expectativa concreta de lucros fiscais futuros esperados de serem obtidos na entidade sucessora a essa transação fundamentados nas projeções do plano de negócios da Companhia que preveem a recuperação desse ativo fiscal diferido em menos de 3 anos, limitado a 30% de compensação anual do lucro fiscal apurado; (ii) Efetiva conclusão da reestruturação societária mediante o ato de incorporação e contabilização dos acervos líquidos incorporados que foram concluídos na data da incorporação. Com relação as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis, considerando que antes da incorporação da Bemisa Holding pela Bemisa Participações, a Bemisa Participações apesar de possuir diferenças temporárias na apuração dos impostos sobre a renda, considerando que a Companhia não tinha histórico nem expectativa de geração de lucro fiscal, logo por essa razão, nunca reconheceu o imposto de renda sobre diferenças temporárias dedutíveis relacionada a obrigações fiscais de tributos com exigibilidade suspensa. Considerando a conclusão da incorporação da Bemisa Holding pela Bemisa Participações, a Bemisa Participações passa a deter capacidade e alta probabilidade de recuperação dos impostos de renda diferido ativo sobre diferenças temporárias dedutíveis, logo o CPC 32 determina que seja efetuado o reconhecimento do IRPJ e CSLL diferido ativo sobre essa transação. Dessa forma a Bemisa Participações reconheceu imposto de renda diferido ativo sobre as diferenças temporárias dedutíveis com relação as obrigações fiscais de tributos de exigibilidade suspensa e registrou imposto de renda diferido passivo sobre a receita financeira de atualização monetária dos depósitos judiciais dos tributos com exigibilidade suspensa que é uma diferença temporária tributável (vide detalhamento na nota explicativa 30). **4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer que a Administração exerça julgamentos, faça estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. A Administração da Companhia e das controladas baseia-se em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo que poderiam causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir: **Redução dos valores de recuperação dos ativos imobilizado e intangível, incluindo o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*impairment*):** Os itens dos ativos imobilizado e intangível com vida útil definida que apresentem indicadores de perda de seu valor recuperável, com base em fatores financeiros, econômicos e considerando o prazo de maturação dos investimentos, têm seus valores contábeis anualmente revisados por meio de realização do teste de recuperabilidade (*impairment)*. Ativos intangíveis com vida útil indefinida, incluindo o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), são submetidos a teste de impairment anualmente, independente de indicadores de perda. Anualmente, o valor contábil líquido dos ativos é revisado com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso tais evidências sejam identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída uma provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou da unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesa de venda. Considerando a natureza do minério comercializado, ou para cada tipo de minério que a Companhia possui projetos em fase de exploração, a Companhia determina cada um destes projetos de exploração de minério como uma unidade geradora de caixa distinta. Os negócios de logística também são classificados como uma UGC separada dos projetos de mineração. As unidades geradoras de caixa que possuíam ativos de vida útil indefinida associada foram testadas para *impairment* em 31 de dezembro de 2025, e não foi identificado a necessidade de reconhecimento de provisão de perda por *impairment* em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Na estimativa do valor em uso do ativo ou de uma unidade geradora de caixa (UGC), os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente, utilizando uma taxa de desconto WACC (*Weighted Average Cost of Capital*). As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso, através da metodologia de fluxo de caixa descontado são: (i) receitas (projetadas considerando as premissas de extração de minério); (ii) custos e despesas variáveis (projetados de acordo com a dinâmica da extração de minério esperada, em linha com o desempenho do plano de negócios de cada unidade geradora de caixa da Companhia). Os valores recuperáveis dos ativos de longa duração são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor justo líquido das despesas de alienação, sendo adotado o maior entre os dois. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas, os quais podem ser influenciados por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria, preços da commodity, taxas de juros, e mudanças nas estratégias de negócios. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa as demonstrações contábeis. **Vida útil dos ativos imobilizado e intangível:** A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil. A Companhia adota como procedimento a revisão periódica dos bens do ativo imobilizado com o objetivo de identificar possíveis perdas e efetua, pelo menos anualmente, revisões da vida útil dos bem registrados no ativo imobilizado. Em 2025 a Companhia revisitou a vida útil econômica da mina e usina de Baratinha e Mongais e efetuou a revisão da metodologia de unidades produzidas de forma prospectiva a partir de 2025. **Provisão para desmobilização de ativos:** Custos de desmobilização da mina e restauração da área utilizada pela Companhia e suas controladas incluem os custos de desmonte das infraestruturas, a remoção de material residual, bem como a reabilitação de áreas degradadas. As provisões são reconhecidas no momento da ocorrência da supressão ambiental. Mudanças de circunstâncias, lei ou tecnologia podem afetar as estimativas e, periodicamente, o montante provisionado é revisado, ajustado e quando necessário, por empresa ambiental contratada. A provisão representa a melhor estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros necessários para liquidar a obrigação de restauração na data do balanço, descontada NTN-B 2040, com base nas exigências legais e na tecnologia atual. Futuros custos de restauração são revistos anualmente e as alterações são refletidas no valor presente da disposição no final do exercício. O montante da provisão para custos de restauração futuros é capitalizado como um ativo imobilizado e é depreciado de acordo com a vida útil do recurso mineral. O passivo não circulante é atualizado pela taxa de desconto real utilizada pela controlada. O ativo é depreciado pelo método de unidades produzidas de acordo com a exploração de minério de ferro das minas Baratinha e Mongais. Em conformidade com as regulamentações ambientais e as normativas do setor mineral, a Bemisa atualizou, em 31 de dezembro de 2024, o Plano de Fechamento de Mina para garantir que as operações de mineração sejam encerradas de maneira segura, sustentável e em conformidade com as exigências legais. Durante o exercício de 2025, avaliou se tais premissas ainda permaneciam aplicáveis, e efetuou a atualização monetária do passivo de desmantelamento com base nas taxas de desconto aplicadas para fins do momento do reconhecimento inicial. **Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber:** A Administração analisa mensalmente os saldos em aberto de clientes. Clientes com risco de realização dos pagamentos devidos, são analisados individualmente e é registrada provisão para não recuperação das contas a receber quando necessário. A Companhia e suas controladas avaliam o risco do cliente para crédito fazendo uma análise financeira dos clientes, e, de acordo com o risco apurado, é estabelecido um percentual onde é efetuada a provisão desse percentual em cima do montante em aberto. A Companhia não possui histórico nem expectativa de perda ao valor recuperável das contas a receber com clientes. **Perda por redução ao valor realizável líquido do estoque:** A Administração revisa anualmente o valor realizável líquido do estoque, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, além do preço da commodity de minério a ser comercializada como possível indicador de perda no valor realizável dos estoques de minério de ferro. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não foram identificados perda ao valor realizável líquido dos estoques de minério de ferro da Companhia e de sua controlada Pedra Branca. **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, fiscais e trabalhistas quando o prognóstico de perda é provável contra a Companhia, para os autos de infração que a Companhia figura como parte ré. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a opinião dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos fatos ou decisões de tribunais, e os montantes não cobertos pelas apólices de seguro, quando aplicável. **Impostos de Renda e Contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob o histórico de lucratividade advindo da empresa incorporada Bemisa Holding e/ou quando fundamentado por expectativa concreta de projeção de lucro tributável suficientes para a utilização dos referidos créditos fiscais e constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de suas diferenças temporárias dedutíveis e do estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido. **5 Resumo das políticas contábeis materiais: a. Contas a receber:** São apresentadas pelo valor nominal dos títulos, os quais não estão sujeitos ao ajuste a valor presente (AVP), considerando o

BEMISA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 00.514.998/0001-42

prazo de realização médio dos recebíveis ser entre 30 e 60 dias. É constituída provisão para perda esperada com créditos, cujo cálculo é baseado em estimativas suficientes para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber, considerando o histórico de recebimento a situação de cada cliente. **b. Obrigação de desmonte de ativos (ARO):** A Companhia reconhece a obrigação de desmonte de acordo com as normas contábeis aplicáveis, incluindo o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Essa obrigação decorre de compromissos legais e construtivos para desativar e restaurar os locais onde estão situadas nossas minas e usinas, e outras instalações operacionais. A Companhia revisa periodicamente suas estimativas de custos de desmonte, taxa de desconto e prazo para a realização das obrigações. **c. Estoque:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, reduzido por provisão para perda ao valor realizável líquido, quando aplicável. O custo dos estoques em elaboração inclui gastos incorridos na produção, transporte e armazenagem. No caso de estoques acabados, o custo inclui os gastos gerais de fabricação baseados na capacidade normal de operação. A Companhia e suas controladas utilizam o método de custeio por absorção. Os custos diretos são apropriados mediante apontamento de forma objetiva, e os custos indiretos são apropriados por meio de rateio com base na capacidade normal de produção, incluindo gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação, e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. **d. Instrumentos financeiros:** ***(i) Ativos financeiros não derivativos: a. Classificação e mensuração:*** A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. A avaliação dos ativos financeiros nos termos do CPC 48 está detalhada na tabela abaixo:

Ativos financeiros	Conta do balanço patrimonial	Categoria do ativo financeiro
Disponibilidades	Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado
Depósitos e cauções	Depósitos e cauções	Custo amortizado
Contas a receber por venda de ativos	Contas a receber	Custo amortizado
Adiantamento	Adiantamentos	Custo amortizado
Outras contas a receber	Outros créditos	Custo amortizado

b. Redução ao valor recuperável: O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda do valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção do contas a receber, caso em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma conta de provisão. ***c. Desreconhecimento (baixa):*** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro, por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver celebrado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. ***(ii) Passivos financeiros não derivativos:*** *Classificação e mensuração:* Os passivos financeiros da Companhia são fornecedores, empréstimos e financiamentos, dividendos a pagar, passivo de arrendamento e outras obrigações, sendo inicialmente mensurados pelo valor justo. Os empréstimos e financiamentos são registrados líquidos dos custos da transação. Esses passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos, com as despesas com juros reconhecidas com base na taxa efetiva. O método dos juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo período em questão. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados pela vida esperada do passivo financeiro, ou, quando apropriado, por um período menor, ao seu valor contábil líquido no reconhecimento inicial. *Desreconhecimento (baixa):* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou quando os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. **e. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. **f. Investimento em controlada:** Controladas são todas as entidades sobre as quais a Companhia detém o poder de determinar as políticas contábeis e operacionais, geralmente com uma participação de mais do que a metade dos direitos a voto. Os investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e são eliminados para fins de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas. Com base no método de equivalência patrimonial, o investimento é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da investidora no patrimônio líquido das investidas a partir da data de aquisição, reconhecido no resultado do exercício como "participações nos lucros (prejuízos) da controlada" (equivalência patrimonial). Para efeito do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Bemisa Participações e suas investidas são eliminados na medida da participação da Companhia. Perdas não realizadas são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de *impairment* do ativo transferido. Os dividendos recebidos desta participação, quando aplicável, são registrados como uma redução do valor do investimento. Quando há a perda/transferência do controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa do correspondente investimento pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido. **g. Imobilizado:** Itens do Imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido de depreciação acumulada e das perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado. Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Os itens operacionais têm a depreciação calculada com base na vida útil da mina (método de unidades produzidas), a partir da entrada em operação comercial. Para os equipamentos utilizados em área com operação em mais de um turno é adotado o critério de aceleração conforme coeficientes estabelecidos em lei. Conforme a seguir apresentado: • Veículos: 20% ao ano (vida útil de 5 anos); • Computadores e periféricos e telefonia: 20% ao ano (vida útil de 5 anos); • Equipamentos: 10% ao ano (vida útil de 10 anos); • Instalações: 10% ao ano (vida útil de 10 anos); • Benfeitorias em imóveis de terceiros: 10% ao ano (vida útil de 10 anos). Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. **h. Intangíveis–projetos em pesquisa:** Os gastos com pesquisas e desenvolvimento dos projetos de mineração estão associados à expectativa de benefícios futuros e foram reconhecidos ao custo de aquisição. São realizados mediante viabilização ou venda do projeto e quando a Companhia possui a capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento, ou estes gastos são baixados como perda no caso de o projeto ser descartado. A Companhia e suas controladas reconhecem a capitalização dos gastos a partir da obtenção de licença de instalação emitida pelo órgão ambiental competente. A amortização para as atividades operacionais será calculada com base na vida útil da mina (método de unidades produzidas), a partir da entrada em operação comercial, quando as expectativas de benefícios econômicos começarem a se realizar. **i. Intangíveis – Goodwill:** O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é mensurado em aquisições em atendimento ao CPC 15–Combinação de negócios através da identificação do valor justo dos ativos e passivos adquiridos de forma individualizada. A Companhia e suas controladas reconheceram o ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) de acordo com o laudo de Alocação de Preço de Compra (PPA) elaborado por empresa independente quando da aquisição da unidade geradora de caixa da controlada Três Picos. O ágio por expectativa de rentabilidade futura não é amortizado contabilmente, sendo um ativo intangível de vida útil indefinida. **j. Intangíveis - Direito de exploração:** Direitos minerários referem-se a direitos e obrigações que a Companhia possui total ou parcial, com relação a um título minerário, ou seja, a Companhia possui o direito na exploração da jazida sem a transferência de titularidade da concessão de lavra ou do manifesto de mina, sendo um ativo intangível de vida útil indefinida. A Companhia, nesses casos, não adquire apenas os direitos decorrentes do título, mas também as obrigações a ele inerentes, passando a responder solidariamente ao titular da concessão de lavra ou do manifesto de mina. **k. Intangíveis - Direitos contratuais:** Direitos contratuais referem-se aos gastos realizados pela Companhia em decorrência de um contrato de parceria visando a aquisição do direito de pesquisa, exploração e desenvolvimento a partir da aprovação da Agência Nacional de Mineração (ANM). A amortização desse direito será calculada com base na vida útil da mina (método de unidades produzidas), a partir da entrada em operação comercial, quando as expectativas de benefícios econômicos começarem a se realizar. Anualmente, o valor de aquisição desse direito será testado para fins de recuperabilidade (*Impairment*). **l. Arrendamentos:** A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é, ou contém, um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período, em troca de contraprestação. A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados pela taxa de juros incremental, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao financiar, por prazo semelhante e com garantia semelhante, para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso no mesmo ambiente econômico. A Companhia e suas controladas não reconhecem os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para arrendamentos de baixo valor, bem como os curto prazo conforme permitido na norma. ***m. Propriedade para investimento:*** A Propriedade para investimento foi reconhecida ao seu valor justo no seu reconhecimento inicial como resultado de combinação de negócios, sendo representado pelo custo de aquisição pago pela compra do terreno, e é apresentado nas demonstrações contábeis consolidadas pelo seu valor justo. Após o reconhecimento inicial, o ativo é mensurado pelo seu custo de aquisição sendo representado pelo valor pago equivalente ao montante originalmente reconhecido na combinação de negócios. A Companhia não identificou indicativo de perda da propriedade para investimento em 31 de dezembro de 2025 e 2024. **n. Reconhecimento de receita:** A receita de venda de minério é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade são transferidos, o que para venda no mercado interno ocorre no momento do carregamento do minério para os clientes ou pela entrega no pátio do cliente ou embarcado no vagão contratado por ele, além da prestação de serviços de logística. A receita é mensurada por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. **o. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação deles. **p. Imposto, taxas e tributos:** ***(i) Imposto de renda e contribuição social:*** A Companhia e sua controlada Pedra Branca adotam o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R$ 240 ano. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%. As demais controladas adotam o regime de apuração pelo lucro presumido. Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nas localidades que a Companhia opera e gera lucro tributável. ***(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos:*** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: • Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro tributável (ou prejuízo fiscal) e não dá origem a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis; ou • Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto: • Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro tributável (ou prejuízo fiscal) e não dá origem a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis; ou • Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pelo Grupo se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados. Os saldos de prejuízo fiscal e de base negativa da contribuição social sobre os lucros não têm prazo de prescrição e podem ser compensados até o limite de 30% do lucro fiscal apurado a cada exercício, conforme legislação fiscal vigente. Os saldos de impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo saldo líquido. ***(iii) Impostos sobre vendas:*** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as alíquotas aplicadas para as transações de venda consideram as alíquotas nominais de 1,65% para o PIS e 7,6% para o COFINS. **q. Reorganização societária entre empresas sobre controle do mesmo acionista controlador:** Conforme descrito na nota 3, a Companhia concluiu a reorganização societária mediante a incorporação da Bemisa Holding pela Companhia., sendo a Companhia a entidade sucessora da incorporação. Dessa forma com o objetivo de apresentar a posição patrimonial e financeira de forma comparativa contemplando o conceito do grupo econômico, a Companhia efetuou a reapresentação voluntária dos saldos comparativos das demonstrações contábeis como caso a reorganização ocorresse no 1º período comparativo, nesse caso foram reapresentados os saldos do balanço patrimonial, de 31 de dezembro de 2024 e 1 de janeiro de 2024, das demonstrações dos resultados e dos fluxo de caixa de 31 de dezembro de 2024 considerando caso a incorporação tivesse ocorrido em 1 de janeiro de 2024. **r. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:** A Companhia e suas controladas não tiveram quaisquer alterações em suas políticas contábeis em relação às aplicadas nas demonstrações contábeis para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. **s. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas:** ***IFRS 18: Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis:*** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)–Apresentação de Demonstrações Contábeis. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações contábeis primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2)–Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. Logo, o IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações contábeis primárias e respectivas notas explicativas. **23 Patrimônio líquido: a. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2024, o capital social estava representado por 48.763.658 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 1 de dezembro de 2025, de forma prévia a reorganização, foi deliberado o grupamento da totalidade das 48.763.658 (quarenta e oito milhões, setecentas e sessenta e três mil, seiscentas e cinquenta e oito) ações ordinárias de emissão da Companhia, considerando a proporção de 48 (quarenta e oito) ações para 1 (uma) ação, sem alteração do valor do capital social, consolidando o número de ações em 1.015.909 (um milhão, quinze mil, novecentas e nove) ações ordinárias, sem valor nominal. Como parte do grupamento de ações, foi consignado o cancelamento de fração de ações que foi pago à conta de reserva de capital. A Incorporação resultou em aumento do capital social da Bemisa Participações no valor de R$ 31.799, mediante a absorção do patrimônio da Bemisa Holding, conforme o laudo contábil da Bemisa Holding, valor este destinado integralmente ao capital social, sendo o aumento subscrito e integralizado pelos acionistas da Bemisa Holding. Dessa forma, foram emitidas 88.614.609 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, sendo emitidas 88.614.608 ações para Opportunity Holding Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Resp. Lim. e 1 (uma) ação para Douro Participações S.A. Em decorrência do aumento de capital acima referido, o capital social da Bemisa passou a ser de R$ 62.600 representado por 89.630.518, ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia é de R$ 62.600, dividido em 89.630.518 ações ordinárias (48.763.658 ações em 2024), sem valor nominal, sendo a estrutura societária, o número de ações subscritas e os respectivos percentuais de participação no capital social apresentados da seguinte forma:

Quantidade de ações por acionista	2025	%	2024	%
Opportunity Holding FIP	89.630.517	99,99%	48.763.658	100,00%
Douro Participações S.A.	1	0,001%	-	-
Total	**89.630.518**	**100,00%**	**48.763.658**	**100,00**

b. Reserva de capital: Se refere a parcela incorporada da reserva de capital da Bemisa Holding que foi extinta como parte da reorganização societária. Dessa forma o montante de R$ 117.435 foi incorporado ao patrimônio líquido da Companhia na data da transação. A utilização das reservas de capital obedece aos preceitos do art. 200 da Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações. **c. Reservas de Lucros: (i) Reserva Legal:** Refere-se à destinação de 5% do lucro líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, excluindo o saldo destinado a reserva de incentivos fiscais, até que a reserva iguale 20% do capital social. Adicionalmente, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando esta, somada às reservas de capital, exceder 30% do capital social. Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos acumulados. Em 31 de dezembro de 2025, com a destinação do lucro líquido do exercício, o total da Reserva Legal da Companhia é de R$ 12.520. **(ii) Reserva de Lucros a distribuir:** Conforme o estatuto social vigente da Bemisa Participações, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado. Tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07, em 31 de dezembro de 2025, a Administração destinou integralmente a essa reserva estatutária o saldo remanescente na rubrica lucros acumulados, no valor de R$ 398.220. Em 31 de dezembro de 2025, após a destinação do lucro líquido do exercício, o saldo das reservas de lucros a distribuir da Companhia totaliza R$ 822.049. **a. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio:** Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustados nos termos da Lei nº 6.404/79 e deduzido das destinações determinadas em Assembleia. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de juros sobre capital próprio no valor de R$ 5.100 sobre os resultados intercalares da Companhia gerados até dezembro de 2025, e que serão considerados como antecipação de dividendos com relação ao mínimo obrigatório da entidade legal Bemisa Participações S.A., e os respectivos juros de capital próprio foram pagos em 23 de janeiro de 2026. Em 24 de novembro de 2025, a Bemisa Holding S.A. (empresa extinta na incorporação) deliberou em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de juros sobre capital próprio no valor de R$ 12.335 sobre os resultados intercalares da Bemisa Holding até esta data. Em 10 de setembro de 2025, a Bemisa Holding S.A. (empresa extinta na incorporação) deliberou em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de juros sobre capital próprio no valor de R$ 24.360 sobre os resultados intercalares da Bemisa Holding até esta data. Em 18 de março de 2025, a Bemisa Holding S.A. deliberou em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de juros sobre capital próprio no valor de R$ 10.440 sobre os resultados intercalares da Bemisa Holding até esta data. Em 18 de março de 2025, a Bemisa Holding S.A. deliberou em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos complementares referente aos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 no valor de R$ 62.640 que foram baixados da conta de reserva de lucros a distribuir no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2025, os dividendos mínimos obrigatórios a pagar foram calculados da seguinte forma:

Lucro líquido do exercício (vide demonstração do resultado para fins societários – nota 3)	**125.749**
(-) Reserva legal (5% limitado a 20% do capital social)	(6.160)
(-) Absorção de prejuízos acumulados	(20.031)
Lucro líquido ajustado	99.558
Dividendos mínimo obrigatório (25%)	24.889
Antecipações	
(-) JCP da Bemisa Participações distribuídos antecipadamente em 2025 (i)	(5.100)
Total dividendos mínimo obrigatório a pagar (ii)	**19.789**

(i) Os juros sobre o capital próprio antecipados em dezembro de 2025, no montante de R$ 5.100, foram pagos pela Companhia aos acionistas em 23 de janeiro de 2026. (ii) Os dividendos mínimos obrigatórios foram provisionados no passivo circulante da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 nos montantes de R$ 19.789 e R$ 38.259, respectivamente.

Augusto Cesar Calazans Lopes – Diretor Presidente; João Ricardo Massari Pereira – Diretor Financeiro; Leonardo Araújo Ferreira - Contador - CRC 116384/O-2

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da Bemisa Participações S.A. Rio de Janeiro–RJ **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Bemisa Participações S.A. ("Companhia") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Bemisa Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Luis Claudio França de Araújo- Contador CRC RJ-091559/O-4

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

(21) 99122-4278

(11) 2655-1899

Pirapora II Solar Holding S.A.

CNPJ. nº 27.219.024/0001-92

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro - *(Em reais, exceto se indicado de outra forma)*

		Controladora		Consolidado	
Ativos	**Nota**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	572.955	2.077.157	5.788.021	2.429.497
Títulos e valores mobiliários	5	11.548.177	8.921.028	78.505.772	66.811.341
Contas a receber	6	-	-	8.974.291	8.725.634
Contas a receber de partes relacionadas	23.1	-	-	639	159.785
Tributos a recuperar	7	125.669	6.359	1.507.666	1.681.578
Adiantamentos a fornecedores		-	-	1.805.331	24.011
Dividendos a receber	23.3	9.896.357	8.905.254	-	-
		22.143.158	**19.909.798**	**96.581.720**	**79.831.846**
Não circulante					
Tributos a recuperar	7	307.877	315.245	307.877	315.245
Investimentos	8	144.406.154	129.146.574	-	-
Imobilizado	9	-	-	323.931.315	339.667.425
Intangíveis	10	15.523.653	16.130.189	15.523.653	16.130.189
Direito de uso	11.1	-	-	7.107.416	7.914.593
		160.237.684	**145.592.008**	**346.870.261**	**364.027.452**
Total de ativos		**182.380.842**	**165.501.806**	**443.451.981**	**443.859.298**

		Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**Nota**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Circulante					
Contas a pagar	13	112.813	10.850	9.758.933	8.709.005
Tributos a recolher	12	3.878	296	401.179	773.173
Contas a pagar a partes relacionadas	23.2	-	-	1.008.192	458.514
Adiantamentos de clientes		-	-	568.194	-
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	19.328.418	19.600.456
Debêntures a pagar	15	14.864.124	12.505.644	14.864.124	12.505.644
Impostos a recolher		-	-	1.135.951	953.619
Passivo de arrendamento	11.2	-	-	389.583	1.066.089
Dividendos a pagar	23.4	7.410.926	5.948.187	7.410.926	5.948.187
		22.391.741	**18.464.977**	**54.865.500**	**50.014.687**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	218.820.276	237.711.314
Debêntures a pagar	15	107.748.495	117.029.001	107.748.495	117.029.001
Passivo de arrendamento	11.2	-	-	7.873.265	7.623.427
Impostos diferidos		-	-	603.970	268.750
Passivo para descomissionamento		-	-	1.299.869	1.204.291
		107.748.495	**117.029.001**	**336.345.875**	**363.836.783**
Patrimônio líquido					
Capital social	16.1	10.075.818	10.075.818	10.075.818	10.075.818
Reserva legal	16.2	2.015.164	2.015.164	2.015.164	2.015.164
Reserva de lucros		22.232.778	-	22.232.778	-
Dividendos adicionais propostos	16.4	17.916.846	17.916.846	17.916.846	17.916.846
Total do patrimônio líquido		**52.240.606**	**30.007.828**	**52.240.606**	**30.007.828**
Total do passivo e patrimônio líquido		**182.380.842**	**165.501.806**	**443.451.981**	**443.859.298**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido dos exercícios encerrados em 31 de dezembro (Em reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Reserva de lucros	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01/01/2024		**10.075.818**	**2.015.164**	**25.316.552**	**-**	**-**	**37.407.534**
Dividendos distribuídos de reserva de lucros	16.3	-	-	(25.244.266)	-	-	(25.244.266)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	23.792.747	-	23.792.747
Destinação do lucro líquido do exercício		**-**	**-**	-	**-**	-	-
Reserva legal	16.2	-	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16.3	-	-	-	(5.948.187)	-	(5.948.187)
Dividendos adicionais propostos	16.4	-	-	17.844.560	(17.844.560)	-	-
Saldo em 31/12/2024		**10.075.818**	**2.015.164**	**17.916.846**	**-**	**-**	**30.007.828**
Dividendos distribuídos de reserva de lucros	16.3	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	29.643.704	-	29.643.704
Destinação do lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-
Reserva legal	16.2	-	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16.3	-	-	-	(7.410.926)	-	(7.410.926)
Reserva de lucros		**-**	**-**	**-**	(22.232.778)	22.232.778	**-**
Saldo em 31/12/2025		**10.075.818**	**2.015.164**	**17.916.846**	**-**	**22.232.778**	**52.240.606**

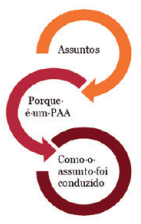
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas **Pirapora II Solar Holding S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Pirapora II Solar Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31/12/2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31/12/2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais Assuntos de Auditoria: Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA - Reconhecimento de receitas (Notas 2.6 (c), 3.14 e 17): A receita da Companhia e de suas controladas decorre da geração de energia elétrica produzida por seus ativos e negociada por meio de contratos com seus clientes. Alguns contratos estabelecem que sejam apuradas as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada, a cada ano e quadriênio contratual, para a apuração de ressarcimentos decorrentes de não atingimento da geração de volumes mínimos de energia. Esse mecanismo pode provocar, em determinados períodos do fornecimento, ajustes nos valores das receitas a serem reconhecidas, sendo a Companhia obrigada a restituir valores aos seus clientes em um determinado período de tempo, ou comprar energia a preços de mercado para honrar os termos acordados contratualmente. Também, pode haver desvios positivos entre a energia gerada e a energia contratada, ocasionando receita extra, registrada como redução da provisão de ressarcimento ou contas a receber. Desta forma, a receita é mensurada considerando um julgamento crítico da diretoria relativo ao atingimento de geração de energia mínima contratual no tempo estipulado em cada contrato. Em decorrência do julgamento crítico da diretoria na mensuração da receita em relação ao atingimento de geração de energia mínima contratual estipulado em cada contrato, consideramos essa área relevante para nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Como resposta de auditoria, nossa abordagem incluiu os seguintes principais procedimentos: (i) o entendimento dos controles relevantes implementados pela Companhia para obtenção dos de geração de energia bem como apuração das diferenças entre energia gerada e contratada; (ii) leitura dos termos contratuais que determinam as quantidades firmadas com os clientes; (iii) recálculo da receita considerando os termos contratuais negociados e os volumes gerados; (iv) inspeção, em base amostral, da documentação suporte da energia gerada e entregue, comparando-a com a receita reconhecida contabilmente; e (v) leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria para o reconhecimento da receita são razoáveis e consistentes com as informações e documentos apresentados. **Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5
Bruno Guedes Monteiro
Contador CRC 1RJ118070/O-0

Demonstrações do resultado dos exercícios encerrados em 31 de dezembro *(Em reais, exceto se indicado de outra forma)*

		Controladora		Consolidado	
Receitas e custos operacionais	**Nota**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Receita líquida de vendas	17	-	-	99.286.095	89.151.156
Custos das vendas	18	-	-	(41.066.838)	(32.464.868)
Lucro bruto		**-**	**-**	**58.219.257**	**56.686.288**
Despesas gerais e administrativas	19	(719.020)	(1.198.473)	(2.108.282)	(2.516.847)
Equivalência patrimonial	8	41.668.870	37.495.806	-	-
Outras receitas e despesas	20	2.411	32.207	13.393	117.118
Lucro operacional		**40.952.261**	**36.329.540**	**56.124.368**	**54.286.559**
Despesas financeiras	21	(11.919.572)	(12.562.601)	(29.217.565)	(30.949.260)
Receitas financeiras	21	611.015	25.808	8.594.634	5.575.184
Resultado financeiro		**(11.308.557)**	**(12.536.793)**	**(20.622.931)**	**(25.374.076)**
Lucro antes do IR e da CS		**29.643.704**	**23.792.747**	**35.501.437**	**28.912.483**
Imposto de renda e contribuição social corrente	22	-	-	(5.850.074)	(5.186.830)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	-	-	(7.659)	67.094
Lucro líquido do exercício		**29.643.704**	**23.792.747**	**29.643.704**	**23.792.747**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente - dos exercícios encerrados em 31 de dezembro *(Em reais, exceto se indicado de outra forma)*

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Lucro líquido do exercício	29.643.704	23.792.747	29.643.704	23.792.747
Resultado abrangente do exercício	**29.643.704**	**23.792.747**	**29.643.704**	**23.792.747**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios encerrados em 31 de dezembro *(Em reais, exceto se indicado de outra forma)*

		Controladora		Consolidado	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	**Nota**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Lucro líquido do exercício		29.643.704	23.792.747	29.643.704	23.792.747
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recurso do caixa:					
Depreciação e amortização	18	606.535	985.857	20.055.730	19.800.757
Custos sobre empréstimos e debêntures e juros	21	11.541.176	12.431.263	27.954.474	31.422.140
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	21	(590.707)	(25.808)	(8.265.072)	(5.571.303)
PIS e COFINS diferidos		-	-	9.076	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	22	-	-	7.659	(67.094)
Imposto de renda e contribuição social corrente	22	-	-	5.850.074	5.186.830
Resultado com variação monetária		(20.309)	-	(233.806)	-
Resultado de equivalência patrimonial	8	(41.668.870)	(37.495.806)	-	-
		(488.471)	**(311.747)**	**75.021.839**	**74.564.077**
Variações dos ativos e passivos operacionais					
Contas a receber de clientes	6	-	-	(248.657)	2.222.111
Contas a receber de partes relacionadas	23.1	-	-	159.147	(153.206)
Adiantamentos a fornecedores		-	-	(1.781.321)	390
Despesas antecipadas		-	1.052	-	4.732
Tributos a recuperar	7	(91.632)	(7.639)	510.666	(728.027)
Tributos a recolher	12	3.581	(9.026)	(53.508)	(867.024)
Contas a pagar	13	101.963	(31.286)	1.015.971	4.562.317
Contas a pagar a partes relacionadas	23.2	-	-	549.678	57.922
Adiantamento de clientes (DFC)		-	-	568.194	-
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações		**13.912**	**(46.899)**	**720.170**	**5.099.215**
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(5.667.742)	(5.178.799)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais		**(474.559)**	**(358.646)**	**70.074.267**	**74.484.493**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Pagamentos na aquisição de imobilizado e intangível	9	-	1.615	(2.871.952)	(2.135.891)
Aplicações (resgates) em títulos e valores mobiliários		(2.036.442)	(1.413.326)	(3.429.359)	17.412.285
Dividendos recebidos	8	25.418.187	53.556.632	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		**23.381.745**	**52.144.921**	**(6.301.311)**	**15.276.394**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Pagamento de empréstimos - principal	14	-	-	(18.890.789)	(18.890.582)
Pagamento de empréstimos – juros	14	-	-	(15.814.034)	(17.967.036)
Pagamento de debêntures	15	(9.178.439)	(7.674.203)	(9.178.439)	(7.674.203)
Pagamento de juros sobre debêntures	15	(9.258.401)	(8.326.225)	(9.258.401)	(8.326.225)
Custos com debêntures		(26.361)	(25.591)	(26.361)	(25.591)
Dividendos pagos	16.3	(5.948.187)	(33.683.117)	(5.948.187)	(33.683.117)
Pagamento de passivo de arrendamento	11.2	-	-	(1.298.221)	(1.195.576)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(24.411.388)**	**(49.709.136)**	**(60.414.432)**	**(87.762.330)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(1.504.202)**	**2.077.139**	**3.358.524**	**1.998.557**
Variação do caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		2.077.157	18	2.429.497	430.940
No final do exercício		572.955	2.077.157	5.788.021	2.429.497
		(1.504.202)	**2.077.139**	**3.358.524**	**1.998.557**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios encerrados em 31 de dezembro *(Em reais, exceto se indicado de outra forma)*

Informações suplementares sobre transações que não envolvem caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Aquisição de imobilizado	-	-	33.957	231.651
Adição do direito de uso e passivo de arrendamento	-	-	-	47.127
Provisão para desmobilização	-	-	-	1.204.291

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

André Salgado	**Jessica Von Moegen**	**Roger de Quintanilha Esteves**
Diretor Presidente	Diretora Financeira	Contador- CRC 125542/O-2

As demonstrações financeiras completas e auditadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://www.d????????????????

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Telefones
(21) 99122-4278
(11) 2655-1899

publicidade@diariodoacionista.com.br

Pirapora Solar Holding S.A.

CNPJ. nº 25.117.259/0001-48

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro - *(Em reais, exceto se indicado de outra forma)*

		Controladora		Consolidado	
Ativos	**Nota**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	265.735	89.457	724.361	454.914
Títulos e valores mobiliários	5	40.387.198	14.459.979	236.792.842	183.326.198
Contas a receber	6	-	-	15.436.291	14.675.502
Contas a receber de partes relacionadas	23.1	-	247	9.372	39.687
Tributos a recuperar	7	653.080	60.099	4.488.610	3.866.843
Adiantamentos a fornecedores		4.331	4.333	755.286	83.064
Dividendos a receber	23.3	9.424.747	28.913.704	-	-
		50.735.091	**43.527.819**	**258.206.762**	**202.446.208**
Não circulante					
Tributos a recuperar	7	2.180.663	2.204.899	2.180.664	2.204.899
Investimentos	8	361.161.171	366.097.842	-	-
Imobilizado	9	-	-	619.801.339	652.976.454
Intangíveis	10	25.299.589	26.301.553	25.299.589	26.301.553
Direito de uso	11.1	-	-	12.651.285	14.055.541
		388.641.423	**394.604.294**	**659.932.877**	**695.538.447**
Total de ativos		**439.376.514**	**438.132.113**	**918.139.639**	**897.984.655**

		Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**Nota**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Circulante					
Contas a pagar	13	73.613	13.441	39.115.656	10.706.578
Tributos a recolher	12	23.126	5.814	656.457	1.322.280
Contas a pagar a partes relacionadas	23.2	300.000	300.000	5.900.921	2.132.879
Adiantamentos de clientes		-	-	64.545	-
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	27.927.284	24.893.379
Debêntures a pagar	15	17.579.044	21.070.514	17.579.044	21.070.514
Impostos a recolher		-	-	1.649.356	1.569.065
Passivo de arrendamento	11.2	-	-	690.850	1.895.436
Dividendos a pagar	23.4	2.878.244	5.388.558	2.878.244	5.388.558
		20.854.027	**26.778.327**	**96.462.357**	**68.978.689**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	385.987.778	401.668.609
Debêntures a pagar	15	210.576.349	212.648.326	210.576.349	212.648.326
Passivo de arrendamento	11.2	-	-	13.961.706	13.524.414
Impostos diferidos		-	-	1.038.862	452.005
Passivo para descomissionamento		-	-	2.166.449	2.007.151
		210.576.349	**212.648.326**	**613.731.144**	**630.300.505**
Patrimônio líquido					
Capital social	16.1	178.892.467	178.892.467	178.892.467	178.892.467
Reserva legal	16.2	4.253.268	3.647.321	4.253.268	3.647.322
Reserva de lucros		8.634.731	-	8.634.731	-
Dividendos adicionais propostos	16.4	16.165.672	16.165.672	16.165.672	16.165.672
Total do patrimônio líquido		**207.946.138**	**198.705.460**	**207.946.138**	**198.705.461**
Total do passivo e patrimônio líquido		**439.376.514**	**438.132.113**	**918.139.639**	**897.984.655**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido dos exercícios encerrados em 31 de dezembro (Em reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Reserva de lucros	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01/01/2024		**178.892.467**	**2.512.888**	**30.023.927**	**-**	**-**	**211.429.282**
Dividendos distribuídos de reserva de lucros	16.3	-	-	(30.023.927)	-	**-**	(30.023.927)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	22.688.663	**-**	22.688.663
Destinação do lucro líquido do exercício		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	-
Reserva legal	16.2	-	1.134.433	-	(1.134.433)	**-**	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16.3	-	-	-	(5.388.558)	**-**	(5.388.558)
Dividendos adicionais propostos	16.4	-	-	16.165.672	(16.165.672)	**-**	-
Saldo em 31/12/2024		**178.892.467**	**3.647.321**	**16.165.672**	**-**	**-**	**198.705.461**
Dividendos distribuídos de reserva de lucros	16.3	-	-	-	-	-	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	12.118.921	-	12.118.921
Destinação do lucro líquido do exercício							
Reserva legal	16.2	-	605.947	-	(605.947)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16.3	-	-	-	(2.878.243)	-	(2.878.243)
Reserva de lucros		**-**	**-**	-	(8.634.731)	8.634.731	**-**
Saldo em 31/12/2025		**178.892.467**	**4.253.268**	**16.165.672**	**-**	**8.634.731**	**207.946.138**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

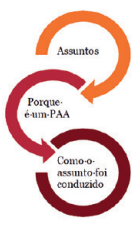
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas - **Pirapora Solar Holding S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Pirapora Solar Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA - Reconhecimento de receitas - (Notas 2.6 (b), 3.14 e 17): A receita da Companhia e de suas controladas decorre da geração de energia elétrica produzida por seus ativos e negociada por meio de contratos com seus clientes. Alguns contratos estabelecem que sejam apuradas as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada, a cada ano e quadriênio contratual, para a apuração de ressarcimentos decorrentes de não atingimento da geração de volumes mínimos de energia. Esse mecanismo pode provocar, em determinados períodos do fornecimento, ajustes nos valores das receitas a serem reconhecidas, sendo a Companhia obrigada a restituir valores aos seus clientes em um determinado período de tempo, ou comprar energia a preços de mercado para honrar os termos acordados contratualmente. Também, pode haver desvios positivos entre a energia gerada e a energia contratada, ocasionando receita extra, registrada como redução da provisão de ressarcimento ou contas a receber. Desta forma, a receita é mensurada considerando um julgamento crítico da diretoria relativo ao atingimento de geração de energia mínima contratual no tempo estipulado em cada contrato. Em decorrência do julgamento crítico da diretoria na mensuração da receita em relação ao atingimento de geração de energia mínima contratual estipulado em cada contrato, consideramos essa área relevante para nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Como resposta de auditoria, nossa abordagem incluiu os seguintes principais procedimentos: (i) o entendimento dos controles relevantes implementados pela Companhia para obtenção dos de geração de energia bem como apuração das diferenças entre energia gerada e contratada; (ii) leitura dos termos contratuais que determinam as quantidades firmadas com os clientes; (iii) recálculo da receita considerando os termos contratuais negociados e os volumes gerados; (iv) inspeção, em base amostral, da documentação suporte da energia gerada e entregue, comparando-a com a receita reconhecida contabilmente; e (v) leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria para o reconhecimento da receita são razoáveis e consistentes com as informações e documentos apresentados.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência deaz auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5
Bruno Guedes Monteiro
Contador CRC 1RJ118070/O-0

Demonstrações do resultado dos exercícios encerrados em 31 de dezembro *(Em reais, exceto se indicado de outra forma)*

		Controladora		Consolidado	
Receitas e custos operacionais	**Nota**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Receita líquida de vendas	17	-	-	143.192.812	152.318.711
Custos das vendas	18	-	-	(56.315.783)	(55.444.963)
Lucro bruto		**-**	**-**	**86.877.029**	**96.873.748**
Despesas gerais e administrativas	19	(1.223.167)	(1.414.733)	(3.911.135)	(4.162.855)
Equivalência patrimonial	8	39.683.144	51.868.770	-	-
Outras receitas e despesas		5.286	59.237	(3.079)	282.407
Lucro operacional		**38.465.263**	**50.513.274**	**82.962.815**	**92.993.300**
Despesas financeiras	21	(29.867.680)	(31.044.120)	(84.360.371)	(77.202.924)
Receitas financeiras	21	3.521.338	3.219.509	26.685.357	16.785.281
Resultado financeiro		**(26.346.342)**	**(27.824.611)**	**(57.675.014)**	**(60.417.643)**
Lucro antes do IR e da CS		**12.118.921**	**22.688.663**	**25.287.801**	**32.575.657**
Imposto renda e contribuição social corrente	22	-	-	(13.145.448)	(10.067.577)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	-	-	(23.432)	180.583
Lucro líquido do exercício		**12.118.921**	**22.688.663**	**12.118.921**	**22.688.663**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente - dos exercícios encerrados em 31 de dezembro *(Em reais, exceto se indicado de outra forma)*

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Lucro líquido do exercício	12.118.921	22.688.663	12.118.921	22.688.663
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	**12.118.921**	**22.688.663**	**12.118.921**	**22.688.663**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios encerrados em 31 de dezembro *(Em reais, exceto se indicado de outra forma)*

		Controladora		Consolidado	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	**Nota**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Lucro líquido do exercício		12.118.921	22.688.663	12.118.921	22.688.663
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recurso do caixa:					
Depreciação e amortização	18	1.001.964	1.001.964	40.043.437	38.397.231
Custos sobre empréstimos e debêntures e juros	21	29.336.019	30.755.557	80.012.400	75.977.737
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	21	(3.227.577)	(3.219.509)	(25.900.285)	(16.778.812)
PIS e COFINS diferidos		-	-	27.769	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	22	-	-	23.432	(180.583)
Imposto de renda e contribuição social corrente	22	-	-	13.145.448	10.067.577
Resultado de equivalência patrimonial	8	(39.683.144)	(51.868.770)	-	-
Resultado com variação cambial e monetária		(291.481)	-	(623.199)	-
		(745.298)	**(642.095)**	**118.847.923**	**130.171.813**
Variações dos ativos e passivos operacionais					
Contas a receber de clientes	6	-	-	(760.789)	5.861.905
Contas a receber de partes relacionadas	23.1	247	-	30.315	156.510
Adiantamentos a fornecedores		-	1.500	(672.224)	302.645
Despesas antecipadas		-	1.051	-	240.946
Tributos a recuperar	7	(277.264)	(701.470)	184.965	(2.272.937)
Tributos a recolher	12	17.312	(67.287)	(130.168)	(1.442.112)
Contas a pagar	13	60.172	(42.394)	28.331.568	5.479.792
Contas a pagar a partes relacionadas	23.2	-	300.000	3.768.042	1.506.734
Adiantamento de clientes		-	(301.270)	64.545	(1.270)
		(199.533)	**(809.870)**	**30.816.254**	**9.832.213**
Caixa gerado pelas operações					
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(13.065.158)	(10.283.757)
Caixa líquido aplicado (gerado pelas) nas atividades operacionais		**(944.831)**	**(1.451.965)**	**136.599.019**	**129.720.269**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Pagamentos na aquisição de imobilizado e intangível	9	-	1.768	(4.384.592)	(4.224.284)
Aplicações (resgates) em títulos e valores mobiliários		(22.699.642)	30.212.237	(27.566.360)	10.202.054
Redução de capital nas investidas	8	34.673.060	32.346.990	-	-
Dividendos recebidos		29.435.713	11.500.000	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		**41.409.131**	**74.060.995**	**(31.950.952)**	**5.977.770**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Pagamento de empréstimos - principal	14	-	-	(24.172.304)	(21.777.285)
Pagamento de empréstimos - juros	14	-	-	(37.608.259)	(38.988.486)
Pagamento de debêntures	15	(12.094.817)	(10.775.506)	(12.094.817)	(10.775.506)
Pagamento de juros sobre debêntures	15	(18.797.524)	(17.738.053)	(18.797.524)	(17.738.053)
Dividendos pagos	16.3	(5.388.557)	(40.031.903)	(5.388.557)	(40.031.903)
Custos com debêntures		(4.007.124)	(4.007.000)	(4.007.124)	(4.007.000)
Pagamento de passivo de arrendamento	11.2	-	-	(2.310.035)	(2.127.412)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(40.288.022)**	**(72.552.462)**	**(104.378.620)**	**(135.445.645)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		**176.278**	**56.568**	**269.447**	**252.394**
Variação do caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		89.457	32.889	454.914	202.520
No final do exercício		265.735	89.457	724.361	454.914
		176.278	**56.568**	**269.447**	**252.394**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios encerrados em 31 de dezembro *(Em reais, exceto se indicado de outra forma)*

Informações suplementares sobre transações que não envolvem caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Aquisição de imobilizado	-	-	77.508	572.918
Passivo para descomissionamento	-	-	-	2.007.151

DF_DFC_Inf_suplementares

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios encerrados em 31 de dezembro *(Em reais, exceto se indicado de outra forma)*

André Salgado Diretor Presidente	**Jessica Von Moegen** Diretora Financeira	**Roger de Quintanilha Esteves** Contador- CRC 125542/O-2

As demonstrações financeiras completas e auditadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://www.d????????????????

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Telefones

(21) 99122-4278

(11) 2655-1899

publicidade@diariodoacionista.com.br

Serra do Seridó F2 Holding S.A.

CNPJ. nº 43.386.975/0001-02

EDF

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro - *(Em reais, exceto se indicado de outra forma)*

Ativos	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	167.967	922	4.414.315	1.101.846
Títulos e valores mobiliários	5	66.405.370	66.758.760	149.529.546	137.410.027
Contas a receber	6	26.176.516	-	47.640.392	15.766.290
Contas a receber de partes relacionadas	22.1	32.480.256	5.004.714	31.851.844	-
Tributos a recuperar	7	4.789.967	2.311.208	5.224.589	3.794.182
Adiantamentos a fornecedores		112.654	112.648	1.861.878	1.779.529
Despesas antecipadas		-	1.373	-	9.576
Dividendos a receber	22.3	11.446.927	5.040.003	-	-
Outros ativos		1.000	1.000	1.011.927	3.400
		141.580.656	**79.230.627**	**241.534.491**	**159.864.850**
Não circulante					
Empréstimos a partes relacionadas	22.4	13.910.308	73.573.716	-	-
Tributos a recuperar	7	4.332.779	-	4.332.779	-
Investimentos	8	1.121.083.890	1.081.396.132	-	-
Imobilizado	9	5.608	5.608	1.435.096.447	1.482.466.890
Intangíveis	10	7.236	7.236	7.236	7.236
Direito de uso		-	-	-	607.075
		1.139.339.821	**1.154.982.692**	**1.439.436.462**	**1.483.081.201**
Total de ativos		**1.280.920.477**	**1.234.213.319**	**1.680.970.953**	**1.642.946.051**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Circulante					
Contas a pagar	12	30.316.222	41.404	71.757.297	28.753.106
Tributos a recolher	11	3.050	16.983	1.859.215	1.787.695
Contas a pagar a partes relacionadas	22.2	60.660.747	-	72.149.382	28.817.844
Empréstimos e financiamentos	23	-	-	23.766.251	21.032.300
Debêntures a pagar	14	25.262.141	37.760.550	25.262.141	37.760.550
Impostos a recolher		-	-	2.986.997	2.102.995
Passivo de arrendamento		-	-	-	80.580
		116.242.160	**37.818.937**	**197.781.283**	**120.335.070**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	23	-	-	313.907.971	322.424.889
Debêntures a pagar	14	415.741.827	415.513.666	415.741.827	415.513.666
Empréstimos com partes relacionadas	22.5	-	72.704.714	-	72.704.714
Passivo de arrendamento		-	-	-	421.602
Impostos diferidos		2.421.213	-	3.814.861	485.602
Passivo para descomissionamento		-	-	3.209.734	2.884.506
		418.163.040	**488.218.380**	**736.674.393**	**814.434.979**
Patrimônio líquido					
Capital social	15.1	770.373.052	723.043.324	770.373.052	723.043.324
Prejuízos acumulados		(23.857.775)	(14.867.323)	(23.857.775)	(14.867.322)
Total do patrimônio líquido		**746.515.277**	**708.176.002**	**746.515.277**	**708.176.002**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.280.920.477**	**1.234.213.319**	**1.680.970.953**	**1.642.946.051**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido dos exercícios encerrados em 31 de dezembro (Em reais, exceto se indicado de outra forma)

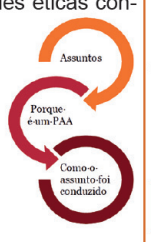
	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01/01/2024		**610.521.902**	**(5.100.128)**	**605.421.774**
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-
Aumento de capital		112.521.422	-	112.521.422
Prejuízo do exercício		-	(9.767.194)	(9.767.194)
Saldo em 31/12/2024		**723.043.324**	**(14.867.322)**	**708.176.002**
Aumento de capital	15.1	47.329.728	-	47.329.728
Prejuízo do exercício		-	(8.990.453)	(8.990.453)
Saldo em 31/12/2025		**770.373.052**	**(23.857.775)**	**746.515.277**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas - Serra do Seridó F2 Holding S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Serra do Seridó F2 Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais Assuntos de Auditoria: Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA - Reconhecimento de receitas - (Notas 3.14 e 16): A receita da Companhia e de suas controladas decorre da geração de energia elétrica produzida por seus ativos e negociada por meio de contratos com seus clientes. Alguns contratos estabelecem que sejam apuradas as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada, a cada ano e quadriênio contratual, para a apuração de ressarcimentos decorrentes de não atingimento da geração de volumes mínimos de energia. Esse mecanismo pode provocar, em determinados períodos do fornecimento, ajustes nos valores das receitas a serem reconhecidas, sendo a Companhia obrigada a restituir valores aos seus clientes em um determinado período de tempo, ou comprar energia a preços de mercado para honrar os termos acordados contratualmente. Também, pode haver desvios positivos entre a energia gerada e a energia contratada, ocasionando receita extra, registrada como redução da provisão de ressarcimento ou contas a receber. Desta forma, a receita é mensurada considerando um julgamento crítico da diretoria relativo ao atingimento de geração de energia mínima contratual no tempo estipulado em cada contrato. Em decorrência do julgamento crítico da diretoria na mensuração da receita em relação ao atingimento de geração de energia mínima contratual estipulado em cada contrato, consideramos essa área relevante para nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Como resposta de auditoria, nossa abordagem incluiu os seguintes principais procedimentos: (i) o entendimento dos controles relevantes implementados pela Companhia para obtenção dos dados de geração de energia bem como apuração das diferenças entre energia gerada e contratada; (ii) leitura dos termos contratuais que determinam as quantidades firmadas com os clientes; (iii) recálculo da receita considerando os termos contratuais negociados e os volumes gerados; (iv) inspeção, em base amostral, da documentação suporte da energia gerada e entregue, comparando-a com a receita reconhecida contabilmente; e (v) leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria para o reconhecimento da receita são razoáveis e consistentes com as informações e documentos apresentados. **Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras:** A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2026
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/F-5
Bruno Guedes Monteiro
Contador - CRC 1RJ118070/O-0

Demonstrações do resultado dos exercícios encerrados em 31 de dezembro *(Em reais, exceto se indicado de outra forma)*

Receitas e custos operacionais	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receita líquida de vendas	16	266.207.325	-	345.005.260	155.630.850
Custos das vendas	17	(283.402.464)	-	(268.880.868)	(91.289.552)
Lucro (prejuízo) bruto		**(17.195.139)**	**-**	**76.124.392**	**64.341.298**
Despesas gerais e administrativas	18	(181.903)	(1.319.784)	(2.921.894)	(3.662.265)
Equivalência patrimonial	8	55.995.237	17.128.164	-	-
Outras receitas e despesas	19	-	22.097	3.207.248	(49.143)
Lucro operacional		**38.618.195**	**15.830.477**	**76.409.746**	**60.629.890**
Despesas financeiras	20	(52.837.674)	(29.896.830)	(88.579.490)	(74.080.353)
Receitas financeiras	20	3.824.890	4.299.159	11.551.832	10.855.802
Resultado financeiro		**(49.012.784)**	**(25.597.671)**	**(77.027.658)**	**(63.224.551)**
Prejuízo antes do IR e da CS		**(10.394.589)**	**(9.767.194)**	**(617.912)**	**(2.594.661)**
IR e CS corrente	21	-	-	(9.624.472)	(7.009.982)
IR e CS diferidos	21	1.404.136	-	1.251.931	(162.551)
Prejuízo do exercício		**(8.990.453)**	**(9.767.194)**	**(8.990.453)**	**(9.767.194)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente - dos exercícios encerrados em 31 de dezembro *(Em reais, exceto se indicado de outra forma)*

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Prejuízo do exercício	(8.990.453)	(9.767.194)	(8.990.453)	(9.767.194)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	**(8.990.453)**	**(9.767.194)**	**(8.990.453)**	**(9.767.194)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios encerrados em 31 de dezembro *(Em reais, exceto se indicado de outra forma)*

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Prejuízo do exercício		(8.990.453)	(9.767.194)	(8.990.453)	(9.767.194)
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recurso do caixa:					
Depreciação e amortização	17	-	-	61.727.237	44.820.206
Custos sobre empréstimos e debêntures e juros	20	52.259.718	28.646.210	84.050.064	69.643.755
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	20	(3.782.879)	(4.297.964)	(11.000.157)	(10.854.607)
PIS e COFINS diferidos		2.421.213	-	2.601.585	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	21	(1.404.136)	-	(1.251.931)	162.551
Imposto de renda e contribuição social corrente	21	-	-	9.624.472	7.009.982
Resultado de equivalência patrimonial	8	(55.995.237)	(17.128.164)	-	-
Resultado com variação cambial e monetária		(42.012)	-	(226.448)	-
		(15.533.786)	**(2.547.112)**	**136.534.369**	**101.014.693**
Variações dos ativos e passivos operacionais					
Contas a receber de clientes	6	(26.176.516)	-	(31.874.102)	(7.902.031)
Contas a receber de partes relacionadas	22.1	(27.475.542)	-	(31.851.843)	-
Adiantamentos a fornecedores		-	247	(82.349)	(151.874)
Despesas antecipadas		1.371	(1.368)	9.576	3.968.386
Tributos a recuperar	7	(6.769.527)	(715.513)	(5.211.511)	(496.984)
Outros ativos		-	-	(1.008.527)	-
Tributos a recolher	11	1.390.203	12.971	2.051.126	(73.439)
Contas a pagar	12	30.274.818	7.545	36.745.458	(4.163.505)
Contas a pagar a partes relacionadas	22.2	60.660.747	(400)	43.331.537	13.918.720
		31.905.554	**(696.518)**	**12.109.365**	**5.099.273**
Caixa gerado pelas operações					
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(8.740.470)	(5.024.671)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais		**16.371.768**	**(3.243.630)**	**139.903.264**	**101.089.295**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Recebimentos de empréstimos de partes relacionadas - principal		59.663.407	35.150.000	-	-
Pagamentos na aquisição de imobilizado e intangível	9	-	-	(7.847.792)	(58.828.939)
Redução de capital nas investidas		-	(364.600.000)	-	-
Resgates em títulos e valores mobiliários		4.136.268	(61.633.493)	(1.119.362)	(80.247.379)
Dividendos recebidos		9.900.555	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**73.700.230**	**(391.083.493)**	**(8.967.154)**	**(139.076.318)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Empréstimos obtidos		-	-	1.999.241	327.999.382
Pagamento de empréstimos - partes relacionadas	22.5	(25.374.986)	(43.500.000)	(25.374.985)	(682.432.610)
Pagamento de juros sobre empréstimos - partes relacionadas	22.5	-	-	-	(38.901.959)
Pagamento de empréstimos - principal	23	-	-	(6.931.227)	(312.019)
Pagamento de empréstimos – juros	23	-	-	(32.223.018)	(4.531.527)
Captação de debêntures	14.2	-	440.000.000	-	440.000.000
Pagamento de principal de debêntures	14.2	(15.738.878)	-	(15.738.878)	-
Pagamento de juros sobre debêntures	14.2	(48.662.005)	-	(48.662.005)	-
Custos com debêntures		(129.084)	(15.371.994)	(129.084)	(15.371.994)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	13.200.000	-	13.200.000
Custos de transação de empréstimos		-	-	(547.867)	(1.100.668)
Pagamento de passivo de arrendamento		-	-	(15.818)	(7.769)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(89.904.953)**	**394.328.006**	**(127.623.641)**	**38.540.836**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**167.045**	**883**	**3.312.469**	**553.813**
Variação do caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		922	39	1.101.846	548.033
No final do exercício		167.967	922	4.414.315	1.101.846
		167.045	**883**	**3.312.469**	**553.813**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios encerrados em 31 de dezembro *(Em reais, exceto se indicado de outra forma)*

Informações suplementares sobre transações que não envolvem caixa

	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Provisão de juros - partes relacionadas		-	-	-	(16.266.066)
Rendimentos de títulos e valores mobiliários		-	-	-	839.602
IOF		-	-	-	(411.843)
Outras despesas e receitas financeiras		-	-	-	(466.572)
Aquisição de imobilizado	13	-	-	7.313.217	7.709.801
Passivo para descomissionamento		-	-	-	2.884.506
Subscrição de capital - Crédito de turbinas		-	-	-	99.321.422
Subscrição de capital - Mútuo		47.329.728	-	47.329.728	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

André Salgado Diretor Presidente
Jessica Von Moegen Diretora Financeira
Roger de Quintanilha Esteves Contador- CRC 125542/O-2

As demonstrações financeiras completas e auditadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://www.d??????????????

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Telefones
(21) 99122-4278
(11) 2655-1899

publicidade@diariodoacionista.com.br

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

publicidade@diariodoacionista.com.br

GF PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF 15.510.909/0001-67 - NIRE 3330030247-6
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os acionistas da **GF PARTICIPAÇÕES S.A.**, convocados para a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a realizar-se no dia **27 de abril de 2026**, **às 10:00h**, na sede da Companhia, localizada na Rua General Polidoro, nº 158, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Eleição de membro do Conselho de Administração da Companhia, para preenchimento de vaga existente, cujo mandato vencerá juntamente com o mandato dos atuais. Rio de Janeiro, 16 de abril de 2026. **Luiz Fernando Froimtchuk - Conselheiro de Administração, Paulo Lerner Froimtchuk - Conselheiro de Administração.**

Diário do Acionista (21) 99122-4278 (11) 2655-1899

CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO POLO COMERCIAL DE JACAREPAGUÁ
CNPJ nº 40.266.280/0001-07
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

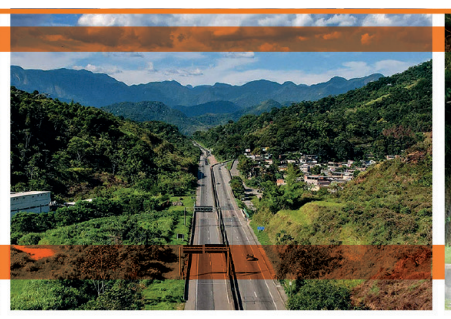
A Sra., Síndica em exercício do Condomínio do Edifício Polo Comercial de Jacarepaguá, situado na Estrada de Jacarepaguá, 7.709, Sala 212- Freguesia, Rio de Janeiro, RJ, no uso de suas atribuições, convoca os senhores condôminos para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia **27/04/2026**, às 18h:30min em primeira convocação, e às 19h:00min em segunda convocação, e com qualquer número de condôminos, na sala 212, para validamente discutirem e deliberarem a seguinte ordem do dia: 1) Aprovação do relatório e das contas da administração de 01/04/2025 a 31/03/2026; 2) Aprovação do orçamento anual com a fixação da cota condominial e do fundo de reserva para o período de 01/04/2026 a 31/03/2027; 3) Eleição de Síndico, subsíndico, membros efetivos e suplentes do conselho fiscal; 4) Ratificação da deliberação da AGO anterior no sentido de que a movimentação bancária junto as Instituições Financeiras, será sempre em conjunto, síndico e subsíndico, em particular junto à Conta Corrente nº 15714-8, Agência 9291, Banco Itaú; 5) Assuntos Gerais. Os condôminos irregulares com suas contribuições poderão participar da Assembleia, mas não poderão manifestar seus votos. Para aqueles que pretendam se fazer representar, ficam desde já advertidos de que os instrumentos de mandato somente terão validade com firma reconhecido. Rio de Janeiro, 13 de abril de 2026. ELAINE RUBINSTEIN ROSA - Síndica.

elovias

Elovias S.A.

CNPJ/MF nº 61.887.207/0001-14

elovias.com.br



Relatório da Administração

Aos Acionistas, Em atendimento às disposições legais e estatutárias, a Administração apresenta à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. **A Administração**

Balanço patrimonial Em 31 de dezembro de 2025 *(Valores expressos em milhares de reais)*

Ativo	Nota	31/12/2025	Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Nota	31/12/2025
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	6	78.946	Fornecedores	12	5.060
Banco c/ vinculada – conta reserva	7	4.380	Partes relacionadas	13	18.122
Contas a receber	8	34.409	Salários, provisões e encargos sociais	14	2.785
Adiantamento a fornecedores		186	Impostos, taxas e contribuições	15	6.640
Despesas antecipadas	9	2.382	Arrendamento mercantil – IFRS 16	12	552
Outros créditos		353	Obrigações contrato de concessão	12	819
		120.656	Dividendos	18	7.711
			Outras obrigações	12	995
					42.684
Não circulante			**Não circulante**		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	17	Provisões para contingências	17	49
Imobilizado	10	624	Arrendamento mercantil – IFRS 16	12	996
Intangível	10	82.460			**1.045**
Direito de uso	11	1.534	**Patrimônio líquido**	18	
		84.635	Capital social		306.080
			(–) Capital a integralizar		(153.040)
Total do ativo		**205.291**	Reservas legal		812
			Reservas de lucros		7.710
As notas explicativas da Administração					**161.562**
são parte integrante das demonstrações contábeis			**Total do passivo e do patrimônio líquido**		**205.291**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Para o período de 23 de julho de 2025 a 31 de dezembro de 2025 *(Valores expressos em milhares de reais)*

	Capital social	Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva de Lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 23 de julho de 2025	–	–	–	–	–	–
Constituição de Capital	306.080	(153.040)	–	–	–	153.040
Lucro do exercício	–	–	–	–	16.233	16.233
Distribuição de dividendos	–	–	–	–	(7.711)	(7.711)
Destinações:						
Constituição da reserva de retenção de lucros	–	–	–	7.710	(7.710)	–
Constituição da reserva legal	–	–	812	–	(812)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**306.080**	**(153.040)**	**812**	**7.710**	**–**	**161.562**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do resultado - Para o período de 23 de julho de 2025 a 31 de dezembro de 2025 *(Valores expressos em milhares de reais)*

	Nota	31/12/2025
Receita operacional líquida	19	77.533
Manutenção e conservação		(33.372)
Operação de rodovias		(3.158)
Custo de construção		(1.277)
Custos com pessoal		(5.314)
Custos com obrigações da concessão		(2.223)
Amortização de intangível		(57)
Outros Custos		(107)
Total custo dos serviços prestados	20	(45.508)
Lucro bruto		32.025
Gerais e administrativas		(9.925)
Despesas com pessoal		(4.052)
Depreciação arrendamento mercantil		(92)
Depreciação do imobilizado		(31)
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas		(49)
Total das despesas gerais e administrativas	20	(14.149)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		17.876
Resultado financeiro	21	
Receitas financeiras		7.044
Despesas financeiras		(422)
		6.622
Resultado antes do IRPJ e da CSLL		24.498
IRPJ e CSLL	16	
Corrente		(8.282)
Diferido		17
		(8.265)
Lucro do exercício		16.233
Quantidade de ações (lotes de mil)	18	306.080
Lucro por ação (R$)		0,05

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração dos resultados abrangentes Para o período de 23 de julho de 2025 a 31 de dezembro de 2025 *(Valores expressos em milhares de reais)*

	31/12/2025
Lucro do exercício	16.233
Total dos resultados abrangentes	16.233

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração dos fluxos de caixa Para o período de 23 de julho de 2025 a 31 de dezembro de 2025 *(Valores expressos em milhares de reais)*

	31/12/2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Resultado do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	**24.498**
Ajustes ao resultado que não afetaram o caixa	
Amortização e depreciação	180
Provisão para contingências cíveis	49
Variação em ativos e passivos operacionais	
Aumento líquido/(diminuição) dos ativos	
Contas a receber de clientes	(34.409)
Despesas antecipadas	(2.382)
Outros valores a receber	(353)
Conta vinculada	(4.380)
Adiantamento de fornecedores	(186)
Aumento líquido/(diminuição) dos passivos	
Fornecedores	5.060
Salários, provisões e encargos sociais	2.785
Impostos, taxas e contribuições	(1.643)
Adiantamentos de clientes e outras contas a pagar	1.816
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**(8.966)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento	
Aquisição de bens do intangível e imobilizado	(84.797)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento	**(84.797)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	
Integralização de capital em dinheiro	153.040
Contas a pagar empresas ligadas	18.122
Arrendamento mercantil	1.548
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**172.710**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**78.946**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	–
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	78.946
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**78.946**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do valor adicionado – informação suplementar Para o período de 23 de julho de 2025 a 31 de dezembro de 2025 *(Valores expressos em milhares de reais)*

	31/12/2025
Receitas	**84.754**
Arrecadação de pedágio	83.477
Construção	1.277
Insumos adquiridos de terceiros	**(49.572)**
Custos dos serviços prestados	(4.196)
Custos de construção	(1.277)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(44.098)
Valor adicionado bruto	**35.182**
Retenções	**(180)**
Depreciação e amortização	(180)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**35.003**
Valor adicionado recebido em transferência	**7.044**
Receitas financeiras	7.044
Valor adicionado total a distribuir	**42.047**
Distribuição do valor adicionado	**42.047**
Pessoal e encargos	**8.358**
Remuneração direta	6.360
Benefícios	1.693
F.G.T.S	305
Impostos, taxas e contribuições	**16.503**
Federais	12.321
Estaduais	8
Municipais	4.174
Remuneração do capital de terceiros	**953**
Juros	422
Aluguéis	531
Remuneração de capitais próprios	**16.233**
Lucros retidos do exercício	8.522
Dividendos	7.711

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 *(Valores expressos em milhares de reais)*

1. Contexto operacional: A Concessionária Elovias S.A. ("Companhia" ou "Concessionária") é uma Sociedade de Propósito Específico, constituída sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, com sede no Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro. A Companhia foi constituída em 23 de julho de 2025 pelo Consórcio Nova Estrada Real, formado pelas empresas Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A. ("Construcap"), Sociedad Anónima de Obras y Servicios Copasa ("Copasa") e OHLA Concesiones S.L. ("OHLA"). A Companhia tem como objeto social exclusivo a exploração, sob o regime de concessão, da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário compreendido pelos seguintes trechos: (i) Rodovia BR-040/RJ, do entroncamento com a antiga União e Indústria (Bairro Triunfo) até a divisa dos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro; (ii) Rodovia BR-040/RJ, da divisa dos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro até o entroncamento com a BR-116/RJ (Trevo das Missões), no Estado do Rio de Janeiro; e (iii) Rodovia BR-495/RJ, do entroncamento com a BR-040/RJ (Itaipava) até o entroncamento com a BR-040/RJ. O Contrato de Concessão foi celebrado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") em 30 de setembro de 2025. O Termo de Arrolamento e Transferência de Bens foi assinado em 3 de novembro de 2025, tendo a Concessionária assumido a operação do sistema rodoviário em 4 de novembro de 2025. O prazo da concessão é de 30 anos, contado da data de assunção, podendo ser prorrogado uma única vez, inclusive de forma antecipada, a critério do Poder Concedente e mediante comum acordo com a Concessionária, por período adicional de até 30 anos, nos termos da legislação aplicável e da regulamentação específica. A partir da data de assunção, a Companhia iniciou a execução das obrigações contratuais previstas no Programa de Exploração da Rodovia (PER), incluindo a fase de Trabalhos Iniciais, que compreende o conjunto de obras e serviços destinados à eliminação de problemas que impliquem riscos pessoais e materiais iminentes, bem como à provisão de requisitos mínimos de segurança e conforto aos usuários do sistema rodoviário. Em 31 de dezembro de 2025, essa fase encontrava-se em andamento, refletindo-se principalmente na estrutura de custos do exercício. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria da Companhia em 27 de fevereiro de 2026. **2. Base para preparação e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Uso de estimativas e julgamentos :** Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de estimativas e de julgamentos, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores divulgados das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **2.2. Declaração de conformidade e base de elaboração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, as normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards" (IFRS)), emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB),bem como as orientações específicas emanadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As principais políticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações contábeis são apresentadas a seguir. Tais políticas têm sido aplicadas de forma consistente no exercício apresentado e contemplam exclusivamente as informações relevantes para a adequada compreensão das demonstrações contábeis, estando alinhadas às práticas utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. **Composição Administrativa e Contábil** Nos termos da Lei nº 6.404/76, informamos a composição da administração, do contador e do auditor independente da companhia:

Comunicado

A Companhia comunica que as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas em conformidade com a legislação societária vigente, tendo sido publicada versão resumida das notas explicativas, nos termos da Lei 13.818/19 e da Lei 6.404/76. A íntegra dos documentos encontra-se disponível na versão digital publicada no mesmo jornal, no site e na sede da Companhia, à disposição dos acionistas. www.site.elovias.com.br

Duque de Caxias, 16 de abril de 2026. **A Administração**

Conselho de Administração

Roberto Ribeiro Capobianco – *Presidente do Conselho*
Germán Conde Santos – *Conselheiro*
José Zurrón Balaña – *Conselheiro*

Diretoria Executiva

Adir Afonso Borges – *Diretor*
Hermes Benith de Oliveira – *Diretor*
Linomar Barros Deroldo– *Diretor*

Contador Responsável

Aline Guimarães de Carvalho Gomes – *CRC/RJ 107983/O-9*

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Administradores da **Elovias S.A.,** Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da ELOVIAS S.A. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 23 de julho de 2025 (data da constituição) à 31 de dezembro de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da ELOVIAS S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o período de 23 de julho de 2025 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase **Apresentação de saldos comparativos:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, a Companhia foi constituída em 23 de julho de 2025 e, por esse motivo, as demonstrações contábeis referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2025 são apresentadas sem informações comparativas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outros assuntos Demonstrações do Valor Adicionado (DVA):** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de 23 de julho de 2025 a 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Administração da ELOVIAS S.A., foi apresentada por opção da Administração como informação suplementar às demonstrações contábeis individuais. A DVA foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais. Esses procedimentos incluíram a verificação da conciliação da DVA com as demonstrações contábeis e com os registros contábeis subjacentes, bem como a avaliação de sua forma e conteúdo em conformidade com os critérios estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a DVA foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os referidos critérios, e está consistente com as demonstrações contábeis individuais tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2026.

CLA - Clifton Larson Allen Brasil
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-048.811/O-0

Fernando Camanzano Martinez
Contador
CRC 1SP-328.247/O-3

Tex Courier S.A.

CNPJ nº 73.939.449/0001-93

Relatório da Administração

No ano de 2025, a economia brasileira manteve crescimento moderado, enfrentando um ambiente de políticas fiscal e monetária restritivas que pressionaram a atividade econômica. Ainda assim, as projeções consolidadas do Banco Central do Brasil, conforme o último Relatório Focus, indicam que o PIB deve crescer 1,84% em 2026, superando as expectativas iniciais do mercado, mesmo diante de desafios relevantes nos cenários interno e externo. A inflação foi um dos principais vetores do ambiente macroeconômico ao longo do ano. O IPCA permaneceu próximo ao teto da meta e, apesar de sinais de desaceleração ao longo de 2025, manteve-se acima do centro do intervalo estabelecido, reforçando uma postura cautelosa quanto à flexibilização da política monetária. Nesse contexto, a taxa Selic permaneceu em patamar elevado durante todo o ano, encerrando 2025 em 15,0% ao ano, sem cortes por parte do Comitê de Política Monetária (COPOM). O cenário de juros elevados continuou impactando o consumo das famílias, encarecendo o crédito e restringindo parte da demanda interna e dos investimentos privados. Ainda assim, o mercado de trabalho brasileiro demonstrou resiliência, com taxas de desemprego em níveis historicamente baixos e sinais consistentes de forte ocupação, tanto no mercado formal quanto no informal. Mesmo diante desse ambiente desafiador, a Total Express apresentou desempenho resiliente e resultados sólidos em 2025. A receita bruta consolidada atingiu R$2.191,3 milhões, impulsionada principalmente pelo excelente desempenho das verticais de Soluções Customizadas e pela crescente contribuição do Cross Border. A receita líquida alcançou R$1.843,7 milhões, com aumento de 5% em comparação a 2024. Os custos dos serviços prestados, majoritariamente relacionados a despesas com frete, totalizaram R$1.411,4 milhões, também com crescimento de 5% no período. Como resultado, o lucro bruto somou R$432,3 milhões, um avanço de 3% em relação a 2024, enquanto o EBITDA atingiu R$255,1 milhões, frente a R$251,4 milhões no exercício anterior. Ao longo do ano, seguimos investindo de forma consistente em nossa infraestrutura e presença geográfica. Expandimos nossa abrangência operacional para mais de 5.000 cidades atendidas diretamente, fortalecendo o relacionamento com nossos clientes e consolidando a Total Express como o operador logístico privado com a maior capilaridade do país. Esse movimento se refletiu no aumento das despesas comerciais e administrativas, decorrente principalmente da ampliação do quadro de colaboradores, abertura de novas filiais e expansão das operações. O resultado financeiro do período foi uma despesa financeira líquida de R$64,7 milhões, representando aumento de 8% em relação a 2024. Esse movimento reflete o perfil de endividamento da companhia, integralmente indexado ao CDI, e o impacto direto da taxa Selic mais elevada, que encerrou 2025 em 15,0% ao ano, frente a 12,25% ao ano em 2024. Como consequência, o lucro líquido do exercício totalizou R$67,0 milhões, comparado a R$75,6 milhões no ano anterior. Encerramos 2025 com resultados muito positivos, apesar de um cenário macroeconômico particularmente desafiador. Superamos recordes históricos de receita nos últimos meses do ano período sazonalmente mais relevante para a companhia e colhemos resultados expressivos da estratégia de diversificação da receita. Iniciamos 2026 com o compromisso de manter elevados níveis de serviço aos nossos clientes, pavimentando o caminho para mais um ciclo de crescimento sustentável e consistente. Registramos nosso agradecimento especial a todo o time da Total Express, pela dedicação e empenho, e aos nossos clientes, pela confiança contínua em nosso trabalho.

Receita Bruta	Controladora				Consolidado			
	2025	2024	Variação %		2025	2024	Variação %	
Receita bruta de vendas	**2.190.469**	2.120.869	69.600	3%	**2.191.325**	2.121.974	69.351	3%
Impostos	**(347.526)**	(369.276)	21.750	(6%)	**(347.624)**	(369.438)	21.814	(6%)
Receita líquida de vendas	**1.842.943**	1.751.593	91.350	5%	**1.843.701**	1.752.536	91.165	5%

Demonstração dos resultados do exercício	Controladora				Consolidado			
	2025	2024	Variação		2025	2024	Variação	
Receita líquida de vendas	**1.842.943**	1.751.593	91.350	5%	**1.843.701**	1.752.536	91.165	5%
Custos dos serviços prestados	**(1.413.278)**	(1.341.530)	(71.748)	5%	**(1.411.435)**	(1.334.671)	(76.764)	6%
Lucro bruto	**429.665**	410.063	19.602	5%	**432.266**	417.865	14.401	3%
Despesas administrativas	**(147.657)**	(139.255)	(8.402)	6%	**(147.853)**	(139.312)	(8.541)	6%
Despesas com vendas	**(54.823)**	(55.721)	898	(2%)	**(54.823)**	(55.721)	898	(2%)
Resultado de equivalência patrimonial	**(2.906)**	(1.202)	(1.704)	142%	**–**	–	–	0%
Outras receitas	**26.902**	30.647	(3.745)	(12%)	**26.902**	30.647	(3.745)	(12%)
Outras despesas	**(1.377)**	(2.100)	723	(34%)	**(1.387)**	(2.126)	739	(35%)
Lucro operacional antes da depreciação e amortização	**249.804**	242.432	7.372	3%	**255.105**	251.353	3.752	1%
Amortização arrendamentos	**(60.286)**	(56.234)	(4.052)	7%	**(64.752)**	(61.431)	(3.321)	5%
Depreciação e amortização de ativos imobilizados e intangíveis	**(42.895)**	(34.372)	(8.523)	25%	**(43.768)**	(36.501)	(7.267)	20%
Resultado Financeiro								
Receitas	**21.967**	16.095	5.872	36%	**22.686**	16.176	6.510	40%
Despesas	**(86.107)**	(75.343)	(10.764)	14%	**(87.457)**	(76.272)	(11.185)	15%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**82.483**	92.578	(10.095)	(11%)	**81.814**	93.325	(11.511)	(12%)
Imposto de renda e contribuição social								
Correntes	**(16.339)**	(12.283)	(4.056)	33%	**(16.738)**	(12.334)	(4.404)	36%
Diferidos	**898**	(4.689)	5.587	(119%)	**1.966**	(5.385)	7.351	(137%)
Lucro líquido do exercício	**67.042**	75.606	(8.564)	(11%)	**67.042**	75.606	(8.564)	(11%)

Ebitda	Controladora				Consolidado			
	2025	2024	Variação %		2025	2024	Variação %	
LAIR	**82.483**	92.578	(10.095)	**(11%)**	**81.814**	93.325	(11.511)	**(12%)**
Resultado financeiro líquido	**64.140**	59.248	4.892	**8%**	**64.771**	60.096	4.675	**8%**
Depreciação e amortização	**103.181**	90.606	12.575	**14%**	**108.520**	97.932	10.588	**11%**
Ebitda	**249.804**	242.432	7.372	**3%**	**255.105**	251.353	3.752	**1%**

Balanços patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Ativo					
Circulante:					
Caixa e equivalentes de caixa	5	**130.638**	113.963	**130.766**	114.310
Títulos e valores mobiliários		**804**		**804**	
Contas a receber de clientes	6	**395.978**	332.662	**395.994**	332.744
Imposto de renda e contribuição social a compensar	18.1	**17.762**	16.781	**17.781**	17.176
Impostos a compensar		**9.844**	5.464	**9.886**	5.816
Adiantamentos a fornecedores e outros	7	**30.693**	26.649	**32.832**	29.524
Warrants a apropriar	26	**165**	165	**165**	165
Total do circulante		**585.884**	495.684	**588.228**	499.735
Não circulante:					
Realizável a longo prazo					
Empréstimos e outros créditos com partes relacionadas	26	**818**	145	**42**	22
Títulos e valores mobiliários		**490**	1.132	**490**	1.132
Contas a receber de clientes	6	**17.357**	171	**17.357**	171
Depósitos judiciais	19.1	**3.861**	3.872	**3.861**	3.872
Adiantamentos a fornecedores e outros	7	**4.101**	–	**4.101**	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.2	**56.695**	55.797	**63.021**	61.055
Warrants a apropriar	26	**522**	687	**522**	687
		83.844	61.804	**89.394**	66.939
Investimento	8	**7.656**	10.562	**–**	–
Intangível	9	**114.709**	112.272	**114.751**	112.325
Imobilizado	10	**79.056**	85.983	**79.979**	87.116
Ativo de direito de uso	16.1	**161.216**	169.333	**161.497**	174.652
		362.637	378.150	**356.227**	374.093
Total do não circulante		**446.481**	439.954	**445.621**	441.032
Total do ativo		**1.032.365**	935.638	**1.033.849**	940.767

	Notas	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante:					
Fornecedores, adiantamento de clientes e outras contas a pagar	11	**213.739**	166.520	**213.890**	162.962
Operações de risco sacado	12	**35.471**	9.748	**35.471**	9.748
Dividendos a pagar	20.3	**41.000**	17.958	**41.000**	17.958
Instrumentos derivativos	13	**2.810**	–	**2.810**	–
Obrigações trabalhistas	14	**46.556**	45.059	**47.044**	46.675
Empréstimos e financiamentos	15.1	**98.183**	63.800	**98.183**	63.800
Arrendamento mercantil	16.2	**58.877**	55.179	**59.331**	61.964
Impostos, contribuições e parcelamentos a pagar	17	**42.983**	43.985	**43.374**	44.271
Total do circulante		**539.619**	402.249	**541.103**	407.378
Não circulante:					
Exigível a longo prazo					
Empréstimos e financiamentos	15.1	**194.615**	195.550	**194.615**	195.550
Arrendamento mercantil	16.2	**124.666**	135.040	**124.666**	135.040
Impostos, contribuições e parcelamentos a pagar	17	**15.029**	28.733	**15.029**	28.733
Provisão para demandas judiciais	19	**9.718**	8.553	**9.718**	8.553
Dividendos a pagar	20.3	**24.232**	–	**24.232**	–
Outros passivos não circulantes		**1.899**	900	**1.899**	900
Total do não circulante		**370.159**	368.776	**370.159**	368.776
Patrimônio líquido:					
Capital social	20.1	**52.081**	47.950	**52.081**	47.950
Reservas de legal	20.2	**10.416**	9.590	**10.416**	9.590
Reserva de lucros		**984**	24.339	**984**	24.339
Reservas de capital		**–**	29.534	**–**	29.534
Transação com acionista não controladores		**61.663**	55.757	**61.663**	55.757
Ajuste de avaliação patrimonial		**(2.557)**	(2.557)	**(2.557)**	(2.557)
Total do patrimônio líquido		**122.587**	164.613	**122.587**	164.613
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.032.365**	935.638	**1.033.849**	940.767

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receitas de vendas	21	**1.842.943**	1.751.593	**1.843.701**	1.752.536
Custos dos serviços prestados	22	**(1.486.097)**	(1.409.653)	**(1.489.593)**	(1.410.120)
Lucro bruto		**356.846**	341.940	**354.108**	342.416
Despesas administrativas	22	**(177.895)**	(161.618)	**(178.091)**	(161.675)
Despesas com vendas	22	**(54.947)**	(55.841)	**(54.947)**	(55.841)
Resultado de equivalência patrimonial	8.1	**(2.906)**	(1.202)	**–**	–
Outras receitas	23.1	**26.902**	30.647	**26.902**	30.647
Outras despesas	23.2	**(1.377)**	(2.100)	**(1.387)**	(2.126)
Lucro operacional		**146.623**	151.826	**146.585**	153.421
Resultado financeiro:					
Receitas	24	**21.967**	16.095	**22.686**	16.176
Despesas	24	**(86.107)**	(75.343)	**(87.457)**	(76.272)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**82.483**	92.578	**81.814**	93.325
Imposto de renda e contribuição social:					
Correntes	25	**(16.339)**	(12.283)	**(16.738)**	(12.334)
Diferidos	25	**898**	(4.689)	**1.966**	(5.385)
Lucro líquido do exercício		**67.042**	75.606	**67.042**	75.606
Lucro básico e diluído por ação atribuível aos acionistas (expresso em R$ por ação)	20.4	**8,4745**	10,0895		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Lucro líquido do exercício	**67.042**	75.606	**67.042**	75.606
Outros resultados abrangentes	**–**	–	**–**	–
Total do resultado abrangente do exercício	**67.042**	75.606	**67.042**	75.606

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	**67.042**	75.606	**67.042**	75.606
Ajustes de:			**–**	
Depreciações e amortizações	**42.895**	34.372	**43.768**	36.501
Amortização de ativos de direito de uso	**60.286**	56.234	**64.752**	61.431
Baixas líquidas do imobilizado e arrendamentos financeiros	**57**	(180)	**62**	(180)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(898)**	4.689	**(1.966)**	5.385
Resultado de equivalência patrimonial	**2.906**	1.202	**–**	–
Créditos de liquidação duvidosa	**(1.286)**	3.744	**(1.286)**	3.744
(Provisão) Reversão de demandas judiciais	**3.115**	(1.813)	**3.115**	(1.813)
Juros e variação cambial	**66.312**	57.963	**66.569**	58.351
Juros e multas sobre tributos correntes	**1.701**	2.712	**1.701**	2.712
Juros e multas sobre parcelamentos tributários	**–**	643	**–**	643
Variação no valor justo de instrumentos financeiros derivativos	**2.810**	–	**2.810**	–
Apropriação de encargos sobre empréstimos	**645**	934	**645**	934
W*arrants*	**5.906**	9.381	**5.906**	9.381
	184.449	169.881	**186.076**	177.089
Variação do capital circulante				
Contas a receber	**(79.468)**	(45.090)	**(72.867)**	(43.171)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	**14.575**	11.774	**14.951**	11.535
Impostos a recuperar	**(4.380)**	1.277	**(4.070)**	1.310
Adiantamentos a fornecedores e outros	**(8.145)**	1.396	**(7.409)**	1.598
Warrants a apropriar	**165**	165	**165**	165
Depósitos judiciais	**11**	198	**11**	198
Fornecedores e outras contas a pagar	**47.219**	20.701	**44.393**	16.826
Operações de risco sacado	**26.243**	(14.168)	**26.243**	(14.168)
Obrigações trabalhistas	**1.497**	(974)	**369**	53
Outros passivos não circulantes	**999**	900	**999**	900
Baixas por pagamento de contingências	**(1.950)**	(1.459)	**(1.950)**	(1.459)
Impostos, contribuições e parcelamentos a pagar	**(16.407)**	(31.233)	**(16.302)**	(31.144)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	**(43.243)**	(36.194)	**(43.243)**	(36.194)
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(15.556)**	(20.424)	**(15.556)**	(20.424)
	(78.440)	(113.131)	**(74.266)**	(113.975)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**173.051**	132.356	**178.852**	138.720
Atividades de investimento				
Receitas com vendas de ativo imobilizado	**252**	478	**252**	478
Aquisição de ativo imobilizado	**(7.110)**	(24.620)	**(7.767)**	(25.848)
Aquisição de ativo Intangível	**(31.420)**	(40.009)	**(31.420)**	(40.009)
Partes relacionadas	**(673)**	292	**(20)**	–
Resgate (aplicação) de aplicações financeiras	**(162)**	1.259	**(162)**	1.259
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(39.113)**	(62.600)	**(39.117)**	(64.120)
Atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	**97.760**	170.000	**97.760**	170.000
Encargos sobre empréstimos e financiamentos a apropriar	**(1.216)**	(935)	**(1.216)**	(935)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	**(65.170)**	(102.857)	**(65.170)**	(102.857)
Pagamentos de passivos de arrendamentos	**(80.417)**	(73.474)	**(86.433)**	(78.659)
Encargos sobre risco sacado	**(520)**	–	**(520)**	–
Dividendos pagos	**(67.700)**	(67.700)	**(67.700)**	(67.700)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(117.263)**	(74.966)	**(123.279)**	(80.151)
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	**16.675**	(5.210)	**16.456**	(5.551)
(+) Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	**113.963**	119.173	**114.310**	119.861
(=) Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	**130.638**	113.963	**130.766**	114.310
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	**16.675**	(5.210)	**16.456**	(5.551)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Reservas de capital: Subvenção para investimentos	Reservas de capital: Transação com acionistas não controladores	Ajuste de avaliação patrimonial	Distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total do Patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2024		29.074	5.815	23.259	30.070	46.376	(2.557)	11.603	–	143.640
Aumento de Capital		18.876	–	(18.876)	–	–	–	–	–	–
Constituição do bônus dos serviços de logística (*warrants*)		–	–	–	–	9.381	–	–	–	9.381
Constituição de reserva de capital sobre crédito presumido ICMS	23.1	–	–	–	29.534	–	–	–	(29.534)	–
Constituição de reservas		–	–	24.339	–	–	–	–	(24.339)	–
Constituição de reserva legal		–	3.775	–	–	–	–	–	(3.775)	–
Pagamento de dividendos 2023		–	–	(4.383)	(30.070)	–	–	(11.603)	–	(46.056)
Constituição de dividendos 2024		–	–	–	–	–	–	–	(17.958)	(17.958)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	75.606	75.606
Saldos em 31 de dezembro de 2024		47.950	9.590	24.339	29.534	55.757	(2.557)	–	–	164.613
Aumento de Capital	20.1	**4.131**	**–**	**(4.131)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Constituição do bônus dos serviços de logística (*warrants*)		**–**	**–**	**–**	**–**	**5.906**	**–**	**–**	**–**	**5.906**
Constituição de reserva de capital sobre crédito presumido ICMS	23.1	**–**	**–**	**–**	**26.414**	**–**	**–**	**–**	**(26.414)**	**–**
Constituição de reservas de lucro				**984**					**(984)**	**–**
Constituição de reserva legal	20.2	**–**	**826**		**–**	**–**	**–**	**–**	**(826)**	**–**
Constituição de dividendos 2024		**–**	**–**	**(20.208)**	**(29.534)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(49.742)**
Dividendos mínimos obrigatório					**–**				**(16.554)**	**(16.554)**
Dividendos adicionais propostos					**(26.414)**				**(22.264)**	**(48.678)**
Lucro líquido do exercício		**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**67.042**	**67.042**
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**52.081**	**10.416**	**984**	**–**	**61.663**	**(2.557)**	**–**	**–**	**122.587**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Informações gerais: 1.1. Contexto operacional: A Tex Courier S.A. ("Companhia" ou "Tex") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na Avenida Piracema,155 na cidade de Barueri, estado de São Paulo. Controlada pela Total Express Holding LLC (Tex Holding). Com mais de 30 anos de existência, a Companhia tem como atividade principal a oferta de um amplo e diversificado portfólio de soluções logísticas para atender os seus clientes. A Tex atende desde o pequeno e médio *e-commerce* até os gigantes do varejo, incluindo operações complexas de diversas indústrias, com capilaridade e abrangência em todo o território nacional. A Tex é responsável pela entrega de uma grande variedade de carga, das mais variadas origens para os mais variados destinos, com velocidade e foco na excelência. A Companhia é controladora da subsidiária integral Anívia Serviços Aéreos Ltda., que possui como principal objeto social a prestação de serviços de transporte aéreos de cargas, sediada em São Paulo. A Companhia detém 100% de participação, conforme descrito na Nota 8. **2. Políticas Contábeis: 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. a) Critérios gerais de elaboração e divulgação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. Os ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Eles são considerados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos (ativos e passivos) e provisão para processos judiciais que estão classificados integralmente no não circulante. Em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia efetuou análises e concluiu não existirem evidências de incertezas sobre a continuidade das operações. b) Moeda funcional e moeda de apresentação: A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R$), que também é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para o Real pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado. c) Aprovação das demonstrações financeiras: As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 08 de abril de 2026. **2.2. Base de consolidação das demonstrações financeiras:** A base de consolidação da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, inclui a controlada integral Anívia Serviços Aéreos Ltda., que possui como principal objeto social a prestação de serviços de transporte aéreos de cargas, sediada em Barueri-SP. A Companhia detém 100% de participação, conforme descrito na Nota 8. Em relação ao controle podemos dizer que: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos na controlada é contabilizado com base no método de equivalência patrimonial. **2.3. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:** Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos, ou entraram em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2025, estão relacionados a seguir:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações ao CPC 02 (R2)/IAS 21	Determinação da conversibilidade de moeda e definição da taxa de câmbio à vista quando não há cambialidade	**01/01/2025**
Alterações ao CPC 18 (R3)/IAS 28 e ICPC 09 (R3)	Venda ou contribuição de ativos entre investidor e coligada ou joint venture e alinhamentos redacionais/ MEP em demonstrações individuais	**01/01/2025**

A adoção dessas normas não resultou em impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão identificados a seguir:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Esclarecimentos sobre baixa de passivos, fluxos de caixa contratuais (incluindo ESG), instrumentos vinculados e novas divulgações	01/01/2026
Melhorias Anuais às Normas IFRS - Volume 11	Alterações de escopo limitado a IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7	01/01/2026
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando Eletricidade Dependente de Condições Naturais	Uso próprio, hedge de fluxo de caixa e novas divulgações	01/01/2026
Adoção da IFRS S1	Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade	01/01/2026
Adoção da IFRS S2	Divulgações relacionadas a riscos e oportunidades climáticas	01/01/2027
IFRS 18/CPC 51 (substitui IAS 1/ CPC 26)	Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, novos subtotais e categorias de resultado	01/01/2027
IFRS 19	Subsidiárias sem responsabilidade pública - divulgações reduzidas	01/01/2027

A Companhia não adotou antecipadamente quaisquer normas ou alterações que ainda não estejam vigentes e não espera impactos materiais decorrentes da adoção futura, exceto quanto a eventuais mudanças de apresentação e divulgação. **2.4. Apresentação de informações por segmentos:** Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócios dos quais podem ser obtidas receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regulamente revisados pelo principal tomador de decisões e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. Todos os resultados da Companhia são revistos frequentemente por uma única Direção Executiva para decisões sobre os recursos a serem alocados e para a avaliação de seu desempenho, nesse sentido a Diretoria concluiu que possui apenas um único segmento denominado "transporte". **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, a contar da data de contratação e com risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **2.6. Instrumentos financeiros:** A Companhia, realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de gerenciar a exposição de taxas de juros. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão representados especificamente por contratos de *swap*, que são ativos ou passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, a cada data de balanço subsequente, remensurado ao seu valor justo através do registro dos juros, da correção monetária, da variação cambial e das variações decorrentes da avaliação ao valor justo, na linha de receitas ou despesas financeiras do resultado. Os instrumentos financeiros da Companhia estão sendo apresentados em atendimento ao IFRS 9/CPC 48. Os principais fatores de risco que a Companhia está estão descritos na nota 4. **2.7. Impairment de ativos financeiros:** Ativos mensurados ao custo amortizado: A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas de *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor normalmente não consideraria; (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras. O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração de resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.8. Contas a receber de clientes:** Um recebível representa o direito da Companhia a um valor de contraprestação incondicional (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido). São registradas e mantidas nos balanços pelos valores nominais das vendas e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída com base na análise de risco da totalidade da carteira de clientes e respectiva probabilidade de recebimento. A Companhia estima as perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa com base no modelo permitido pelo CPC 48/IFRS9, com base no histórico de pagamento de cada cliente é verificada uma pontuação ponderada de crédito do mesmo (Nota de crédito) em conjunto com a idade *(aging)* dos seus títulos a receber e a expectativa de perdas futuras. A Companhia avalia periodicamente sua carteira de recebíveis, constituindo provisão para liquidação de créditos duvidosos conforme regra de crédito e idade dos títulos e todos os títulos cujo processo de recebimento esteja sob âmbito judicial. **2.9. Ativos Intangíveis:** Sistemas de computação (*software*): As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-las, acrescidos dos custos incorridos para deixar os *softwares* prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares*. Desenvolvimento: Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, apresentadas na nota 9. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **2.10. Imobilizado:** É mensurado pelo custo histórico de aquisição, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação é calculada pelo método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil econômica estimada desses ativos, de acordo com as taxas divulgadas na nota 10. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são incluídos reconhecidos em "Outras receitas, líquidas", na demonstração do resultado. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. **2.11. *Impairment* de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. **2.12. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** O resultado de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos corrente e diferido, sendo reconhecidas na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. Para melhor visualização os valores de tributos a compensar foram apresentados de forma segregada para melhor interpretação das demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e contra o qual as diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais possam ser usados. **2.13. Demonstrações dos resultados:** Reconhecimento da receita: i) *Receita de vendas de serviços:* A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e é provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia. A receita dos serviços de transporte é reconhecida ao longo do tempo conforme o progresso do transporte de sua origem até seu destino final com base na etapa do transporte em que se encontra a mercadoria transportada e os custos incorridos em relação aos custos totais estimados. Para os serviços de logística, que compreendem armazenagem e *fulfillment,* a receita é reconhecida no período em que os serviços foram prestados. Com o objetivo de refletir corretamente o momento de satisfação da obrigação de desempenho, a Companhia constitui provisão para redução de receitas relativas a mercadorias que ainda se encontram em trânsito e não foram entregues ao cliente, assegurando que a receita seja reconhecida apenas quando os critérios de transferência de controle forem atendidos. ii) *Receita financeira:* A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. *Subvenções e assistências governamentais:* As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que as condições estabelecidas foram cumpridas e o benefício será recebido. São registradas como receita ou redução de despesa no resultado do exercício de fruição do benefício e, posteriormente, são reclassificadas de lucros acumulados para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido. *Benefícios fiscais de ICMS:* A Companhia possui incentivos fiscais concedidos pelos governos estaduais, por meio do convênio ICMS 106/1996, que concede aos estabelecimentos prestadores de serviço de transporte um crédito presumido de 20% proporcional ao valor do ICMS devido na prestação dos serviços de transporte, que é adotado, opcionalmente, pela Companhia, em substituição ao sistema de tributação previsto na legislação estadual. **2.14. Direito de uso e arrendamento mercantil:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Ativos de direito de uso: A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na nota 2.7. Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. A Companhia, no contexto do contrato de arrendamento da aeronave da Anivia, registrou os passivos considerando a data mínima de obrigação de devolução da aeronave. Contudo, a Companhia possui a opção de continuar o arrendamento após esse prazo mínimo, dependendo do cumprimento dos ciclos de voo, que são indicadores da vida útil da aeronave. Esses ciclos representam o uso da aeronave e são um fator a ser considerado. **2.15. Riscos climáticos:** A Companhia reconhece que, dada a natureza de suas atividades no setor de transporte rodoviário e logística, suas operações estão expostas a riscos decorrentes de mudanças climáticas. Fenômenos meteorológicos extremos ou não habituais, como chuvas intensas e tempestades, possuem o potencial de impactar a infraestrutura viária e as rotas de distribuição, podendo afetar temporariamente a eficiência operacional. Não obstante essa exposição inerente ao negócio, a Administração avalia que, na data-base destas demonstrações financeiras, os riscos climáticos não geraram impactos significativos na mensuração dos ativos e passivos da Companhia, nem comprometeram a continuidade de suas operações. A Companhia mantém o monitoramento contínuo desses riscos, adaptando suas estratégias logísticas e procedimentos operacionais conforme necessário para mitigar eventuais interrupções. Em alinhamento com as boas práticas ambientais e de sustentabilidade, a Companhia reafirma seu compromisso com a redução das emissões de gases de efeito estufa. Esse compromisso reflete-se na busca contínua por eficiência energética na frota, na otimização de rotas inteligentes e na utilização de materiais sustentáveis nas embalagens e paletização de cargas. A Administração permanece atenta à evolução das exigências regulatórias e às práticas globais de gestão climática. **2.16. Operação de risco sacado:** A Companhia oferece aos seus fornecedores a opção de recebimento por meio de uma operação de risco sacado *(reverse finance operation)* realizada por instituições financeiras. Essa modalidade é disponibilizada com o objetivo de facilitar os procedimentos administrativos, permitindo que os fornecedores antecipem seus recebíveis relacionados às compras de rotina da Companhia. Nessa operação, as instituições financeiras realizam o pagamento antecipado aos fornecedores mediante a aplicação de um desconto. Quando contratada entre a instituição financeira e o fornecedor sendo a decisão de adesão exclusiva do fornecedor a Companhia efetua o pagamento à instituição financeira, na data de vencimento, pelo valor nominal total da obrigação original. Dessa forma, a operação não altera de maneira significativa os valores, a natureza ou a tempestividade do passivo, incluindo prazos, preços e condições previamente pactuados. Adicionalmente, não há impacto para a Companhia em relação aos encargos financeiros praticados pela instituição financeira, considerando que é realizada uma análise criteriosa dos fornecedores por categoria. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos,

continua →★

→★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2025 e 2024 da Tex Courier S.A. (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de demandas judiciais. No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: **3.1. Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão:** A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado). A Companhia incluiu o período de renovação como parte do prazo do arrendamento de instalações e máquinas com um período não cancelável contratual mais curto (os quais variam de três a cinco anos). Historicamente, a Companhia tem exercido a opção de renovação para esses arrendamentos, uma vez que haveria um efeito negativo significativo na operação da Companhia se um ativo equivalente de reposição não estiver prontamente disponível. Os períodos de renovação de arrendamentos de instalações e máquinas com períodos não canceláveis mais longos (os quais variam de 10 a 15 anos) não são incluídos como parte do prazo do arrendamento, pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos. Além disso, as opções de renovação para locações de veículos não são incluídas como parte do prazo do arrendamento uma vez que a Companhia normalmente aluga os por não mais de cinco anos e, portanto, não exerce nenhuma opção de renovação. Ademais, os períodos cobertos pelas opções de rescisão são incluídos como parte do prazo do arrendamento apenas quando são avaliados como razoavelmente certos de não serem exercidos. A Nota 16 inclui mais informações sobre possíveis pagamentos futuros de aluguel relacionados a períodos após a data de exercício das opções de renovação e rescisão que não estão incluídas no prazo do arrendamento. a) Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos: A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na moeda funcional de uma subsidiária). A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia. **3.2. Vidas úteis de ativos imobilizados e intangíveis:** Os ativos imobilizados e intangíveis são depreciados e amortizados com base no método linear, considerando taxas que se aproximam à vida útil econômica dos bens, apresentadas a seguir:

Intangível	**Taxa anual**
Sistemas de computação	20%
Imobilizado	
Máquinas e equipamentos industriais	10%
Móveis e utensílios	10%
Veículos	20%
Equipamentos de computação	20% a 33%
Benfeitorias em bens de terceiros	16% a 27%
Partes e Peças Aeronáuticas	50% a 100%

3.3. Perda *(impairment)* do imobilizado e intangíveis: Anualmente, a Companhia analisa indicativos de eventuais perdas *(impairment)* no imobilizado e intangível, de acordo com a política contábil. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não identificou indícios de perda. **3.4. Provisão para demandas judiciais:** No ano de 2025 a Administração da Companhia efetuou a provisão para contingências relativas às ações judiciais de natureza cível e trabalhista, considerando a base histórica de valores desembolsados para os processos encerrados nas esferas cíveis e trabalhistas, que refletem as decisões positivas obtidas no judiciário, que demonstram as boas práticas atuais adotadas na gestão das rotinas, e ainda, expressam o posicionamento jurisprudencial sobre a terceirização de atividades adotadas pela empresa. A Companhia adota o critério de provisionamento onde atribui os valores de perda em todos os processos ativos, considerando o ticket médio dos valores desembolsados pela Companhia no encerramento dos processos, utilizando a base móvel de processos encerrados dos últimos 24 meses. **3.5. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** A Companhia reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões é diferente dos valores registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. A Companhia mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: (i) prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social; (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente; (iii) receitas e despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores; e (iv) valores de ativos e dos passivos decorrentes de combinações de negócios que serão tratados como despesa ou receita no futuro e que não impactarão o cálculo do imposto de renda e da contribuição social. O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas estão contidas no Plano de Negócios, que é aprovado anualmente pela Administração da Companhia. Anualmente, a Companhia revisa a projeção de lucros tributáveis. Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos, são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. Os prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro. **3.6. Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização de contas a receber. Para determinar a suficiência da provisão sobre contas a receber de clientes são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos sem garantia real e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada provisão no balanço em montante suficiente para cobertura da perda provável. **3.7. *Warrants*:** A companhia utiliza as premissas para calcular o valor justo, conforme demonstradas na nota 26. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. A gestão de risco foi estabelecida pela Administração. A área financeira identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros, estabelecendo princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros e investimento de excedentes de caixa. a) Risco de mercado: i) *Risco de taxa de juros:* A Companhia possui empréstimos e financiamentos contratados em moeda nacional subordinados a taxas de juros vinculadas a indexadores (principalmente DI). O risco relacionado a esses empréstimos e financiamentos resulta da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantém contrato de derivativo (*swap*) vinculado às operações de empréstimo em moeda nacional junto ao Banco Bradesco (Finame) com o objetivo de gerenciar a exposição à volatilidade das taxas de juros. Adicionalmente, a operação em moeda estrangeira (Citibank) também possui estrutura de proteção (*swap*) convertendo a remuneração para taxa vinculada ao CDI. Para os demais saldos em moeda nacional, há um monitoramento contínuo das taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual contratação de proteção. Os valores de mercado das operações acima mencionadas não diferem substancialmente daqueles registrados nas demonstrações financeiras na data do balanço. ii) *Análise de sensibilidade:* A Companhia está exposta à variação no Certificado de Depósito Interbancário (CDI), indexador de empréstimo em moeda nacional e dos rendimentos de aplicações financeiras (CDB). Com a finalidade de verificar a sensibilidade desse indexador foram definidos três cenários diferentes: Para o cenário provável, segundo avaliação preparada pela Administração, foi considerado uma oscilação de 5%. Adicionalmente, são demonstrados outros dois cenários (A e B). A Companhia assumiu uma oscilação de 25% (cenário A) e de 50% (cenário B) nas projeções. A análise de sensibilidade para cada tipo de risco considerado relevante pela Administração está apresentada a seguir:

Transação indexada ao CDI	Risco CDI (i)	Saldos em 31/12/2025	Ganhos (Perdas) Provável	Cenário A	Cenário B
Empréstimos e financiamentos	Aumento	**292.798**	**(46.116)**	**(54.900)**	**(65.880)**
Títulos e valores mobiliários	Redução	**1.294**	**184**	**146**	**97**
	CDI (aumento)	**15,00%**	**15,75%**	**18,75%**	**22,50%**
	CDI (redução)	**15,00%**	**14,25%**	**11,25%**	**7,50%**

(i) CDI divulgado pela CETIP. b) Risco de crédito: O risco de crédito é administrado pela área financeira. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber de clientes. As taxas pactuadas para os títulos e valores mobiliários ("CDBs") refletem as condições usuais de mercado, que são remuneradas a uma taxa média que variam entre 100% e 100,3% do CDI. A política de vendas da Companhia está diretamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios, e que pode variar de acordo com a estratégia comercial e do cenário econômico que a Companhia está inserida. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização do "Contas a Receber". c) Risco de liquidez: O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, a fim de assegurar a manutenção dos atuais negócios da Companhia. d) Risco com taxa de câmbio: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui exposição a riscos de taxa de câmbio relacionado a operação de empréstimo em moeda estrangeira junto ao Citibank. Para essa operação é mantido contrato de derivativo (*swap*) convertendo a dívida para moeda nacional. A controlada Anívia Serviços Aéreos Ltda.. possui exposição cambial relacionada unicamente ao compromisso de arrendamento financeiro da Aeronave.

	Taxa de câmbio	Controladora Efeito no resultado	Controlada Efeito no resultado
Passivo líquido exposto ao risco de valorização do dólar norte-americano	**5,5024**	**31.653**	**454**
Desvalorização do dólar (-25%)	4,1268	7.913	114
Desvalorização do dólar (-10%)	4,9522	3.165	45
Valorização do dólar (+10%)	6,0526	(3.165)	(45)
Valorização do dólar (+25%)	6,8780	(7.913)	(114)

4.2. Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade e oferecer retorno adequado aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir este custo. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Empréstimos, financiamentos e debêntures	**292.798**	259.350	**292.798**	259.350
Passivos de arrendamento	**183.543**	190.219	**183.997**	197.004
(–) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	**(130.638)**	(113.963)	**(130.766)**	(114.310)
Dívida líquida	**345.703**	335.606	**346.029**	342.044
Patrimônio líquido	**122.587**	164.613	**122.587**	162.056
Patrimônio líquido e dívida líquida	**468.290**	500.219	**468.616**	506.657
Quociente de alavancagem	**74%**	67%	**74%**	68%

4.3. Mensuração do valor justo: A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) No mercado principal para o ativo ou passivo; e (ii) Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: (i) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; (ii) Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e (iii) Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo no fim de cada período de divulgação. Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras por categoria, bem como os respectivos valores justos, são os seguintes.

Saldos em 31 de dezembro de 2025	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos:			
Caixa e equivalentes de caixa	**130.638**	**–**	**130.638**
Títulos e valores mobiliários	**1.294**	**–**	**1.294**
Contas a receber	**413.335**	**–**	**413.335**
Warrants	**–**	**687**	**687**
Total do ativo	**545.267**	**687**	**545.954**
Passivo:			
Fornecedores e outras contas a pagar	**(213.739)**	**–**	**(213.739)**
Empréstimos e financiamentos	**(292.798)**	**–**	**(292.798)**
Instrumentos derivativos	**(2.810)**	**–**	**(2.810)**
Arrendamentos mercantis	**(183.543)**	**–**	**(183.543)**
Total do passivo	**(692.890)**	**–**	**(692.890)**

Saldos em 31 de dezembro de 2024	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos:			
Caixa e equivalentes de caixa	113.963	–	113.963
Títulos e valores mobiliários	1.132	–	1.132
Contas a receber	332.832	–	332.832
Warrants	–	852	852
Total do ativo	447.927	852	448.779
Passivo:			
Fornecedores e outras contas a pagar	(166.520)	–	(166.520)
Empréstimos e financiamentos	(259.350)	–	(259.350)
Arrendamentos mercantis	(190.219)	–	(190.219)
Total do passivo	(616.089)	–	(616.089)

Não houve transferência entre classificação de nível dos instrumentos financeiros em 2025 e 2024.

5. Caixa, equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários:

5.1. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Bancos conta movimento	**15.464**	27.363	**15.592**	27.710
Certificados de depósitos bancários (i)	**115.174**	86.600	**115.174**	86.600
	130.638	113.963	**130.766**	114.310

(i) Remunerados, em 31 de dezembro de 2025, por taxas médias que variam entre 100% e 100,3% do CDI (80% e 103% em 31 de dezembro de 2024) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com prazos de vencimento variáveis, porém resgatáveis a qualquer momento sem perda significativa de valor.

5.2. Títulos de valores mobiliários:

	Controladora e Consolidado 31/12/2025	31/12/2024
Certificados de depósitos bancários	**1.294**	1.132
	1.294	1.132
Circulante	**804**	–
Não circulante	**490**	1.132

Os valores de títulos e valores mobiliários referem-se a depósitos bancários vinculados a garantia de contratos de aluguéis com vencimento acima de 90 dias.

6. Contas a receber de clientes: 6.1. Contas a receber:

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Serviços de distribuição	**290.547**	256.463	**290.563**	256.545
Serviços de distribuição - CTRC's a faturar (i)	**143.192**	98.060	**143.192**	98.060
	433.739	354.523	**433.755**	354.605
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(20.404)**	(21.690)	**(20.404)**	(21.690)
	413.335	332.833	**413.351**	332.915
Circulante	**395.978**	332.662	**395.994**	332.744
Não circulante	**17.357**	171	**17.357**	171

(i) Serviços de distribuição - CTE's a Faturar - são serviços já prestados e reconhecidos ao resultado pelo regime de competência, que ainda não tiveram seus processos de cobrança iniciados.

6.2. Contas a receber de clientes por idade de vencimento:	2025	2024	2025	2024
A vencer:	**282.393**	257.470	**282.409**	257.552
Vencidas:				
Até 30 dias	**90.352**	40.836	**90.352**	40.836
De 31 a 60 dias	**10.746**	5.878	**10.746**	5.878
De 61 a 90 dias	**3.606**	9.915	**3.606**	9.915
De 91 a 180 dias	**5.530**	7.426	**5.530**	7.426
De 181 a 360 dias	**5.010**	5.778	**5.010**	5.778
Há mais de 360 dias	**36.102**	27.220	**36.102**	27.220
	433.739	354.523	**433.755**	354.605
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(20.404)**	(21.690)	**(20.404)**	(21.690)
	413.335	332.833	**413.351**	332.915

6.3. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:	Controladora e Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(17.946)
Adição	(4.577)
Baixas	453
Reversão	380
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(21.690)
Adição	**(4.958)**
Baixas	**1.977**
Reversão	**4.267**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**(20.404)**

7. Adiantamentos a fornecedores e outros:	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Adiantamentos a empregados	**2.122**	890	**2.134**	890
Adiantamentos a fornecedores	**12.512**	14.772	**13.759**	17.207
Despesas pagas antecipadamente (i)	**11.734**	1.430	**12.418**	1.721
Prêmios de seguro a apropriar	**6.638**	7.542	**6.834**	7.691
Outros	**1.788**	2.015	**1.788**	2.015
	34.794	26.649	**36.933**	29.524
Circulante	**30.693**	26.649	**32.832**	29.524
Não circulante	**4.101**	–	**4.101**	–

(i) A variação refere-se a licença de uso de *software Microsoft* no *SaaS* com vigência de 36 meses que iniciou em março de 2025. **8. Investimentos: 8.1. Investimentos em Controlada:** A movimentação e composição do saldo podem ser assim apresentadas:

	Anívia
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(3.958)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.202)
Aumento de capital	15.722
Saldo em 31 de dezembro de 2024	10.562
Resultado de equivalência patrimonial	**(2.906)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**7.656**

As principais informações financeiras da controlada podem ser assim apresentadas:

	Anívia Serviços Aéreos 2025	2024
Ativo	**11.154**	22.349
Passivo	**3.498**	11.787
Patrimônio líquido	**10.562**	11.764
Prejuízo do exercício	**(2.906)**	(1.202)

9. Intangível:

	Controladora Saldo em 31/12/2024	Adições/ amortização	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2025	Consolidado Saldo em 31/12/2024	Adições/ amortização	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2025
Sistemas de computação	126.206	**–**	**–**	**42.241**	**168.447**	126.272	**–**	**–**	**42.241**	**168.513**
Softwares em desenvolvimento	25.317	**31.420**	**–**	**(42.241)**	**14.496**	25.317	**31.420**	**–**	**(42.241)**	**14.496**
Total do Custo do Intangível	151.523	**31.420**	**–**	**–**	**182.943**	151.589	**31.420**	**–**	**–**	**183.009**
Sistemas de computação	(39.251)	**(28.983)**	–		**(68.234)**	(39.264)	**(28.994)**	**–**	**–**	**(68.258)**
Total da Amortização Acumulada	(39.251)	**(28.983)**	**–**	**–**	**(68.234)**	(39.264)	**(28.994)**	**–**	**–**	**(68.258)**
Sistemas de computação	86.955	**(28.983)**	**–**	**42.241**	**100.213**	87.008	**(28.994)**	**–**	**42.241**	**100.255**
Softwares em desenvolvimento	25.317	**31.420**	**–**	**(42.241)**	**14.496**	25.317	**31.420**	**–**	**(42.241)**	**14.496**
Total do Intangível Líquido	112.272	**2.437**	**–**	**–**	**114.709**	112.325	**2.426**	**–**	**–**	**114.751**

	Controladora Saldo em 31/12/2023	Adições/ amortização	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2024	Consolidado Saldo em 31/12/2023	Adições/ amortização	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2024
Sistemas de computação	81.815	1.101	(160)	43.450	126.206	81.881	1.101	(160)	43.450	126.272
Softwares em desenvolvimento	29.859	38.908	–	(43.450)	25.317	29.859	38.908	–	(43.450)	25.317
Total do Custo do Intangível	111.674	40.009	(160)	–	151.523	111.740	40.009	(160)	–	151.589
Sistemas de computação	(17.589)	(21.693)	31	–	(39.251)	(17.592)	(21.703)	31	–	(39.264)
Total da Amortização Acumulada	(17.589)	(21.693)	31	–	(39.251)	(17.592)	(21.703)	31	–	(39.264)
Sistemas de computação	64.226	(20.592)	(129)	43.450	86.955	64.289	(20.602)	(129)	43.450	87.008
Softwares em desenvolvimento	29.859	38.908	–	(43.450)	25.317	29.859	38.908	–	(43.450)	25.317
Total do Intangível Líquido	94.085	18.316	(129)	–	112.272	94.148	18.306	(129)	–	112.325

10. Imobilizado:

	Controladora Saldo em 31/12/2024	Adições/ amortização	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2025	Consolidado Saldo em 31/12/2024	Adições/ amortização	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2025
Máquinas e equipamentos	61.637	**67**	**(364)**	**2.279**	**63.619**	61.637	**67**	**(364)**	**2.279**	**63.619**
Móveis e utensílios	10.887	**13**	**–**	**461**	**11.361**	10.896	**13**	**–**	**461**	**11.370**
Veículos	31	**–**	**–**	**–**	**31**	31	**–**	**–**	**–**	**31**
Equipamentos de informática	26.024	**343**	**(613)**	**2.096**	**27.850**	26.024	**343**	**(613)**	**2.096**	**27.850**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	40.630	**–**	**–**	**4.236**	**44.866**	40.630	**–**	**–**	**4.236**	**44.866**
Partes e peças aeronáuticas	–	**–**	**–**	**–**	**–**	3.825	**106**	**(21)**	**551**	**4.461**
Imobilizado em andamento	2.586	**6.687**	**–**	**(9.072)**	**201**	2.586	**7.238**	**–**	**(9.623)**	**201**
Total do Custo do Imobilizado	141.795	**7.110**	**(977)**	**–**	**147.928**	145.629	**7.767**	**(998)**	**–**	**152.398**
Máquinas e equipamentos	(25.312)	**(5.103)**	**361**	**–**	**(30.054)**	(25.312)	**(5.103)**	**361**	**–**	**(30.054)**
Móveis e utensílios	(3.631)	**(957)**	**–**	**–**	**(4.588)**	(3.631)	**(958)**	**–**	**–**	**(4.589)**
Veículos	(31)	**–**	**–**	**–**	**(31)**	(31)	**–**	**–**	**–**	**(31)**
Equipamentos de informática	(15.110)	**(3.235)**	**491**	**–**	**(17.854)**	(15.110)	**(3.235)**	**491**	**–**	**(17.854)**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(11.728)	**(4.617)**	**–**	**–**	**(16.345)**	(11.728)	**(4.617)**	**–**	**–**	**(16.345)**
Partes e peças aeronáuticas	–	**–**	**–**	**–**	**–**	(2.701)	**(861)**	**16**	**–**	**(3.546)**
Imobilizado em andamento	–	**–**	**–**	**–**	**–**	–	**–**	**–**	**–**	**–**
Total da Depreciação Acumulada	(55.812)	**(13.912)**	**852**	**–**	**(68.872)**	(58.513)	**(14.774)**	**868**	**–**	**(72.419)**
Máquinas e equipamentos	36.325	**(5.036)**	**(3)**	**2.279**	**33.565**	36.325	**(5.036)**	**(3)**	**2.279**	**33.565**
Móveis e utensílios	7.256	**(944)**	**–**	**461**	**6.773**	7.265	**(945)**	**–**	**461**	**6.781**
Veículos	–	**–**	**–**	**–**	**–**	–	**–**	**–**	**–**	**–**
Equipamentos de informática	10.914	**(2.892)**	**(122)**	**2.096**	**9.996**	10.914	**(2.892)**	**(122)**	**2.096**	**9.996**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	28.902	**(4.617)**	**–**	**4.236**	**28.521**	28.902	**(4.617)**	**–**	**4.236**	**28.521**
Partes e peças aeronáuticas		**–**	**–**	**–**	**–**	1.124	**(755)**	**(5)**	**551**	**915**
Imobilizado em andamento	2.586	**6.687**	**–**	**(9.072)**	**201**	2.586	**7.238**	**–**	**(9.623)**	**201**
Total do Imobilizado Líquido	85.983	**(6.802)**	**(125)**	**–**	**79.056**	87.116	**(7.007)**	**(130)**	**–**	**79.979**

	Controladora Saldo em 31/12/2023	Adições/ amortização	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2024	Consolidado Saldo em 31/12/2023	Adições/ amortização	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2024
Máquinas e equipamentos	50.999	11	(2)	10.629	61.637	50.999	11	(2)	10.629	61.637
Móveis e utensílios	8.698	–	(6)	2.195	10.887	8.698	–	(6)	2.204	10.896
Veículos	1.609	–	(1.578)	–	31	1.609	–	(1.578)	–	31
Equipamentos de informática	22.717	344	(588)	3.551	26.024	22.717	344	(588)	3.551	26.024
Benfeitorias em imóveis de terceiros	31.512	15	–	9.103	40.630	31.512	15	–	9.103	40.630
Partes e peças aeronáuticas	–	–	–	–	–	2.606	729	–	490	3.825
Imobilizado em andamento	3.877	24.250	(63)	(25.478)	2.586	3.877	24.749	(63)	(25.977)	2.586
Total do Custo do Imobilizado	119.412	24.620	(2.237)	–	141.795	122.018	25.848	(2.237)	–	145.629
Máquinas e equipamentos	(21.100)	(4.240)	28	–	(25.312)	(21.100)	(4.240)	28	–	(25.312)
Móveis e utensílios	(2.688)	(943)	–	–	(3.631)	(2.688)	(943)	–	–	(3.631)
Veículos	(1.609)	–	1.578	–	(31)	(1.609)	–	1.578	–	(31)
Equipamentos de informática	(11.218)	(4.232)	340	–	(15.110)	(11.218)	(4.232)	340	–	(15.110)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(8.464)	(3.264)	–	–	(11.728)	(8.464)	(3.264)	–	–	(11.728)
Partes e peças aeronáuticas	–	–	–	–	–	(582)	(2.119)	–	–	(2.701)
Imobilizado em andamento	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Total da Depreciação Acumulada	(45.079)	(12.679)	1.946	–	(55.812)	(45.661)	(14.798)	1.946	–	(58.513)
Máquinas e equipamentos	29.899	(4.229)	26	10.629	36.325	29.899	(4.229)	26	10.629	36.325
Móveis e utensílios	6.010	(943)	(6)	2.195	7.256	6.010	(943)	(6)	2.204	7.265
Veículos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Equipamentos de informática	11.499	(3.888)	(248)	3.551	10.914	11.499	(3.888)	(248)	3.551	10.914
Benfeitorias em imóveis de terceiros	23.048	(3.249)	–	9.103	28.902	23.048	(3.249)	–	9.103	28.902
Partes e peças aeronáuticas						2.024	(1.390)	–	490	1.124
Imobilizado em andamento	3.877	24.250	(63)	(25.478)	2.586	3.877	24.749	(63)	(25.977)	2.586
Total do Imobilizado Líquido	74.333	11.941	(291)	–	85.983	76.357	11.050	(291)	–	87.116

a) Revisão da vida útil estimada: A Administração da Companhia avaliou que a vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado não apresenta variações significativas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e concluiu não ser necessário ajustes nas taxas de depreciação atualmente utilizadas.

11. Fornecedores e outras contas a pagar:

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Fornecedores nacionais	**186.947**	163.059	**186.916**	159.409
Adiantamento de clientes (i)	**26.626**	3.328	**26.626**	3.328
Outras contas a pagar	**166**	133	**348**	225
	213.739	166.520	**213.890**	162.962

(i) Antecipação de clientes destinada à operação do Internacional, principalmente relacionada ao custeio de despachos aduaneiros, taxas e tributos.

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos de fornecedores possuem prazos médios de vencimento entre 15 e 90 dias e não estão sujeitos a incidência de juros até a data de vencimento. **12. Operações de risco sacado:** A Companhia mantém contratos com instituições financeiras para estruturar, em conjunto com seus principais fornecedores, operações de antecipação de recebíveis conhecidas como "risco sacado". Nesses arranjos, grupos de transportadores e fornecedores de insumos podem antecipar seus recebíveis junto às instituições financeiras, sem coobrigação da Companhia, permanecendo inalteradas as condições comerciais originalmente pactuadas entre as partes, incluindo o prazo de vencimento das obrigações, usualmente de 45 dias. Conforme previsto no Ofício-Circular CVM nº 01/2021, item 8 - Risco Sacado, após a antecipação realizada pelo fornecedor, a Companhia passa a liquidar suas obrigações diretamente com as instituições financeiras, e não mais com os fornecedores. Importante destacar que: • A decisão de antecipar ou não as faturas é exclusivamente dos fornecedores, não havendo intervenção, direcionamento ou influência da Companhia nesse processo; • Tais operações têm por finalidade fortalecer o relacionamento comercial com os fornecedores, ampliando alternativas de gestão de fluxo de caixa por parte deles; • A operação não altera a natureza das obrigações da Companhia, que continuam classificadas como contas a pagar operacionais, não se caracterizando como captação de recursos ou empréstimos. Os saldos registrados nas demonstrações financeiras relacionados às obrigações vinculadas a essas operações encontram-se apresentados a seguir, em conformidade com as exigências de divulgação aplicáveis.

	Controladora e Consolidado 2025	2024
Operações de risco sacado	**35.471**	9.748
	35.471	9.748

13. Instrumentos financeiros derivativos: Em 2025, a Companhia contratou operações de derivativos na modalidade *Swap* com o objetivo exclusivo de proteger sua exposição às variações cambiais e de taxas de juros relacionadas aos contratos de empréstimos. Esses instrumentos financeiros não são designados para a contabilidade de hedge (*hedge accounting*), nos termos do CPC 48/IFRS 9, pois essa metodologia requer a formalização da relação de proteção, bem como o atendimento a critérios específicos de elegibilidade e efetividade previstos na norma. Por essa razão, os contratos de *swap* vigentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado do exercício, sendo suas variações reconhecidas no resultado financeiro em linha com as oscilações das variáveis de risco associadas aos passivos a que se referem. A posição dos instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2025 está detalhada a seguir:

	Controladora e Consolidado 2025	2024
Instrumentos derivativos	**2.810**	–
	2.810	–

14. Obrigações trabalhistas: Os salários e benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem salários e contribuições para a seguridade social e participação nos lucros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício à medida que são incorridos.

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Salários a pagar	**9.138**	8.116	**9.231**	8.351
Participação nos lucros	**8.042**	9.057	**8.042**	9.057
Provisão para férias	**21.371**	20.909	**21.690**	21.969
Encargos sociais	**8.005**	6.977	**8.081**	7.298
	46.556	45.059	**47.044**	46.675

15. Empréstimos e financiamentos: 15.1. Composição dos empréstimos e financiamentos:

Controladora e consolidado 2025	Taxa de juros anuais	Circulante	Não circulante	Total
Banco BTG Pactual - Nota Comercial	**CDI + 4,5% a.a.**	**50.000**	**62.500**	**112.500**
True Securitizadora - CRI	**CDI + 4% a.a.**	**23.947**	**45.000**	**68.947**
Banco Bradesco - FINAME	**CDI + 2,55 a.a.**	**5.820**	**11.429**	**17.249**
Safra - Nota Comercial	**CDI + 2,95 a.a.**	**4.600**	**10.000**	**14.600**
Banco Citibank - Res. 4131	**CDI + 2.80% a.a. (i)**	**4.054**	**27.599**	**31.653**
Banco Bradesco - Nota Comercial	**CDI + 2,10 a.a.**	**10.613**	**40.000**	**50.613**
Custo operação financeira		**(851)**	**(1.913)**	**(2.764)**
		98.183	**194.615**	**292.798**

(i) Taxa referente a *Swap* de Dólar para Real e taxa de USD SOFR O/N+ 2.39% a.a. para CDI + 2.80% a.a., conforme nota 4.1.

Controladora e consolidado 2024	Taxa de juros anuais	Circulante	Não circulante	Total
Banco BTG Pactual - Nota Comercial	CDI + 4,5% a.a.	37.500	112.500	150.000
True Securitizadora - CRI	CDI + 4% a.a.	24.043	67.500	91.543
Banco Bradesco - FINAME	CDI + 2,55 a.a.	2.857	17.143	20.000
Custo operação financeira		(600)	(1.593)	(2.193)
		63.800	195.550	259.350

15.2. Movimentações dos empréstimos e financiamentos: Os saldos e as movimentações destes empréstimos seguem abaixo:

Controladora e Consolidado	Saldo inicial 31/12/2024	Captação	Juros Provisionados	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Variação cambial	Custo operação financeira	Apropriação de custo operação financeira	Saldo final 31/12/2025
Banco BTG Pactual - Nota Comercial	149.241	**–**	**24.412**	**(37.499)**	**(24.412)**	**–**	**–**	**234**	**111.976**
True Securitizadora - CRI	90.109	**–**	**15.732**	**(22.500)**	**(15.828)**	**–**	**–**	**366**	**67.879**
Bradesco - - FINAME	20.000	**–**	**2.593**	**(2.858)**	**(2.487)**	**–**	**–**	**–**	**17.248**
Banco Safra - Nota Comercial	–	**15.000**	**1.913**	**–**	**–**	**–**	**(143)**	**27**	**16.797**
Citibank - Res. 4131	–	**32.760**	**838**	**(2.313)**	**(516)**	**(1.429)**	**–**	**–**	**29.340**
Bradesco - Nota Comercial	–	**50.000**	**613**	**–**	**–**	**–**	**(1.073)**	**18**	**49.558**
	259.350	**97.760**	**46.101**	**(65.170)**	**(43.243)**	**(1.429)**	**(1.216)**	**645**	**292.798**
Circulante	63.800								**98.183**
Não circulante	195.550								**194.615**
	259.350								**292.798**

Controladora e Consolidado	Saldo inicial 31/12/2023	Captação	Juros	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Custo operação financeira	Apropriação de custo operação financeira	Saldo final 31/12/2024
Banco Daycoval	2.886	–	183	(2.857)	(212)	–	–	–
Banco BTG Pactual - Nota Comercial	99.627	150.000	22.550	(100.000)	(22.569)	(935)	568	149.241
True Securitizadora - CRI	89.852	–	13.304	–	(13.413)	–	366	90.109
Bradesco - FINAME		20.000	–	–	–	–	–	20.000
	192.365	170.000	36.037	(102.857)	(36.194)	(935)	934	259.350
Circulante	103.800							63.800
Não circulante	88.565							195.550
	192.365							259.350

Os montantes registrados no passivo (brutos do custo de captação) apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Controladora e Consolidado Ano de vencimento	Valor
2026	99.034
2027	99.574
2028	62.074
2029	19.360
A partir de 2030	15.520
	295.562

a) True Securitizadora - 1ª Emissão de Certificados Recebíveis Imobiliários: Em 13 de janeiro de 2023, a TEX concluiu a primeira emissão de "Certificados Recebíveis Imobiliários" (CRI), estruturada por meio da True Securitizadora. A operação tem como garantia a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios de clientes e possui o cumprimento de cláusula restritiva que considera a manutenção do índice dívida líquida e EBITDA. Até o momento, a TEX está em conformidade com todas as cláusulas restritivas dessa dívida. Características da 1ª Emissão de Certificados Recebíveis Imobiliários (CRI): (i) Montante: R$90.000. (ii) Custo da operação financeira: R$935; (iii) Datas: (a) emissão 13 de janeiro de 2023 (b) vencimento 28 de novembro de 2028. (iv) Remuneração: CDI +4% a.a. a serem pagos semestralmente. (v) Amortização: em 4 parcelas anuais a partir de 28 de novembro de 2025. b) Banco BTG Pactual - 1ª emissão de Notas Comerciais Escriturais: Em 25 de março de 2024, a Companhia aprovou a 1ª emissão de Notas Comerciais Escriturais, em série única com garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios de clientes e distribuição privada, tendo como investidor inicial o Banco BTG Pactual. Os recursos líquidos da emissão captados foram destinados à liquidação antecipada do saldo devedor da Cédula de Crédito Bancário ("CCB") emitida junto ao Banco BTG Pactual em 22 de maio de 2022, cujo

continua→★

→★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2025 e 2024 da Tex Courier S.A. (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

vencimento original era 27 de maio de 2024 e o saldo para capital de giro. Características da 1ª Emissão de Notas Comerciais: (i) Montante: R$150.000. (ii) Custo da operação financeira: R$2.138; (iii) Datas: (a) emissão 25 de março de 2024 (b) vencimento 28 de março de 2028. (iv) Remuneração: CDI +4,5% com pagamento de juros remuneratórios mensais a partir de 28 de Abril de 2024 até a data de vencimento. (v) Amortização: em 36 parcelas mensais e iguais a serem pagas partir de 28 de abril de 2024. c) Banco Bradesco - Finame: Em 23 de dezembro de 2024, a Companhia contratou, por meio do Banco Bradesco na modalidade Finame Materiais. A operação está garantida por meio de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, incorrendo com fluxo de recebimentos decorrente dessa cessão fiduciária, assegurando o cumprimento das obrigações financeiras associadas. Características da operação Finame: (i) Montante: R$20.000. (ii) Datas: (a) emissão 23 de dezembro de 2024 (b) vencimento 15 de dezembro de 2028. (iii) Remuneração: CDI + 2,55% a.a., prazo de 4 anos, carência de 6 meses com pagamento trimestral de juros e, após esse período; (iv) Amortização: em 42 parcelas mensais e iguais a serem pagas partir de 15 de janeiro de 2025. d) Banco Safra - 2ª emissão de Notas Comerciais Escriturais: Em 2 de abril de 2025, a Companhia aprovou a 2ª emissão de Notas Comerciais Escriturais em série única, "*clean*", de distribuição privada com vencimento final em 2 de abril de 2029, e tendo como titular inicial o Banco Safra. O recurso líquido foi destinado ao reforço do caixa da empresa. Características da 2ª Emissão de Notas Comerciais: (i) Montante: R$15.000. (ii) Custo da operação financeira: R$143. (iii) Datas: (a) emissão 2 de abril de 2025 (b) vencimento 2 de abril de 2029. (iv) Remuneração: para o período compreendido entre 2 de outubro de 2025 e 2 de abril de 2029: juros remuneratórios com base 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI acrescida de sobretaxa equivalente a 2,95% ao ano, (base 360 base Dias), a serem pagos trimestralmente. (v) Amortização: em 14 parcelas trimestrais e iguais a serem pagas partir de 2 de outubro de 2025. e) Banco Citibank - Operação 4131: Em 1º de agosto de 2025 a Companhia contratou um financiamento com o Banco Citibank S.A., tendo como credor o Citibank NA (Filial De Porto Rico), uma operação 4131 com vencimento em 30 de julho de 2030. O recurso líquido foi destinado ao reforço do caixa da empresa. Características da operação 4131: (i) Montante: USD5.850.000,00 (cinco milhões oitocentos e cinquenta mil dólares americanos), equivalente a R$32.760.000,00 (trinta e dois milhões setecentos e sessenta mil reais). (ii) Datas: (a) Desembolso da operação 4 de agosto de 2025 (b) vencimento 30/07/2030. (iii) Remuneração: juros remuneratório de USD SOFR O/N+ 2.39% a.a. (base 360 dias) com *SWAP* de moeda (principal e juros) e taxa de juros para CDI + 2.80% a.a. (base 252 dias), a serem pagos trimestralmente a partir de 4 de novembro de 2025. (iv) Amortização: 17 parcelas iguais e consecutivas a serem pagas trimestralmente partir de 4 de agosto de 2026. f) Banco Bradesco - 3ª emissão de Notas Comerciais Escriturais: Em 21 de novembro de 2025, a Companhia aprovou a 3ª emissão de Notas Comerciais Escriturais em série única, com Garantia Real, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição Pública, com vencimento final em 28 de novembro de 2030 e tendo como titular inicial o Banco Bradesco. O recurso líquido será destinado ao reforço do caixa da empresa. Características da 3ª Emissão de Notas Comerciais: (i) Montante: R$50.000; (ii) Custo da operação financeira: R$1.073. (iii) Datas: (a) Desembolso ocorreu em 28 de novembro de 2025 (b) vencimento 28 de novembro de 2030. (iv) Remuneração: Para o período compreendido entre 28 de novembro de 2025 e 28 de novembro de 2030: juros remuneratórios com base 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI acrescida de sobretaxa equivalente a 2,10% ao ano, (base 252 Dias Ùteis), a serem pagos semestralmente. (v) Amortização: em 10 parcelas semestrais e iguais a serem pagas partir de 28 de maio de 2026. Covenants Financeiros: Determinados contratos de empréstimo possuem cláusula de compromisso no indicador financeiro de endividamento líquido em relação ao EBITDA (Dívida Líquida/EBITDA) ser menor ou igual 2,5. A apuração é feita anualmente considerando os últimos 12 meses, a partir das informações contábeis consolidadas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia estava em conformidade com tal cláusula.

16. Direito de uso e arrendamento mercantil: A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. É aplicada uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. São reconhecidos os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **16.1. Direito de uso:** A seguir estão os valores contábeis dos ativos de direito de uso reconhecidos e as movimentações durante o exercício:

	Controladora				Consolidado				
	Imóveis	Veículos	Equipamentos	Total	Aeronave (i)	Imóveis	Veículos	Equipamentos	Total
Vida útil	2 a 15 anos	4 anos	2 anos		2 anos	2 a 15 anos	4 anos	2 anos	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	133.755	31.054	4.524	169.333	5.319	133.755	31.054	4.524	174.652
Adições	**4.378**	**1.908**	**613**	**6.899**	**–**	**4.378**	**1.908**	**613**	**6.899**
Baixas	**6**	**–**	**(2.762)**	**(2.756)**	**–**	**6**	**–**	**(2.762)**	**(2.756)**
Amortizações	**(37.861)**	**(21.043)**	**(1.382)**	**(60.286)**	**(4.466)**	**(37.861)**	**(21.043)**	**(1.382)**	**(64.752)**
Remensurações (ii)	**27.420**	**20.287**	**319**	**48.026**	**(572)**	**27.420**	**20.287**	**319**	**47.454**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**127.698**	**32.206**	**1.312**	**161.216**	**281**	**127.698**	**32.206**	**1.312**	**161.497**

	Controladora				Consolidado				
	Imóveis	Veículos	Equipamentos	Total	Aeronave (i)	Imóveis	Veículos	Equipamentos	Total
Vida útil	2 a 15 anos	4 anos	2 anos		2 anos	2 a 15 anos	4 anos	2 anos	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	115.891	44.373	–	160.264	5.725	115.891	44.373	–	165.989
Adições	48.985	–	7.645	56.630	–	48.985	–	7.645	56.630
Baixas	(4.179)	–	–	(4.179)	–	(4.179)	–	–	(4.179)
Amortizações	(35.074)	(18.158)	(3.002)	(56.234)	(5.197)	(35.074)	(18.158)	(3.002)	(61.431)
Remensurações (ii)	8.132	4.839	(119)	12.852	4.791	8.132	4.839	(119)	17.643
Saldo em 31 de dezembro de 2024	133.755	31.054	4.524	169.333	5.319	133.755	31.054	4.524	174.652

(i) Refere-se a locação de aeronave Boeing modelo B737-330F ano 1991 em uso na operação da Anívia.
(ii) Refere-se a aditivos relacionados a vigência e revisão de taxa de contrato.

16.2. Passivos de arrendamento mercantil: Abaixo são apresentados os valores contábeis dos passivos de arrendamento e as movimentações durante o exercício:

	Controladora				Consolidado				
	Imóveis	Veículos	Equipamentos	Total	Aeronaves (i)	Imóveis	Veículos	Equipamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	150.825	34.602	4.792	190.219	6.785	150.825	34.602	4.792	197.004
Adições	**4.378**	**1.908**	**613**	**6.899**	**–**	**4.378**	**1.908**	**613**	**6.899**
Baixas	**148**	**–**	**(2.972)**	**(2.824)**	**–**	**148**	**–**	**(2.972)**	**(2.824)**
Apropriação de juros	**17.581**	**3.655**	**404**	**21.640**	**257**	**17.581**	**3.655**	**404**	**21.897**
Pagamentos	**(52.707)**	**(26.059)**	**(1.651)**	**(80.417)**	**(6.016)**	**(52.707)**	**(26.059)**	**(1.651)**	**(86.433)**
Remensurações	**27.420**	**20.287**	**319**	**48.026**	**(572)**	**27.420**	**20.287**	**319**	**47.454**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**147.645**	**34.393**	**1.505**	**183.543**	**454**	**147.645**	**34.393**	**1.505**	**183.997**
Circulante	**37.046**	**21.513**	**318**	**58.877**	**454**	**37.046**	**21.513**	**318**	**59.331**
Não circulante	**110.599**	**12.880**	**1.187**	**124.666**	**–**	**110.599**	**12.880**	**1.187**	**124.666**

	Controladora				Consolidado				
	Imóveis	Veículos	Equipamentos	Total	Aeronaves (i)	Imóveis	Veículos	Equipamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	129.266	47.798	–	177.064	6.791	129.266	47.798	–	183.855
Adições	48.985	–	7.645	56.630	–	48.985	–	7.645	56.630
Baixas	(4.779)	–	–	(4.779)	–	(4.779)	–	–	(4.779)
Apropriação de juros	16.534	4.611	781	21.926	388	16.534	4.611	781	22.314
Pagamentos	(47.313)	(22.646)	(3.515)	(73.474)	(5.185)	(47.313)	(22.646)	(3.515)	(78.659)
Remensurações	8.132	4.839	(119)	12.852	4.791	8.132	4.839	(119)	17.643
Saldo em 31 de dezembro de 2024	150.825	34.602	4.792	190.219	6.785	150.825	34.602	4.792	197.004
Circulante	31.596	20.963	2.620	55.179	6.785	31.596	20.963	2.620	61.964
Não circulante	119.229	13.639	2.172	135.040	–	119.229	13.639	2.172	135.040

(i) Refere-se a locação de aeronave Boeing modelo B737-330F ano 1991 em uso na operação da Anívia.

Arrendamentos: Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos a Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia. Informamos abaixo o impacto no balanço dos juros nominais embutidos:

	Controladora	Consolidado
Fluxo Nominal	226.747	227.203
(–) Juros embutidos	(43.204)	(43.206)
	183.543	183.997

Os contratos de arrendamento da Companhia têm substancialmente seus fluxos de pagamentos indexados por índices inflacionários e para resguardar a representação fidedigna e atender as orientações da CVM em seu Ofício Circular CVM nº 2/2019, são fornecidos os saldos passivos sem inflação, que foram efetivamente contabilizados e a estimativa dos saldos inflacionados. O fluxo inflacionado foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim de cada contrato, incorporando a inflação futura projetada e descontados pela taxa incremental de financiamento, ou seja, a taxa de juros nominal. Na elaboração dos fluxos de caixa futuros contratuais, incorporando a inflação esperada foram utilizadas taxas baseadas no boletim Focus do Banco Central do Brasil até 2026. Na elaboração dos fluxos de caixa futuros contratuais, foram utilizadas as seguintes premissas de inflação: 4,05%, 3,8% e 3,5%, aplicáveis ao período projetado até o encerramento contratual, entre 2026 e março de 2032. Com base nessas premissas, os impactos estimados refletem os efeitos projetados no exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

	Controladora	Consolidado
Fluxo real		
Direito de uso dos ativos	161.216	161.497
Passivos de arrendamento	226.747	227.203
Juros embutidos	(43.204)	(43.206)
	183.543	183.997
Fluxo inflacionário		
Direito de uso dos ativos	197.916	198.197
Passivos de arrendamento	242.455	242.911
Juros embutidos	(44.539)	(44.541)
	197.916	198.370

O cronograma anual de pagamentos dos referidos contratos, é como segue:

Ano	Controladora	Consolidado
2026	**58.877**	**59.331**
2027	**44.368**	**44.368**
2028	**38.352**	**38.352**
2029 a 2035	**41.946**	**41.946**
	183.543	**183.997**

17. Impostos, contribuições e parcelamentos a pagar:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Parcelamentos	**32.801**	49.976	**32.801**	49.976
ICMS (i)	**13.314**	18.477	**13.314**	18.477
PERT	**–**	1.014	**–**	1.014
Parcelamento 10A - Federal	**9.049**	11.466	**9.049**	11.466
Parcelamento 10A - INSS	**3.102**	7.680	**3.102**	7.680
Parcelamento Federal (simplificado) (ii)	**7.336**	11.339	**7.336**	11.339
Tributos correntes	**25.211**	22.742	**25.602**	23.028
COFINS	**5.569**	5.909	**5.709**	6.112
ICMS	**8.484**	9.275	**8.657**	9.290
PIS	**1.075**	1.158	**1.105**	1.202
INSS	**2.933**	3.418	**2.933**	3.418
Imposto de renda e contribuição social	**5.108**	1.348	**5.108**	1.348
Outros	**2.042**	1.634	**2.090**	1.658
	58.012	72.718	**58.403**	73.004
Circulante	**42.983**	43.985	**43.374**	44.271
Não circulante	**15.029**	28.733	**15.029**	28.733

(i) A Companhia obteve junto às Secretarias da Fazenda de diversos Estados, autorização para o parcelamento do ICMS, cujo prazos variam entre 24 e 84 parcelas. (ii) Parcelamento simplificado referente aos tributos PIS, COFINS, IRPJ e CSLL corrente. As movimentações ocorridas nos parcelamentos podem ser assim demonstradas:

2025	ICMS	PERT	INSS	10A	Simplificado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**18.477**	**1.014**	**–**	**19.146**	**11.339**	**49.976**
Adição	**1.587**	**–**		**–**	**29**	**1.616**
Atualização Monetária	**2.928**	**41**		**1.459**	**1.091**	**5.410**
Pagamentos	**(9.678)**	**(1.055)**	**–**	**(8.453)**	**(5.124)**	**(24.201)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**13.314**	**–**	**–**	**12.152**	**7.335**	**32.801**
Circulante	**6.473**	**–**	**–**	**6.571**	**4.728**	**17.772**
Não circulante	**6.841**	**–**	**–**	**5.581**	**2.607**	**15.029**

2024	ICMS	PERT	INSS	10A	Simplificado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	31.455	2.066	67	25.140	15.446	74.174
Atualização Monetária	1.924	141	20	1.788	1.183	5.056
Juros	643	–	–	–	–	643
Pagamentos	(15.545)	(1.193)	(87)	(7.782)	(5.290)	(29.897)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	18.477	1.014	–	19.146	11.339	49.976
Circulante	6.688	1.014	–	8.050	5.489	21.241
Não circulante	11.789	–	–	11.096	5.850	28.735

18. Imposto de renda e contribuição social: 18.1. Imposto de renda e contribuição social a compensar: O saldo de impostos de renda e contribuição social a compensar referem-se a pagamentos antecipados por estimativas e imposto retido na fonte conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imposto de renda a compensar	**14.167**	13.950	**14.178**	14.267
Contribuição social a compensar	**3.595**	2.831	**3.603**	2.909
	17.762	16.781	**17.781**	17.176

18.2. O saldo dos ativos de impostos diferido está demonstrado a seguir: A Companhia detém um saldo histórico de prejuízos fiscais, a compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. A constituição do imposto de renda e da contribuição social diferidos foi baseada em projeções futuras do resultado tributável, preparados pelos gestores dos negócios e aprovadas pela Administração da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais	**17.998**	22.129	**24.139**	26.302
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias:				
Arrendamento mercantil CPC 06	**7.591**	7.101	**7.650**	7.599
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	**247**	223	**247**	223
Participação dos empregados nos lucros	**2.734**	3.079	**2.734**	3.079
Provisão para passivos judiciais	**3.304**	2.908	**3.304**	2.908
Provisão para fornecedores (i)	**22.093**	19.279	**22.093**	19.279
Derivativos Valor justo	**955**	–	**955**	–
Outras provisões	**1.773**	1.078	**1.899**	1.665
	56.695	55.797	**63.021**	61.055

(i) Provisões para registro da despesa na competência adequada, sendo em sua maioria os custos relacionados a operação logística. **18.3. A movimentação dos ativos de impostos diferidos durante o exercício é a seguinte:**

Controladora	2024	Efeito no resultado	2025
Prejuízos fiscais e base negativas de contribuição social	22.129	**(4.131)**	**17.998**
Diferenças temporárias	33.668	**5.029**	**38.697**
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	55.797	**898**	**56.695**

Consolidado	2024	Efeito no resultado	2025
Prejuízos fiscais e base negativas de contribuição social	26.302	**(2.163)**	**24.139**
Diferenças temporárias	34.753	**4.129**	**38.882**
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	61.055	**1.966**	**63.021**

Controladora	2023	Efeito no resultado	2024
Prejuízos fiscais e base negativas de contribuição social	30.352	(8.223)	22.129
Diferenças temporárias	30.134	3.534	33.668
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	60.486	(4.689)	55.797

Consolidado	2023	Efeito no resultado	2024
Prejuízos fiscais e base negativas de contribuição social	34.029	(7.727)	26.302
Diferenças temporárias	32.411	2.342	34.753
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	66.440	(5.385)	61.055

18.4. Imposto de renda e contribuição social diferidos: As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram calculadas levando-se em consideração premissas financeiras e de negócios disponíveis em 31 de dezembro de 2025. Com base nestas projeções, a Companhia possui a seguinte expectativa de recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos:

Ano	Controladora	Consolidado
2026	**13.159**	**13.314**
2027	**13.675**	**13.894**
2028	**9.456**	**9.627**
2029	**6.321**	**6.503**
2030 em diante	**14.084**	**19.683**
	56.695	**63.021**

19. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos de natureza trabalhista, cível e tributária decorrente do curso normal de seus negócios. A respectiva provisão para demandas judiciais foi constituída considerando a avaliação da probabilidade de perda pelos seus assessores jurídicos, natureza dos processos e experiências passadas e quando necessário, foram efetuados depósitos judiciais. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, avalia que a provisão para demandas judiciais constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais, conforme apresentado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
Processos	2025	2024
Trabalhistas	**8.762**	8.249
Cíveis	**956**	304
	9.718	8.553

a) A natureza das ações pode ser sumariada como segue: A Administração da Companhia, suportada pela opinião de seus assessores jurídicos, constituiu provisão para demandas judiciais de natureza cível e trabalhista com base em estudos que consideram o histórico de desembolsos, adotando como premissa o ticket médio dos processos encerrados na fase anterior ao trânsito em julgado e, para aqueles com decisão transitada em julgado, o ticket médio das contingências efetivamente realizadas, apuradas com base nas respectivas decisões judiciais. *Processos trabalhistas:* A Companhia é parte em diversas ações de natureza trabalhista substancialmente compostas por pedidos referentes a férias proporcionais, diferencial de salário, adicional noturno, horas extras, encargos sociais, dentre outros. *Processos cíveis:* A Companhia é parte em ações judiciais de natureza cível, que a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, efetua provisão para demandas judiciais relativa a esses processos. A Companhia figura como parte no polo passivo de processos cíveis - consumeristas que versam sobre pleitos de falha na entrega de produtos.

b) Movimentação das provisões para demandas judiciais:

	Controladora e Consolidado		
Processos	Trabalhista	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	8.249	304	8.553
Complemento de provisão	**3.926**	**1.074**	**5.000**
Reversão de provisão	**(1.696)**	**(189)**	**(1.885)**
Pagamento de processos	**(1.717)**	**(233)**	**(1.950)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**8.762**	**956**	**9.718**

	Controladora e Consolidado		
Processos	Trabalhista	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	11.695	130	11.825
Complemento de provisão	5.930	510	6.440
Reversão de provisão	(7.999)	(254)	(8.253)
Pagamento de processos	(1.377)	(82)	(1.459)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	8.249	304	8.553

Processos tributários: A companhia é parte em ações judiciais de natureza tributária substancialmente compostas por pedidos referentes a cobrança de ICMS, PIS, COFINS, CPRB e ISS. A avaliação de risco é estimada pelos seus assessores jurídicos. Somente serão provisionados os processos em que a companhia for ré nas demandas e apontados como classificação de risco provável e tiver passivo contingente - risco de desembolso pela Tex. Os valores serão calculados pela área fiscal da Companhia. Os processos administrativos tributários são provisionados quando tiver passivo contingente - risco de desembolso pela Tex. c) Movimentação das provisões para demandas judiciais: Os processos classificados pelos assessores jurídicos com probabilidade de perda "possível" totalizam R$8.167 (R$8.255 em 31 de dezembro de 2024), e tem como natureza processos Tributários.

19.1. Os depósitos judiciais registrados no ativo não circulante são como segue:

	2025	2024
Trabalhistas	**3.861**	3.872
	3.861	3.872

20. Patrimônio líquido: 20.1. Capital Social: Em abril de 2025, ocorreu o aumento de capital social da Companhia através da integralização de R$4.131 de reserva de lucros, desta forma o capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R$52.081 (R$47.950 em 31 de dezembro de 2024). O aumento de capital foi efetivado por meio da emissão de 195.050 novas ações ordinárias, totalizando 7.967.513 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2025 (7.772.463 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2024). **20.2. Reservas de capital:** Reserva Legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de até 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2025 foi constituído o valor de R$826 correspondente a 1,23% do lucro líquido atingindo, desta forma, o limite legal no valor de R$10.416 (R$9.590 em 31 de dezembro de 2024). Subvenção para investimentos: Conforme previsto na LC 160/2017, os incentivos ou benefícios fiscais estaduais são classificados pelas autoridades fiscais como subvenção para investimento. Durante o exercício de 2025, a Companhia constituiu um montante de R$26.414 (R$29.534 durante o exercício de 2024). Com a deliberação na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 17 de dezembro de 2025 foi aprovada a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2025, ocasionando a utilização integral do saldo de reservas. **20.3. Dividendos:** Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) de 24 de abril de 2025, a Administração deliberou pela distribuição de dividendos adicionais referentes ao exercício de 2024 no montante de R$49.742 que foram integralmente liquidados em 2025. A Administração deliberou na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 17 de dezembro de 2025 pela distribuição de dividendos referentes ao exercício 2025 no montante de R$65.232, o montante será liquidado conforme cronograma a seguir: a) R$41.000 até dezembro de 2026; b) R$24.232 até o final do exercício de 2028. Os dividendos obrigatórios e adicionais constituídos em 31 de dezembro de 2025 somam R$65.232 (R$17.958 em 31 de dezembro de 2024). **20.4. Lucro por ação:** O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas pela Companhia.

	2025	2024
Lucro atribuível aos Acionistas da Companhia	**67.042**	75.606
Total de ações da Companhia	**7.911**	7.494
Lucro por ação	**8,4744**	10,0895

A Companhia não tem ações potenciais diluidoras, portanto o lucro por ação diluído é o mesmo que o lucro básico por ação.

21. Receita operacional líquida: A receita líquida é composta como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Vendas brutas de serviços	**2.190.469**	2.120.869	**2.191.325**	2.121.974
Impostos sobre vendas	**(347.526)**	(369.276)	**(347.624)**	(369.438)
Receita líquida	**1.842.943**	1.751.593	**1.843.701**	1.752.536

22. Despesas por natureza: O detalhamento das despesas por natureza é apresentado a seguir:

Controladora 2025	Custo dos serviços prestados	Vendas	Administrativas	Total
Depreciação	**(13.086)**	**–**	**(826)**	**(13.912)**
Amortização	**(59.734)**	**(124)**	**(29.411)**	**(89.269)**
Remuneração	**(296.040)**	**(29.265)**	**(84.733)**	**(410.038)**
Operação e logística (i)	**(1.115.044)**	**(3.970)**	**(51.913)**	**(1.170.927)**
Vendas	**–**	**(18.363)**	**(103)**	**(18.466)**
Outros	**(2.193)**	**(3.225)**	**(10.909)**	**(16.327)**
	(1.486.097)	**(54.947)**	**(177.895)**	**(1.718.939)**

Consolidado 2025	Custo dos serviços prestados	Vendas	Administrativas	Total
Depreciação	**(13.948)**		**(826)**	**(14.774)**
Amortização	**(64.211)**	**(124)**	**(29.411)**	**(93.746)**
Remuneração	**(303.710)**	**(29.265)**	**(84.792)**	**(417.767)**
Operação e logística (i)	**(1.105.466)**	**(3.970)**	**(51.736)**	**(1.161.172)**
Vendas	**–**	**(18.363)**	**(103)**	**(18.466)**
Outros	**(2.258)**	**(3.225)**	**(11.223)**	**(16.706)**
	(1.489.593)	**(54.947)**	**(178.091)**	**(1.722.631)**

Controladora 2024	Custo dos serviços prestados	Vendas	Administrativas	Total
Depreciação	(9.058)	–	(3.621)	(12.679)
Amortização	(59.065)	(120)	(18.742)	(77.927)
Remuneração	(273.991)	(30.201)	(90.548)	(394.740)
Operação e logística (i)	(1.065.443)	(3.292)	(40.533)	(1.109.268)
Vendas	–	(18.645)	–	(18.645)
Outros	(2.096)	(3.583)	(8.174)	(13.853)
	(1.409.653)	(55.841)	(161.618)	(1.627.112)

Consolidado 2024	Custo dos serviços prestados	Vendas	Administrativas	Total
Depreciação	(11.177)	–	(3.621)	(14.798)
Amortização	(64.272)	(120)	(18.742)	(83.134)
Remuneração	(281.522)	(30.201)	(90.695)	(402.418)
Operação e logística (i)	(1.051.053)	(3.292)	(39.348)	(1.093.693)
Vendas	–	(18.645)	–	(18.645)
Outros	(2.096)	(3.583)	(9.269)	(14.948)
	(1.410.120)	(55.841)	(161.675)	(1.627.636)

(i) Operações e logística são os gastos com contratação de serviço de frete terceiro, combustível, pedágio e demais despesas relacionadas a prestação de serviço de transportes, *pallets*, caixas e demais insumos utilizados na administração dos centros de distribuição.

23. Outras receitas e despesas:

23.1. Outras receitas operacionais:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Crédito presumido de ICMS (i)	**26.414**	29.534	**26.414**	29.534
Resultado líquido na venda de imobilizado	**252**	478	**252**	478
Outras receitas	**236**	635	**236**	635
	26.902	30.647	**26.902**	30.647

(i) Valor referente a benefício fiscal concedido, em conformidade com a Lei Complementar nº 160/2017, onde a Companhia deixou de computar, na determinação da base de cálculo do lucro real, os créditos presumidos de ICMS. O montante reflete o movimento no Patrimônio Líquido constituindo a reserva de subvenção.

23.2. Outras despesas operacionais:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas com *warrants*	**(165)**	(252)	**(165)**	(252)
Multas fiscais e contratuais	**(343)**	(452)	**(343)**	(452)
Doações (i)	**(160)**	(350)	**(160)**	(350)
Residual de imobilizado e arrendamento financeiro baixados	**(57)**	–	**(57)**	–
Outras despesas	**(651)**	(1.046)	**(661)**	(1.072)
	(1.376)	(2.100)	**(1.386)**	(2.126)

(i) Doações para Incentivo à Cultura através da Lei nº 8.313/91 - Lei Rouanet.

24. Resultado financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas:				
Rendimentos de certificado de deposito interbancário	**13.766**	15.455	**13.776**	15.500
Atualização monetária sobre créditos tributários e depósitos judiciais (i)	**3.230**	49	**3.329**	49
Juros e descontos obtidos com clientes	**2.116**	529	**2.402**	529
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	**1.429**	–	**1.429**	–
Variação cambial ativa	**1.426**	62	**1.750**	98
Total receitas financeiras	**21.967**	16.095	**22.686**	16.176

(i) Atualização monetária decorrente de saldos de impostos a compensar e benefício fiscal da Lei nº 11.196/05 - Lei do Bem.

	Controladora		Consolidado	
Despesas:	2025	2024	2025	2024
Juros sobre empréstimos e financiamentos	**(46.101)**	(36.037)	**(46.101)**	(36.037)
Juros sobre arrendamentos - CPC 06	**(21.640)**	(21.926)	**(21.897)**	(22.321)
Juros e multas sobre tributos	**(1.701)**	(3.355)	**(1.987)**	(3.358)
Juros operação risco sacado	**(520)**	–	**(520)**	–
Desconto concedido e juros de outros passivos	**(1.294)**	(5.843)	**(1.326)**	(5.843)
Atualização monetária passiva	**(5.496)**	(5.056)	**(5.496)**	(5.056)
Despesas bancárias	**(1.341)**	(1.700)	**(1.636)**	(1.774)
Outras despesas financeiras	**(1.191)**	(1.259)	**(1.191)**	(1.260)
Custos e encargos sobre empréstimos e financiamentos	**(2.394)**	–	**(2.394)**	–
Variação do valor justo instrumentos derivativos	**(2.810)**	–	**(2.810)**	–
Variação cambial passiva	**(1.619)**	(167)	**(2.099)**	(623)
Total despesas financeiras	**(86.107)**	(75.343)	**(87.457)**	(76.272)
Resultado financeiro líquido	**(64.140)**	(59.248)	**(64.771)**	(60.096)

25. Despesas de imposto de renda e contribuição social: A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social dos exercícios findos em 31 de dezembro está assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**82.483**	92.578	**81.814**	93.325
Alíquotas nominais de imposto	**34%**	34%	**34%**	34%
Encargos de imposto de renda e da contribuição social	**28.044**	31.477	**27.817**	31.731
Subvenção para investimentos	**(8.981)**	(10.042)	**(8.981)**	(10.042)
Diferenças permanentes	**2.048**	1.828	**2.048**	1.828
Resultado de equivalência patrimonial	**989**	409	**–**	–
Benefício Fiscal (i)	**(1.184)**	(1.541)	**(1.184)**	(1.541)
Ressarcimento (ii)	**(3.303)**	(5.342)	**(3.303)**	(5.342)
Constituição Prejuízos fiscais e diferenças temporárias diferido	**(9.126)**	(3.535)	**(10.194)**	(3.535)
Efeitos de adições e exclusões temporárias	**3.583**	2.175	**3.121**	2.175
Prejuízo	**–**	–	**2.141**	–
Outros	**3.371**	1.543	**3.307**	2.445
Total do imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos	**15.441**	16.972	**14.772**	17.719
Taxa efetiva	**18,7%**	18,3%	**18,1%**	19,0%

(i) Benefícios fiscais do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT e Salário Maternidade. (ii) O ressarcimento é decorrente da Lei do bem, onde foram desenvolvidos projetos de tecnologia voltado para elevação da produtividade e eficácia operacional da Companhia, por meio da automatização de processos, escalabilidade e robustez. **26. Transações com partes relacionadas:** As transações de vendas e gastos com partes relacionadas referem-se a vendas serviços, custos e repasses de gastos gerais e administrativos, com valores e prazos de acordo com condições pactuadas entre as partes.

26.1. As transações e saldos que a Companhia efetuou e mantém com partes relacionadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão sumariados a seguir:

2025			
Partes relacionadas	**Valores a receber**	**Valores a pagar**	**Vendas de partes relacionadas**
Abril Comunicações S.A.	**42**	**–**	**–**
Anívia Serviços Aéreos	**776**	**–**	**36.062**
	818	**–**	**36.062**

2024			
Partes relacionadas	**Valores a receber**	**Valores a pagar**	**Vendas de partes relacionadas**
Abril Comunicações S.A.	–	9	–
Anívia Serviços Aéreos	123	–	48.779
Total Express Holding LLC	22	–	–
	145	9	48.779

As transações entre partes relacionadas são realizadas a preços e prazos equivalentes aos praticados com demais clientes. Os saldos a pagar e a receber não são atrelados a garantias, não estão sujeitos a juros e são pagos em dinheiro. Não houve garantias fornecidas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. No ano de 2020 a Total Express Holding LLC celebrou acordo com a Amazon.com NV Investment Holdings LLC visando aumentar a parceria na Tex Courrier S.A. Em linha com esse acordo a companhia emitiu *warrants* de *units* registrados a seu valor justo. Como impacto a Companhia registrou um ativo no montante de R$1.650 em Fevereiro de 2020 correspondente ao custo de captação do contrato com posterior registro das amortização e amortização subsequentes, ao qual representa em 31 de dezembro de 2025 um saldo de R$687 (R$852 em 31 de dezembro de 2024). Adicionalmente, o contrato prevê emissão de *warrants* baseada em condições e performance, quer são contabilizadas no resultado. As principais premissas adotadas nesse cálculo podem ser assim apresentadas:

Premissas	2025	2024
Valor de referência na data-base	**6.254**	6.915
Volatilidade do ativo	**58,23%**	70,93%
Taxa de juros da economia a.a.	**13,80%**	15,37%

26.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração: A remuneração paga ao pessoal-chave da Administração está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Salários e encargos	**11.117**	10.327
Bônus	**3.715**	4.633
	14.832	14.960

Os honorários da diretoria foram contabilizados como despesas com pessoal. Além desses, não foram pagos outros valores ou benefícios adicionais aos administradores. **27. Seguros:** A política da Companhia é a de manter cobertura de seguros por meio de apólice em montante considerado satisfatório pela Administração em face dos riscos que envolvem as operações da Companhia, as principais coberturas são as seguintes:

Total Express (valores expressos em reais):

Natureza	Cobertura
Desaparecimento de Carga - transporte rodoviário	6.000.000
Desaparecimento de Carga - armazéns	6.000.000
Responsabilidade Civil - transporte rodoviário de Carga	6.000.000
Properties (Prédios e Conteúdos)	120.000.000
Responsabilidade Civil - RCG	3.000.000
Vida em grupo (funcionários)	Min. 30.000 - Max. 1.320.000

Anívia Serviços Aéreos (valores expressos em dólares):

Natureza	Cobertura
Seguro Aeronáutico - Casco + LUC	300.000.000
Seguro Aeronáutico - Guerra	300.000.000

28. Evento Subsequente: Por decisão estratégica, a ANIVIA optou por não renovar o contrato de lease operacional da aeronave PS-TOT, formalizando sua devolução ao lessor em 19 de janeiro de 2026. A empresa permanece plenamente operacional e mantém suas atividades administrativas e comerciais em funcionamento regular. No âmbito de seu planejamento estratégico, a ANIVIA já iniciou o processo de avaliação e negociação para incorporação de uma nova aeronave, mais moderna e alinhada aos seus objetivos de médio e longo prazo, com previsão estimada de conclusão entre 6 e 10 meses. Durante esse período, a empresa continuará atuando no mercado por meio da prestação de serviços de agenciamento aéreo, assegurando a continuidade do atendimento aos seus clientes.

Diretoria

Felipe Alves Lima - Diretor Presidente

Andrea de Rizzio - Diretora Financeira

Contador

Alex Vicente da Silva - CRC 1SP208792/O-6

continua→★

→★ continuação

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tex Courier S.A.

Aos Acionistas da **Tex Courier S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tex Courier S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditoria de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** *Demonstração do valor adicionado*: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações financeiras do valor adicionado, individual e consolidada foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**: A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de abril de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S Ltda.
CRC SP-034519/O
Murilo Morgante
Contador CRC SP-280120/O

EY Shape the future with confidence

Manhã **Tarde** **Noite** 30º 18º 5%
06:23 18:00
OUTONO: Sol com poucas nuvens. Não chove.

São Paulo

Segurança pública

SP anuncia primeira mulher no comando-geral da PM

GOVERNO DO ESTADO DE SP

A coronel Glauce Anselmo Cavalli (**foto**) foi nomeada pelo governador Tarcísio de Freitas, ontem, para assumir o comando-geral da Polícia Militar. Pela primeira vez em quase dois séculos de existência, a corporação será liderada por uma mulher. O ato foi publicado na edição do Diário Oficial do Estado desta quinta-feira. "A coronel Glauce construiu uma trajetória sólida na Polícia Militar, com formação de excelência, liderança reconhecida e ampla experiência em funções operacionais, estratégicas e de gestão. Foi destaque desde a formação e seguiu acumulando responsabilidades ao longo da carreira, sempre com alto nível técnico. É uma oficial extremamente preparada para comandar a maior tropa policial do país. Sua nomeação representa um marco histórico para a PM de São Paulo, que tem pela primeira vez uma mulher no comando, e é também um avanço importante para a ampliação da presença feminina nos cargos de liderança do Estado", afirmou o governador Tarcísio de Freitas.

A nova comandante-geral é mestre e doutora em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública, além de graduada em Direito pela Universidade de Cruzeiro do Sul e em Educação Física pela Escola de Educação Física da PM. Antes da indicação, estava à frente da Diretoria de Logística da corporação. Também comandou o CPA/M-2, responsável por uma das regiões mais populosas da capital paulista, e chefiou a Coordenadoria de Assuntos Jurídicos do Comando-Geral e o Centro de Comunicação Social da PM, entre outras funções.

A coronel Glauce vai suceder o coronel José Augusto Coutinho, que estava à frente da instituição desde maio de 2025.

O novo subcomandante da corporação é o coronel Mário Kitsuwa, atual comandante do Comando de Policiamento Metropolitano Nove.

Mestre e doutor em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública, o coronel Kitsuwa também é formado em Psicologia. Ao longo da carreira, atuou no 1º Batalhão de Polícia de Choque, no Centro de Assistência Social e Jurídica, na Diretoria de Pessoal e no Centro de Atenção Psicológica e Social.

"Agradecemos ao comandante Coutinho pela dedicação e pelos relevantes serviços prestados no comando da corporação. Sua atuação foi fundamental para o fortalecimento da Polícia Militar, a ampliação da presença policial em todo o estado e a redução histórica dos índices criminais", concluiu Tarcísio de Freitas.

Polícia Militar é chefiada por mulheres somente em dois estados brasileiros

GONÇALO JUNIOR/AE

A nomeação da coronel Glauce Anselmo Cavalli para assumir o comando geral da Polícia Militar de São Paulo - a primeira escolha de uma mulher em quase dois séculos - é um fato raríssimo também no cenário nacional. Além de São Paulo, só a PM do Acre é comandada por uma mulher atualmente. Ou seja: em 27 estados, isso representa menos de 10%.

A nomeação, feita pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), foi publicada na edição do Diário Oficial do Estado desta quinta-feira, 16.

A definição foi apresentada como um marco para a PM e um avanço na ampliação da presença feminina em cargos de liderança em São Paulo.

A coronel vai suceder o coronel José Augusto Coutinho, que estava no comando da instituição desde maio de 2025. "É uma oficial extremamente preparada para comandar a maior tropa policial do País", disse o governador em nota divulgada pelo governo do Estado.

Mesmo com aumento de mulheres nas tropas nos últimos anos, elas ainda representam minoria nos cargos mais altos. Muitos Estados nunca tiveram uma mulher comandante-geral.

Mudanças estão começando a aparecer, mas de forma pontual. Antes da nomeação da coronel Glauce Cavalli em São Paulo, a única mulher no comando da PM no País estava no Acre. Trata-se da coronel Marta Renata Freitas, que assumiu o posto em dezembro de 2024. Ela se tornou a primeira a liderar a corporação em 108 anos.

A coronel entrou na PM em 2005. Atualmente, é mestranda em Direitos Humanos, com ênfase em Segurança Pública pela Universidade Federal de Goiás (UFG).

O Distrito Federal já teve uma mulher no posto mais alto da Polícia Militar. A coronel Ana Paula Habka ocupou o comando da PM entre janeiro de 2024 e abril deste ano. A coronel foi para a reserva após 32 anos na corporação como a segunda mulher a ocupar o cargo de comandante-geral da corporação.

Especialistas apontam que fatores institucionais, culturais e históricos ainda limitam a ascensão de mulheres aos cargos de comando geral, que são definidos pelos governadores a partir da lista de oficiais mais antigos. Nesse cenário, a nomeação em São Paulo tem peso simbólico. Além de romper uma barreira em uma das principais vitrines da segurança pública no País, pode abrir caminho para novas lideranças femininas.

Hospital Graacc

Novo aparelho vai acelerar diagnóstico de câncer infantil

GUILHERME JERONYMO/ABRASIL

O Hospital Graacc, especializado em tratamento de crianças com câncer, já conta com um novo acelerador linear, equipamento usado para radiografia de última geração. A expectativa é que o aparelho aumente a capacidade de tratamento de 150 para 250 pacientes por mês.

O equipamento, da marca Elekta, modelo Versa HD, custa cerca de R$ 9 milhões e substituiu o acelerador antigo da instituição, com ganhos em precisão, qualidade e rapidez de tratamento. Também permite a realização de sessões mais breves e específicas.

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, esteve na unidade ontem e explicou as vantagens desse tipo de aquisição e sua relação com o atual programa de financiamento de terapias de alto custo realizado pelo Ministério.

"Vamos chegar esse ano pela primeira vez com pelo menos um aparelho destes em cada estado do Brasil. O último que falta é no estado de Roraima, mas os equipamentos já estão lá e a gente vai inaugurar esse ano", disse Padilha.

O Ministério da Saúde também vai ampliar o custeio de equipamentos, com aumento do valor pago por sessão para as unidades que fazem atendimentos de alto custo ou tratamentos de câncer. O aumento para esse tipo de radioterapia será de 30%, dentro do programa Agora Tem Especialistas.

"Para nós, o maior impacto é na qualidade do atendimento, além de ser mais moderna é uma máquina mais rápida e é mais precisa. A quantidade de radiação que a criança acaba recebendo é bem menor, assim como os efeitos colaterais.

Paraná Pesquisas

Vantagem de Tarcísio sobre Haddad cai; Marina lidera Senado

GEOVANI BUCCI/AE

Levantamento divulgado pelo Paraná Pesquisas ontem, indica redução na vantagem do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), sobre o ex-ministro da Fazenda Fernando Haddad (PT) em eventual segundo turno da eleição estadual.

Segundo o instituto, Tarcísio aparece com 53,4% das intenções de voto, ante 37,3% de Haddad. Na rodada anterior, realizada em fevereiro, o governador registrava 58,7%, enquanto o petista tinha 32,4%. A diferença entre os dois caiu de 26,3 pontos porcentuais para 16,1 pontos. Os votos em branco, nulos ou nenhum permaneceram em 5,8%, e os que não souberam ou não opinaram oscilaram de 3% para 3,5%.

Entre um levantamento e outro, Haddad foi oficializado como pré-candidato do campo progressista ao Palácio dos Bandeirantes. O ex-ministro foi convencido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) após negar publicamente e nos bastidores que concorreria este ano.

No cenário de primeiro turno, Tarcísio mantém liderança confortável, com 47,8% das intenções de voto. Haddad aparece em segundo lugar, com 33,1%. Na sequência, figuram o ex-prefeito de Santo André Paulo Serra (PSDB), com 4,6%, e o deputado federal Kim Kataguiri (Missão), com 3,5%. Brancos, nulos e nenhum somam 6,7%, enquanto 4,4% não souberam ou não responderam.

O levantamento mostra ainda que Tarcísio supera Haddad em todos os recortes sociodemográficos analisados. A disputa é mais equilibrada entre o eleitorado feminino, no qual o governador tem 42% das intenções de voto, contra 37% do petista.

Haddad lidera o índice de rejeição entre os pré-candidatos testados. Na amostra, 42,9% dos entrevistados que afirmam não votar no petista, seguido por Tarcísio, com 27,2% de resistência. Na sequência, aparecem Kim Kataguiri, com 17,5%, e Paulo Serra, com 17,3%.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ: 41.811.375/0001-19 - NIRE: 353.0057653-5

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 150ª (CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI" e "Titulares dos CRI", respectivamente) da 150ª (centésima quinquagésima) emissão de certificados de recebíveis imobiliários, em série única, da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO ("Emissora"), nos termos da Cláusula 12 do *"Termo De Securitização De Créditos Imobiliários Para Emissão De Certificados De Recebíveis Imobiliários Da Série Única Da 150ª Emissão Da Canal Companhia De Securitização, Lastreados Em Créditos Imobiliários Devidos Pela NTRS Novo Terminal Rodoviário de Salvador SPE Ltda."* conforme aditado ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 07 de maio de 2026, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste Edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **i.** Aprovar a concessão de *waiver*, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Automático das Notas Comerciais, nos termos Cláusula 8.1, subitem (xxx), do *"Termo De Emissão De Notas Comerciais Escriturais, Com Garantia Real, Com Garantia Fidejussória Adicional, Em Série Única, Para Colocação Privada, Da 1ª (Primeira) Emissão Da Ntrs Novo Terminal Rodoviário De Salvador Spe Ltda."*, conforme aditado ("Notas Comerciais"), em decorrência do desenquadramento do Índice de Cobertura, nas verificações realizadas nos meses de set./2025, out./2025, dez./2025, jan./2026, fev./2026 e abr./2026, nos termos da Cláusula 4.6 e seguintes do *"Instrumento Particular De Cessão Fiduciária De Direitos Creditórios Em Garantia E Outras Avenças Entre Ntrs Novo Terminal Rodoviário De Salvador Spe Ltda."*, conforme aditado ("Cessão Fiduciária"); **ii.** Aprovar, em caráter excepcional e transitório, condicionado à aprovação do item (i) da Ordem do Dia, a flexibilização temporária dos parâmetros aplicáveis ao Índice de Cobertura, conforme previsto na Cláusula 4.6 da Cessão Fiduciária, exclusivamente no período compreendido nas verificações realizadas em maio de 2026 (inclusive) e dezembro de 2026 (inclusive), de modo que: (a) o Índice de Cobertura deverá observar o patamar mínimo de 2,5x; (b) será admitido o desenquadramento do referido índice, no período indicado no item (a), em duas verificações, sem caracterização de Evento de Vencimento Antecipado Automático das Notas Comerciais, desde que a razão apurada permaneça igual ou superior a 2,0x; e (c) na hipótese de apuração de Índice de Cobertura inferior a 2,0x, não haverá liberação de recursos ao Devedor, permanecendo tais valores retidos; **iii.** Aprovar a concessão de *waiver*, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na Cláusula 8.1.2, subitem (ii) das Notas Comerciais e Cláusula 7.3.2 do Termo de Securitização, em decorrência do descumprimento da obrigação não pecuniária do envio dos balancetes trimestrais, nos termos da Cláusula 9.1, subitem (i), alínea (b) das Notas Comerciais, relativo a NTRS NOVO TERMINAL RODOVIÁRIO DE SALVADOR SPE LTDA., referente ao terceiro trimestre de 2024, e SINART PARTICIPAÇÕES LTDA., referente quarto trimestre de 2024; **iv.** Caso aprovada a concessão de *waiver* prevista na alínea "iii" acima da Ordem do Dia, aprovar prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data de formalização desta assembleia, para que as referidas obrigações sejam regularizadas pela NTRS NOVO TERMINAL RODOVIÁRIO DE SALVADOR SPE LTDA. e SINART PARTICIPAÇÕES LTDA.; **v.** Aprovar a concessão de *waiver*, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na Cláusula 8.1.2, subitem (ii) das Notas Comerciais e Cláusula 7.3.2 do Termo de Securitização, em decorrência do descumprimento da obrigação não pecuniária do envio da lista atualizada dos Direitos Cedidos Fiduciariamente, incluindo, mas não se limitando, aos Contratos de Locação e à lista de Companhias Rodoviárias, para posterior formalização de Aditamento Atualização, nos termos da Cláusula 3.5 da Cessão Fiduciária; **vi.** Caso aprovada a concessão de *waiver* prevista na alínea "v" acima da Ordem do Dia, aprovar prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data de formalização desta assembleia, para que as referidas obrigações sejam regularizadas pela Devedora; **vii.** Aprovar a concessão de *waiver*, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na Cláusula 8.1.2, subitem (ii) das Notas Comerciais e Cláusula 7.3.2 do Termo de Securitização, em decorrência do descumprimento da obrigação não pecuniária do envio do Relatório de Destinação dos Recursos, relativo ao segundo semestre de 2025, nos termos da Cláusula 4.3 das Notas Comerciais; **viii.** Caso aprovada a concessão de *waiver* prevista na alínea "vii" acima da Ordem do Dia, aprovar prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data de formalização desta assembleia, para que as referidas obrigações sejam regularizadas pela Devedora; **ix.** Aprovar a concessão de *waiver*, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na Cláusula 8.1.2, subitem (ii) das Notas Comerciais e Cláusula 7.3.2 do Termo de Securitização, em decorrência do descumprimento da obrigação não pecuniária do envio das demonstrações financeiras do ano de 2025, combinadas, completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, juntamente com relatório da administração e do relatório de Auditores Independentes, nos termos da Cláusula 9.1, subitem (i), alínea (a) das Notas Comerciais, referente a NTRS NOVO TERMINAL RODOVIÁRIO DE SALVADOR SPE LTDA. e dos avalistas SINART PARTICIPAÇÕES LTDA., MHPP PARTICIPAÇÕES LTDA., e SINART – SOCIEDADE NACIONAL DE APOIO RODOVIÁRIO E TURÍSTICO LTDA.; **x.** Caso aprovada a concessão de *waiver* prevista na alínea "ix" acima da Ordem do Dia, aprovar prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data de formalização desta assembleia, para que as referidas obrigações sejam regularizadas pela NTRS NOVO TERMINAL RODOVIÁRIO DE SALVADOR SPE LTDA. e dos avalistas SINART PARTICIPAÇÕES LTDA., MHPP PARTICIPAÇÕES LTDA., e SINART – SOCIEDADE NACIONAL DE APOIO RODOVIÁRIO E TURÍSTICO LTDA; **xi.** A autorização para que a Securitizadora e o Agente Fiduciário possam praticar todos os atos, bem como firmar todos e quaisquer documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações previstas na ata. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT – CRI Sinart 150", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 17 de abril de 2026.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE — GOVERNO DO BRASIL — DO LADO DO POVO BRASILEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.006/2026

A Pregoeira **Jerusa Ferreira Dias** convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº 90.006/2026 no dia 05/05/2026 às 11h00min. - Objeto: **Aquisição de medicamentos** (METFORMINA, CLORIDRATO 500 MG COMPRIMIDO; MICOFENOLATO DE SÓDIO 180 MG COMPRIMIDO; NITROGLICERINA 5 MG /ML INJETÁVEL AMPOLA 10 ML e etc) Processo nº. 33409.012000/2025-85. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

REAL ENGENHARIA INVESTIMENTOS S.A.

Companhia fechada

CNPJ/MF nº 35.948.363/0001-38 - NIRE 33.3.0026983-5

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO: Ficam os senhores acionistas da **REAL ENGENHARIA INVESTIMENTOS S.A.** ("Companhia") convocados para participarem da Assembleia Geral Ordinária da Companhia ("Assembleia"), que ocorrerá no dia 29 de abril de 2026, às 15 horas, **sob formato exclusivamente digital**, a fim de apreciar e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1. Tomar as contas da Diretoria, bem como as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; 2. A proposta de destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; 3. A fixação do número de membros para compor a Diretoria da Companhia; 4. A eleição dos Diretores da Companhia; e 5. A remuneração anual global dos Diretores. **Documentos da Assembleia:** os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A.") foram publicados no jornal Diário do Acionista em 5 de março de 2026. Os acionistas que desejarem o envio dos documentos por meio digital, devem solicitá-los à Companhia por meio do e-mail investimentos@realengenharia.com.br. **Participação na Assembleia:** os acionistas participarão da Assembleia nos termos do art. 126 da Lei das S.A. A Assembleia será realizada por videoconferência, em plataforma digital específica, nos termos do Manual de Registro de Sociedade Anônima, Anexo V da Instrução Normativa DREI nº 81/20. As instruções detalhadas para a participação virtual devem ser solicitadas pelos acionistas interessados à Companhia com, pelo menos, 24 horas de antecedência, por meio do e-mail investimentos@realengenharia.com.br. **Votação:** para a votação na Assembleia, os acionistas poderão optar por manifestar seu voto (i) por participação remota durante a videoconferência; ou (ii) via boletim de voto a distância enviado à Companhia, com no mínimo 24 horas de antecedência da Assembleia. Em qualquer hipótese, o acionista deverá comunicar a sua escolha e solicitar as instruções detalhadas para sua participação à Companhia por meio do e-mail investimentos@realengenharia.com.br. Rio de Janeiro, 17 de abril de 2026. **Mario de Andrade Ramos Neto -** Diretor.

VERDE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 44.323.802/0001-08 - NIRE 33300341064

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 08/04/26: I. DATA, HORA E LOCAL: em 08/04/26, às 10 horas, na sede social da Verde Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), localizada no Município do RJ, Estado do RJ, na Avenida Presidente Wilson, nº 231, Salas 1.703 (parte) e 1.704 (parte), Centro, CEP 20.030-905. **II. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA**: dispensada a convocação, tendo em vista a presença de acionista representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei 6.404/1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), conforme assinatura constante no Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **III. MESA**: Presidente: Gabriel Norberto Zarpellon; Secretário: Leandro da Silva Reis. **IV. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: **(i)** em adição às deliberações tomadas na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 20/03/26, às 10 horas, registrada perante a Junta Comercial do Estado do RJ em 24/03/26, sob o nº 00007670905 ("AGE Original da Emissão"), a qual aprovou a realização, pela Companhia, da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública pelo rito automático de distribuição, no valor total de R$ 1.176.000.000,00 (um bilhão, cento e setenta e seis milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), por meio da celebração do "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, Em Rito de Registro Automático, da Verde Transmissão de Energia S.A.*", celebrado entre a Companhia, na qualidade de emissora das Debêntures, e a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, na qualidade de agente fiduciário e representante da comunhão dos titulares de Debêntures ("Agente Fiduciário" e "Debenturistas", respectivamente), e a **Cymi Construções e Participações S.A.** ("Interveniente"), na qualidade de garantidora, em 20/03/26 ("Escritura de Emissão"), nos termos da Lei nº 6.385, de 7/12/1976, conforme alterada, e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 160, de 13/07/22, conforme alterada ("Resolução CVM 160" e "Oferta", respectivamente), dentre outras matérias, a aprovação da alteração do prazo de vencimento das Debêntures para 282 (duzentos e oitenta e dois) meses contados da Data de Emissão (conforme definido na Escritura de Emissão); **(ii)** a aprovação da alteração das deliberações tomadas na AGE Original da Emissão, em relação ao item V, "(i)", alínea "(j)", para refletir a alteração do prazo de vencimento das Debêntures; e **(iii)** a ratificação de todas as demais deliberações da AGE Original da Emissão e consolidação de todas as características da Emissão, bem como a ratificação de todos os atos já praticados pela diretoria da Companhia, direta ou indiretamente por meio de procuradores, para realização da Emissão e/ou da Oferta. **V. DELIBERAÇÕES:** os acionistas deliberaram e aprovaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas: **(i)** aprovar a alteração do prazo de vencimento das Debêntures para 282 (duzentos e oitenta e dois) meses contados da Data de Emissão; **(ii)** aprovar a alteração das deliberações tomadas na AGE Original da Emissão em relação ao item V, "(i)", alínea "(j)" da AGE Original da Emissão, para a alteração do prazo de vencimento das Debêntures, que ficará conforme segue: *"(j) Prazo e Data de Vencimento: Ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada da totalidade das Debêntures a serem previstas na Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de vencimento de 282 (duzentos e oitenta e dois) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, na data prevista na Escritura de Emissão ("Data de Vencimento das Debêntures");"* **(iii)** aprovar a ratificação de todas as demais deliberações da AGE Original da Emissão e consolidação de todas as características da Emissão, bem como a ratificação de todos os atos já praticados pela diretoria da Companhia, direta ou indiretamente por meio de procuradores, para realização da Emissão e/ou da Oferta. **(iv) ENCERRAMENTO:** nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, conforme disposto no artigo 130, §1º da Lei das Sociedades por Ações, a qual foi assinada pelos presentes. A presente ata é cópia fiel da via original lavrada em livro próprio. RJ, 08/04/26. **MESA:** Gabriel Norberto Zarpellon - **Presidente;** Leandro da Silva Reis - **Secretário**. Jucerja nº 7711896 em 14/04/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO

SECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº: 6124/2025

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 003/2026	**Data de Abertura: 28/04/2026** **Horário: 10:10h** **Plataforma eletrônica:** **https://www.licitanet.com.br**
Unidades Contratantes:	**Secretaria Municipal de Obras - Prefeitura de Arraial do Cabo/RJ**

Objeto

Dispensa Eletrônica para contratação de empresa habilitada **EM ENGENHARIA ELÉTRICA, DESTINADA À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PADRÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DA PRAÇA DE FIGUEIRA, LOCALIZADA NO DISTRITO DE FIGUEIRA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICPAL DE ARRAIAL DO CABO - RJ.**

Valor estimado

R$ 61.431,09
(sessenta e um mil, quatrocentos e trinta e um reais e nove centavos)

Registro de Preços?	Vistoria	Modo de disputa	Critério de Julgamento
Não	Sim	Aberto	**MENOR VALOR**
Itens Exclusivos para ME/EPP?	**Itens com Cota Reservada para ME/EPP?**	**Exigência de Amostra?**	**Participação de Consórcio**
Sim	Sim	Não	Não

Intervalo mínimo de diferença entre lances

R$ 10,00(Dez reais)

Pregoeiro

Sr. Hélio Fernando Mozart Gimenez (portaria nº 3.067/2025)

Fundamento Legal

Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 4.483/25
e demais legislações pertinentes

Observações Gerais:

1) O Edital e outros anexos estão disponíveis para download no Portal http://licitanet.com.br e também no Portal da Transparência, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo/RJ: http://www.arraial.rj.gov.br.
2) Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acessarem os sites www.arraial.rj.gov.br e www.gov.br/compras/pt-br, para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos.

Diário do Acionista
Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

CYMI II TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 52.885.150/0001-23 - NIRE:333.0035146-9

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 31/03/26. 1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 31 dias/03/26, às 15 horas, na sede da Companhia, localizada na Avenida Presidente Wilson, nº 231, salas 1703 (parte) e 1704 (parte), Edifício Palácio Austregésilo de Athayde, Centro, RJ, Estado do RJ, CEP 20.030-021 ("Companhia"). **2. CONVOCAÇÃO**: Presente acionista titular da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas, bem como os administradores da Companhia. Fica, assim, dispensada a convocação, face à presença de todos os acionistas, nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("Lei das S.A."). **3. COMPOSIÇÃO DA MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Carlos Eduardo Assumpção Olesko e secretariados pelo Sr. Leandro da Silva Reis. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** alteração do Artigo 1 do Estatuto Social da Companhia ("Estatuto Social"), para modificação da denominação social da Companhia; **(ii)** alteração do Artigo 4 do Estatuto Social, para redefinir o objeto social da Companhia; **(iii)** alteração do Artigo 10 do Estatuto Social, para modificação da composição da diretoria da Companhia com o aumento do número de Diretores Estatutários; **(iv)** consolidação do Estatuto Social da Companhia, em razão das deliberações constantes dos itens (i) a (iii) acima, na forma do **Anexo I**; **(v)** a reeleição dos Srs. Carlos Eduardo Assumpção Olesko e Pedro Henrique Chrispim de Paiva como membros da Diretoria da Companhia e a eleição dos Srs. Leandro da Silva Reis e Frederich Einstein Alves da Silva como membros da Diretoria da Companhia; e **(vi)** autorização para que os administradores ora eleitos pratiquem todos os atos necessários ao registro e às publicações da Companhia perante quaisquer órgãos ou entidades públicas e privadas, conforme aplicável. **5. DELIBERAÇÕES:** Foram aprovadas as seguintes matérias, por unanimidade dos votos e sem ressalvas: **(i)** Aprovar a alteração do Artigo 1 do Estatuto Social, de forma que a denominação social da Companhia passará a ser **LOBO GUARA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.**. Assim, o referido dispositivo passará a vigorar com a seguinte redação: "***Artigo 1 –** A companhia tem a denominação de **LOBO GUARA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.** ("Companhia") e é uma sociedade anônima, de capital fechado, que será regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis;* **(ii)** Aprovar a alteração do Artigo 4 do Estatuto Social, a fim de redefinir o objeto social da Companhia, que passará vigorar com a seguinte redação: "***Artigo 4 –** A Companhia tem como objeto social único e exclusivo a implantação e exploração do empreendimento referente ao Lote 01 do Leilão de Transmissão n.º 01/26 da Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL, composto pelas seguintes instalações nos Estados do RJ, São Paulo e Minas Gerais:* **(i)** SE 500/138 kV Nova Extrema e do seccionamento da LT 500 kV Estreito – Fernão Dias C2 na Subestação Nova Extrema, incluindo as respectivas unidades de transformação, conexões das unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, equipamentos de compensação de reativos e suas conexões, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio; e **(ii)** bem como a continuidade da prestação do Serviço Público de Transmissão, mediante a operação e manutenção das instalações SE 230/138 kV Nilo Peçanha e LT 230 kV Santa Cabeça – Nilo Peçanha C1, incluindo a respectiva unidade de transformação, seus módulos de conexão, entrada de linha, barramentos, sistemas de controle, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, oscilografia, proteção, comando, controle, teleproteção, telecomunicação, administração e apoio." **(iii)** Aprovar a alteração do Artigo 10 do Estatuto Social, de modo a ajustar a composição da Diretoria da Companhia para até 6 (seis) membros, , passando o referido dispositivo a vigorar com a seguinte redação: ***"Artigo 10 –** A Diretoria será composta por, no mínimo 2 (dois) e, no máximo, 6 (seis) membros, residentes e domiciliados no país, eleitos, com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos. **Parágrafo Primeiro** – Os Diretores terão as atribuições estabelecidas nos parágrafos abaixo e no Artigo 12. **Parágrafo Segundo** – Os membros da Diretoria terão uma das seguintes denominações específicas: **(i)** Diretor Administrativo e Financeiro; **(ii)** Diretor Técnico; ou **(iii)** Diretor Sem Designação Específica."* **(iii)** Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, em razão das deliberações previstas nos itens (i) a (iii) acima, conforme minuta consolidada constante do **Anexo I**. **(iv)** Aprovar a **(i)** reeleição e a posse dos seguintes diretores, Sr. Carlos Eduardo Assumpção Olesko, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 6126530, inscrito no CPF/MF sob o nº 024.186.359-70, com endereço comercial na Avenida Presidente Wilson, nº 231, salas 1703 (parte) e 1704 (parte), Edifício Palácio Austregésilo de Athayde, Centro, RJ, Estado do RJ, CEP 20030021, para ocupar o cargo de Diretor Sem Designação Específica, conforme respectivo termo de posse (**Anexo II**) e o Sr. Pedro Henrique Chrispim de Paiva, brasileiro, solteiro, economista, portador da carteira de identidade n.º 24.911.569-2, inscrito no CPF/MF sob o nº 123.065.577-92, com endereço comercial na Avenida Presidente Wilson, nº 231, salas 1703 (parte) e 1704 (parte), Edifício Palácio Austregésilo de Athayde, Centro, RJ, Estado do RJ, CEP 20030021, para ocupar o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro da Companhia; conforme respectivo termo de posse (**Anexo III**);e **(ii)** eleição e a posse dos seguintes diretores Sr. Leandro da Silva Reis, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade nº 1506621, inscrito no CPF/MF sob o nº 803.722.601-87, com endereço comercial na Avenida Presidente Wilson, nº 231, salas 1703 (parte) e 1704 (parte), Edifício Palácio Austregésilo de Athayde, Centro, RJ, Estado do RJ, CEP 20030021, para ocupar o cargo de Diretor Sem Designação Específica, conforme respectivo termo de posse (**Anexo IV**) e Sr. Frederich Einstein Alves da Silva, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador da carteira de identidade n.º M- 7408238, expedida por SSP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 001.448.056-50, com endereço comercial na Avenida Presidente Wilson, nº 231, salas 1703 (parte) e 1704 (parte), Edifício Palácio Austregésilo de Athayde, Centro, RJ, Estado do RJ, CEP 20030021, para ocupar o cargo de Diretor Técnico, conforme respectivo termo de posse (**Anexo V**); e **(v)** Autorizar os diretores da Companhia eleitos a praticarem todos e quaisquer atos necessários para registro e publicação da presente perante todas e quaisquer instituições e autoridades públicas e/ou privadas, conforme necessário e, ainda, para registro das ações emitidas nos livros próprios. **6. ENCERRAMENTO, LAVRATURA E APROVAÇÃO DA ATA**: Nada mais havendo a ser tratado, os acionistas da Companhia aprovaram a lavratura desta ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme disposto no artigo 130, § 1º, da Lei das S.A. Foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada. **Acionista Presente**: **CYMI Construções e Participações S.A.** (Carlos Eduardo Assumpção Olesko e Leandro da Silva Reis); **Assinaturas da Mesa:** Carlos Eduardo Assumpção Olesko – Presidente; Leandro da Silva Reis – Secretário. A presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. RJ, 31/03/26. MESA: **Carlos Eduardo Assumpção Olesko** - Presidente da Assembleia; **Leandro da Silva Reis -** Secretário da Assembleia; ACIONISTA: **CYMI CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A. - Carlos Eduardo Assumpção Olesko -** Diretor; **Leandro da Silva Reis -** Diretor.

ESTATUTO SOCIAL DA LOBO GUARA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E DURAÇÃO: Artigo 1 - A companhia tem a denominação de **LOBO GUARA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.** ("Companhia") e é uma sociedade anônima, de capital fechado, que será regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais. Artigo 2 - A Companhia tem sede e foro na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson n.º 231, salas 1703 (parte) e 1704 (parte), Edifício Palácio Austregésilo de Athayde, Centro, CEP 20030-021, podendo abrir e extinguir filiais, escritórios ou representações em qualquer localidade do território nacional ou do exterior, mediante deliberação dos Diretores. Artigo 3 - A Companhia terá prazo de duração indeterminado. **CAPÍTULO II - OBJETO SOCIAL:** Artigo 4 - A Companhia tem como objeto social único e exclusivo a implantação e exploração do empreendimento referente ao Lote 01 do Leilão de Transmissão n.º 01/2026 da Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL, composto pelas seguintes instalações nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais: **(i)** SE 500/138 kV Nova Extrema e do seccionamento da LT 500 kV Estreito – Fernão Dias C2 na Subestação Nova Extrema, incluindo as respectivas unidades de transformação, conexões das unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, equipamentos de compensação de reativos e suas conexões, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio; e **(ii)** bem como a continuidade da prestação do Serviço Público de Transmissão, mediante a operação e manutenção das instalações SE 230/138 kV Nilo Peçanha e LT 230 kV Santa Cabeça – Nilo Peçanha C1, incluindo a respectiva unidade de transformação, seus módulos de conexão, entrada de linha, barramentos, sistemas de controle, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, oscilografia, proteção, comando, controle, teleproteção, telecomunicação, administração e apoio. **CAPÍTULO III - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES:** Artigo 5 - O capital social da Companhia é de R$ 1.000,00 (um mil reais), dividido em 1.000,00 (mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Parágrafo Primeiro - Todas as ações são indivisíveis em relação à Companhia e cada ação ordinária confere a seu titular 1 (um) voto nas Assembleias Gerais. Parágrafo Segundo – É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia. **CAPÍTULO IV - ASSEMBLEIAS GERAIS:** Artigo 6 - As Assembleias Gerais serão ordinárias ou extraordinárias. As Assembleias Gerais ordinárias realizar-se-ão nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social e as extraordinárias, sempre que os interesses sociais exigirem. Artigo 7 - As Assembleias Gerais serão convocadas por qualquer membro da Diretoria, ou, ainda, por acionista, nos termos da Lei n.º 6.404 de 1976. Parágrafo Primeiro - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, em 1ª (primeira) convocação, e de 5 (cinco) dias úteis, em 2ª (segunda) convocação. Parágrafo Segundo - As Assembleias Gerais serão instaladas com a presença de acionistas representando a totalidade do capital social votante, em 1ª (primeira) convocação, e com qualquer número de acionistas em 2ª (segunda) convocação, e serão presididas alternadamente por representante de cada um dos acionistas, o qual escolherá o secretário. Artigo 8 - Compete privativamente à Assembleia Geral: 1) a modificação do objeto social da Companhia; 2) o aumento do capital social; 3) a redução do capital social da Companhia; 4) a emissão pública ou privada, no Brasil ou no exterior, primária ou secundária, de quaisquer ações, debêntures ou quaisquer outros valores mobiliários (conversíveis ou não) pela Companhia, caso aplicável, ou a oferta primária ou secundária de quaisquer títulos da Companhia, caso aplicável, em bolsa de valores ou outro sistema equivalente, no Brasil ou no exterior; 5) a criação de qualquer classe de ações ordinárias ou preferenciais de emissão da Companhia, caso aplicável, ou aumento de classe de ações preferenciais existentes, bem como a conversão de ações em qualquer outra classe ou espécie, ressalvada a emissão de ações ordinárias ou preferenciais; 6) a alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais de emissão da Companhia, caso aplicável, ou criação de nova classe mais favorecida; 7) o pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia; 8) alteração da política de distribuição de dividendos da Companhia e a distribuição de dividendos pela Companhia, sem prejuízo do disposto no Artigo 23, §1º; 9) qualquer distribuição de juros sobre capital próprio pela Companhia; 10) a criação de qualquer reserva estatutária, reserva para contingências, reserva de capital ou reserva de lucros a realizar da Companhia, caso aplicável, assim como qualquer retenção de lucros ou a aprovação de um orçamento de capital, ressalvados o disposto nos Orçamentos Anual e Plurianual; 11) qualquer incorporação (incluindo incorporação de parcela cindida do capital de outra sociedade), incorporação de ações, fusão, cisão, transformação, reorganização ou consolidação de negócios envolvendo a Companhia, assim como qualquer desdobramento, grupamento, cancelamento, compra de ações para manutenção em tesouraria ou resgate de ações de emissão da Companhia; 12) a dissolução ou liquidação da Companhia ou a cessação de seu estado de liquidação, incluindo a nomeação ou remoção de liquidantes e a aprovação das contas dos liquidantes; 13) a fixação ou a alteração de quaisquer remunerações, bônus e/ou benefícios a serem pagos, a qualquer título, aos administradores ou aos membros do Conselho Fiscal (se instalado), conforme aplicável, da Companhia, observados os parâmetros definidos no Orçamento Plurianual; 14) a outorga de opção de compra de ações (ou modificação nas opções já outorgadas) aos administradores, aos empregados ou aos membros do Conselho Fiscal (se instalado), conforme aplicável, da Companhia, ou a qualquer pessoa, natural ou jurídica, bem como qualquer ente desprovido de personalidade jurídica, organizado de acordo com a legislação brasileira ou estrangeira, que preste serviços à Companhia, acima dos valores previstos no Orçamento Anual e no Orçamento Plurianual; 15) a aprovação de reformas e modificações ao Estatuto Social da Companhia; 16) participação da Companhia em qualquer grupo de sociedades (conforme artigo 265 da Lei n.º 6.404 de 1976); 17) a aquisição, alienação, oneração ou, conforme aplicável, arrendamento de (a) participação em qualquer sociedade ou qualquer pessoa, natural ou jurídica, bem como qualquer ente desprovido de personalidade jurídica, ou (b) qualquer estabelecimento, exceto conforme previsto nos Orçamentos Plurianual e Anual; 18) a realização de quaisquer investimentos ou desinvestimentos pela Companhia em sociedades, fundos de investimento em participações, consórcios ou joint ventures, ou a celebração, rescisão, distrato, resilição ou renovação de quaisquer parcerias, acordos, incluindo acordos de acionistas ou alianças similares com quaisquer terceiros; 19) exceto conforme já aprovado nos Orçamentos Plurianual e Anual, a realização de qualquer investimento ou desinvestimento pela Companhia, incluindo a realização de quaisquer investimentos ou desinvestimentos em mercado financeiro ou de capitais, em valor superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) em qualquer período de 12 (doze) meses, valor este que será considerado por operação isolada ou conjunto de operações correlatas; 20) a modificação do Orçamento Plurianual e aprovação e modificação do Orçamento Anual; 21) a revisão e ratificação do Orçamento Plurianual anualmente; 22) exceto pelas operações já previstas nos Orçamentos Plurianual e Anual e qualquer de suas alterações posteriores, a aquisição, alienação, oneração ou arrendamento de bens do ativo da Companhia de qualquer valor, independentemente de sua utilização operacional, ou a aquisição, alienação, transferência, oneração ou arrendamento de uma parcela relevante (em uma operação ou em uma série de operações relacionadas) dos ativos ou dos negócios da Companhia, em qualquer caso de valor superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) em uma operação isolada ou em um conjunto de operações da mesma natureza no prazo de 12 (doze) meses; 23) exceto conforme já aprovado nos Orçamentos Plurianual e Anual, a obtenção de qualquer endividamento em valor superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) em qualquer período de 12 (doze) meses, valor este que será considerado por operação isolada ou conjunto de operações correlatas; 24) a concessão de empréstimos de qualquer valor ou prestação de quaisquer garantias em favor de terceiros ou afiliadas, incluindo fiança ou aval, pela Companhia e as garantias aprovadas para a obtenção de financiamentos da própria Companhia, exceto a garantia exigida para importação de equipamentos pela Companhia; 25) a realização de quaisquer atos que resultem em quaisquer ônus ou gravames nos ativos da Companhia, em valor superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) em qualquer período de 12 (doze) meses, valor este que será considerado por operação isolada ou conjunto de operações correlatas; 26) a celebração ou alteração de qualquer contrato ou a realização de qualquer operação pela Companhia, que resulte em qualquer obrigação de exclusividade ou não competição; 27) a criação ou o início de atuação em qualquer novo ramo de negócio ou atividade distinto do curso normal dos negócios da Companhia, bem como o encerramento ou a alteração de qualquer negócio ou atividade desenvolvida ou explorada dentro do curso normal dos negócios da Companhia; 28) a contratação de operações de mercado futuro, derivativos e contratação de hedge; 29) a aquisição, alienação, cessão do uso, oneração ou licenciamento, seja gratuito ou oneroso, de qualquer propriedade intelectual da ou pela Companhia; 30) a antecipação ou prorrogação do prazo de recebimento, ou liquidação antecipada de obrigações, da Companhia, de qualquer valor não previsto nos Orçamentos Plurianual e Anual; 31) qualquer ato cuja natureza seja diferente do tipo de negócio realizado no curso normal dos negócios da Companhia; 32) a eleição da Diretoria e de membros de quaisquer comitês, estatutários ou não; 33) aprovação e distribuição de dividendos intercalares e intermediários; 34) autorizar a realização de qualquer pagamento ou desembolso, a assunção de qualquer obrigação ou compromisso, bem como a celebração de qualquer contrato ou acordo, em valor superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) em uma operação isolada ou em um conjunto de operações da mesma natureza no prazo de 12 (doze) meses, por parte da Companhia, que não estejam previstos no Orçamento Anual e no Orçamento Plurianual; e 35) abrir ou fechar filiais e/ou qualquer outro tipo de estabelecimento, seja de natureza comercial, industrial, administrativa ou outra, da Companhia. Parágrafo Único - Os quóruns de aprovação referentes às matérias previstas nas alíneas do *caput* desse Artigo 8º observarão o disposto na legislação aplicável. **CAPÍTULO V - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA:** Artigo 9 - A Companhia será administrada por uma Diretoria. **Seção I - DIRETORIA:** Artigo 10 – A Diretoria será composta por, no mínimo 2 (dois) e, no máximo, 6 (seis) membros, residentes e domiciliados no país, eleitos, com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos. Parágrafo Primeiro – Os Diretores terão as atribuições estabelecidas nos parágrafos abaixo e no Artigo 12. Parágrafo Segundo – Os membros da Diretoria terão uma das seguintes denominações específicas: (i) Diretor Administrativo e Financeiro; (ii) Diretor Técnico; ou (iii) Diretor Sem Designação Específica; Parágrafo Terceiro - O Diretor Administrativo e Financeiro, além de outras atribuições que poderão ser determinadas pela Assembleia Geral, será responsável pela implementação, monitoramento e controle das políticas, diretivas e atividades financeiras, contábeis e administrativas da Companhia, tendo autonomia integral no desenvolvimento e execução de suas atividades. No exercício de suas atividades, o Diretor Administrativo e Financeiro será responsável pela coordenação e supervisão das Gerências Financeira, de Controle, de Contabilidade, de Recursos Humanos, Administrativa e de Tecnologia da Informação, as quais terão suas atribuições específicas definidas pelo Diretor Administrativo e Financeiro. Parágrafo Quarto - Caberá ainda ao Diretor Administrativo e Financeiro elaborar e apresentar aos comitês competentes, estatutários ou não, o quadro de acompanhamento dos efetivos desembolsos ocorridos para a implantação de empreendimentos, referentes aos 3 (três) meses anteriores, contendo os pagamentos mensais referentes à construção de empreendimentos, devidamente deflacionados de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulado para a data base referenciada em 1º de maio de 2014, bem como a documentação de suporte dos desembolsos realizados. Parágrafo Quinto - O Diretor Técnico, além de outras atribuições que poderão ser determinadas pela Assembleia Geral, será responsável por todas as questões técnicas relacionadas diretamente à implantação de empreendimentos da Companhia, ao EPC, aos subcontratos de empresas construtoras, à contratação e pagamento de fornecedores, à operação e manutenção de empreendimentos e ao encaminhamento de informações técnicas, dentre as quais as medições mensais e documentos de acompanhamento elaborados no âmbito do EPC, aos comitês competentes, estatutários ou não. Caberá ainda ao Diretor Técnico requerer às construtoras contratadas a aquisição dos materiais e/ou equipamentos a serem adquiridos pela Companhia. Parágrafo Sexto - Os Diretores serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado em livro próprio. Parágrafo Sétimo - Terminado o prazo do mandato, os Diretores permanecerão nos seus cargos até a posse dos seus sucessores. Artigo 11 – Ocorrendo vacância do cargo de Diretor, será convocada Assembleia Geral, no prazo 10 (dez) dias úteis, contado da verificação da vacância, para eleição do substituto, que deverá completar o restante do mandato. Artigo 12 – Ressalvados os atos para os quais a competência seja, por lei, pelo presente Estatuto Social ou por acordo de acionistas, atribuída à Assembleia Geral, compete à Diretoria: (i) exercer os poderes de administração geral e a gestão das atividades da Companhia, exceto aqueles cuja competência esteja reservada à Assembleia Geral; (ii) zelar pela execução das deliberações da Assembleia Geral; (iii) elaborar e submeter à Assembleia Geral, em cada exercício, o relatório da administração e as demonstrações financeiras; (iv) elaborar e submeter à Assembleia Geral as solicitações de aumento de capital; (v) postergar o prazo de pagamento de quaisquer recebíveis ou liquidação de obrigações, da Companhia, de qualquer valor, conforme previsto no Orçamento Plurianual; (vi) apresentar ao Comitês de Gestão as demonstrações financeiras trimestrais em até 10 (dez) dias após sua elaboração; (vii) efetuar qualquer contratação e demissão de empregados e alterações nos termos e condições dos seus respectivos contratos de trabalho, níveis salariais, forma de remuneração e benefícios concedidos, desde que estejam dentro do limite do Orçamento Plurianual de Implantação do Empreendimento; (viii) constituir procuradores *ad negocia* e *ad judicia*; (ix) representar a Companhia ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente; (x) submeter aos membros do Comitê de Gestão todo e qualquer documento e/ou informação requerida; (xi) cumprir o Orçamento Anual, sendo admitidos acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento), desde que o Orçamento Plurianual de Implantação do Empreendimento não seja de qualquer forma excedido; e (xii) cumprir, a qualquer tempo, as Políticas Anticorrupção da Companhia. Artigo 13 – Ressalvado o disposto no parágrafo único, a Companhia será representada e somente se obrigará da seguinte forma: (a) pela assinatura de 2 (dois) Diretores em conjunto; (b) pela assinatura de 1 (um) Diretor agindo em conjunto com 1 (um) procurador; ou (c) pela assinatura de 2 (dois) procuradores em conjunto. Parágrafo Único - As procurações da Companhia serão outorgadas por 2 (dois) Diretores em conjunto, especificando os poderes outorgados, sendo vedada a outorga de poderes amplos de administração ou com prazo superior a 1 (um) ano, ressalvadas, nesta última hipótese, as procurações outorgadas (i) no âmbito do processo de financiamento de longo prazo da Companhia e (ii) a advogados para representação da Companhia em processos judiciais, administrativos ou arbitrais, as quais poderão ser outorgados por prazo indeterminado, observadas, em qualquer caso, as regras e limitações previstas neste Estatuto Social. Artigo 14 – São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador ou empregado da Companhia que a envolverem em obrigações estranhas ao seu objeto social, salvo quando previamente autorizados pela Assembleia Geral. **CAPÍTULO VI - CONSELHO FISCAL:** Artigo 15 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujo funcionamento não será permanente. Parágrafo Primeiro - Caso venha a ser instalado, o Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, eleitos pela Assembleia Geral em que for requerido o seu funcionamento, para um mandato que durará até a primeira Assembleia Geral Ordinária seguinte à sua eleição, podendo ser reeleitos. Parágrafo Segundo - Os membros do Conselho Fiscal tomarão posse mediante a assinatura do termo respectivo, lavrado em livro próprio. Artigo 16 – Em caso de vacância no Conselho Fiscal, será convocada Assembleia Geral, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da verificação da vacância, para eleição do substituto e respectivo suplente, para complementar o restante do mandato. Parágrafo Único - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral. **CAPÍTULO VII - EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇOS E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS:** Artigo 17 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. Artigo 18 – Ao fim de cada exercício, a Diretoria elaborará, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras, observada a legislação então vigente, submetendo-as à Assembleia Geral, que, após aprová-las, as submeterá à Assembleia Geral juntamente com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício. Parágrafo Primeiro - A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou referentes a períodos menores e, mediante deliberação da Assembleia Geral, distribuir dividendos intermediários com base nos resultados apurados ou à conta de lucros acumulados ou reserva de lucros. Parágrafo Segundo - A Companhia, mediante deliberação da Assembleia Geral, poderá creditar ou pagar aos acionistas juros sobre capital próprio, podendo as importâncias pagas ou creditadas a este título ser imputadas ao valor do dividendo mínimo obrigatório. Artigo 19 – Do lucro líquido do exercício, obtido após as deduções legais, serão aplicados: (i) 5% (cinco por cento) na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo dela, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social; e (ii) Os dividendos obrigatórios serão de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. Parágrafo Primeiro – A Assembleia Geral determinará a destinação do saldo restante do lucro líquido do exercício, se houver. Parágrafo Segundo – Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei e, se não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, reverterão em favor da Companhia, na forma da lei, sendo convertidos em reserva de capital. Parágrafo Terceiro – Eventual saldo do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal, da declaração do dividendo mínimo obrigatório de que trata o artigo anterior, deduzido ainda do valor destinado pela Assembleia Geral para outras reservas de lucros cuja constituição se faça necessária, poderá ser destinado à "Reserva de Dividendos Complementares". **CAPÍTULO VIII - LIQUIDAÇÃO:** Artigo 20 – A Companhia somente será dissolvida ou liquidada nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral nomear o liquidante e determinar a forma de liquidação, devendo o Conselho Fiscal funcionar durante todo o período da liquidação. **CAPÍTULO IX - DISPOSIÇÕES GERAIS:** Artigo 21 – A Companhia disponibilizará a seus acionistas contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia, se existentes. Visto da advogada responsável: **Bruna Lage Richter -** OAB/RJ 158899. Jucerja nº 7717531em 16/04/2026.

CASO MASTER

Ex-presidente do BRB acertou propina de R$ 146 milhões

FELIPE PONTES/ABRASIL

O ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa teria combinado com o dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, o recebimento de propina estimada em R$ 146,5 milhões. A informação consta na decisão do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), que autorizou a prisão de Costa realizada ontem pela Polícia Federal, na quarta fase da Operação Compliance.

O valor seria recebido por meio de quatro imóveis de alto padrão em São Paulo e dois em Brasília. A Polícia Federal disse ter rastreado, até o momento, o pagamento de ao menos R$ 74 milhões.

O restante da propina só não teria sido pago em razão de Vorcaro ter descoberto a abertura de procedimento investigatório na PF justamente sobre os pagamentos feitos a Costa. Segundo os investigadores, o banqueiro travou os repasses após ser informado sobre tal procedimento sigiloso.

Ainda segundo a PF, Vorcaro recebeu de seu funcionário Felipe Mourão, em 24 de junho de 2025, uma cópia da investigação, por meio do aplicativo WhatsApp.

A data é posterior à interrupção dos pagamentos, feita em maio, mas Mendonça deu crédito à versão da PF, afirmando que "o conjunto de elementos informativos colhidos até o momento aponta a alta probabilidade de que ele tenha tido ciência da instauração do procedimento antes do recebimento das respectivas cópias".

Além de Costa, foi preso também o advogado Daniel Monteiro, apontado como seu testa de ferro e que teria recebido, pessoalmente, R$ 86,1 milhões em proveito ilegal.

A prisão preventiva dos dois foi feita com base na "permanência dos atos de ocultação patrimonial, o risco de interferência na instrução, a possibilidade de rearticulação da engrenagem financeira e jurídica do esquema, além da necessidade de assegurar a ordem pública, a ordem econômica e a efetividade da persecução penal", escreveu Mendonça.

A contrapartida para a propina seria que Paulo Henrique Costa usasse os recursos do BRB, banco controlado pelo governo do Distrito Federal, para comprar carteiras de crédito falsas do Banco Master.

Até o momento, sabe-se que ao menos R$ 12,2 bilhões em carteiras ruins foram comprados, mas o número exato ainda não foi apresentado pelo BRB e pode ser maior.

Desde que foi deflagrada, a Compliance Zero investiga a existência de uma engrenagem ilícita concebida para viabilizar a fabricação, venda e cessão de carteiras de crédito fictícias do Banco Master ao BRB.

ALZHEIMER

Justiça autoriza interdição de ex-presidente FHC a pedido da família

CAIO POSSATI/AE

A Justiça de São Paulo autorizou a interdição do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), de 94 anos, após pedido da família. A decisão, publicada na quarta-feira passada, é assinada pela juíza Ana Lúcia Xavier Goldman, da 2ª Vara da Família e Sucessões.

Na petição, a qual o Estadão teve acesso, a solicitação foi feita pelos três filhos do ex-presidente por conta do agravamento do quadro de saúde. FHC foi diagnosticado com Alzheimer e enfrenta a doença em estágio avançado.

De acordo com o documento, Paulo Henrique Cardoso, filho mais velho de FHC, que já estava à frente dos cuidados com o pai e da gestão das finanças e bens, passa a ser o responsável legal pelos atos civis do ex-presidente.

A nomeação é baseada em laudos médicos anexados à petição. O pedido, assinado pelos advogados Caetano Berenguer, Henrique Ávila, Fabiano Robalinho Cavalcanti, Gabriel Spuch e Bruno Sanders, destaca a relação de confiança entre o pai e os filhos, que já estavam como responsáveis legais por meio de uma procuração. O caso é acompanhado pelo Ministério Público.

FORAGIDA

Corte italiana dá novo parecer a favor da extradição de Carla Zambelli

FELIPE PONTES/ABRASIL

MICHAEL JESUS/ABRASIL

A Corte de Apelação de Roma, na Itália, proferiu ontem mais uma decisão favorável à extradição da ex-deputada federal Carla Zambelli (**foto**), solicitada pelo governo brasileiro após a condenação dela pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

O tribunal italiano já havia se manifestado favoravelmente à extradição na ação em que Zambelli foi condenada pela invasão aos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ocorrido em 2023.

Agora, a mesma Corte acolheu o pedido também em relação a uma segunda condenação, por porte ilegal de arma de fogo, cuja sentença foi de 5 anos e 3 meses de prisão.

Essa segunda condenação está relacionada ao episódio em que Zambelli sacou uma arma à luz do dia numa rua de São Paulo, enquanto perseguia um homem que a havia criticado. O episódio ocorreu em outubro de 2022, pouco antes do segundo turno da eleição presidencial daquele ano.

Zambelli alega perseguição política e apresentou recurso contra a primeira decisão que autorizou a extradição. Também cabe recurso da segunda decisão.

Em resposta à TV Brasil, a defesa de Zambelli informou que "a decisão de ontem é passível de recurso, e pretendemos apelar à Corte de Cassação, da mesma maneira em que foi feito no outro processo."

FUGA

Portadora de passaporte italiano, a ex-deputada saiu do país em junho do ano passado, pela fronteira terrestre com a Argentina, e foi para a Itália antes de o Supremo determinar sua prisão.

Após a fuga para a Itália, o governo brasileiro solicitou a extradição da ex-deputada para o Brasil. Em julho do ano passado, Zambelli foi presa em Roma, capital da Itália e, desde então, teve negados diferentes pedidos para aguardar a decisão sobre a extradição em liberdade.

No momento ela está encarcerada no presídio de Rebibbia, em Roma.

Ainda que as decisões sejam confirmadas, a decisão final sobre eventual extradição cabe ao ministro da Justiça da Itália, Carlo Nordio.

FIM DA ESCALA 6X1

Governo rejeita desoneração para compensar redução de jornada

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

Recém-empossado no cargo de ministro das Relações Institucionais, José Guimarães disse que não vê com bons olhos a possibilidade de o governo implementar políticas de desoneração como forma de compensar setores que, eventualmente, possam ser prejudicados pela redução da atual jornada de seis dias de trabalho semanal.

"Sempre se tenta empurrar mais políticas de desoneração no Congresso Nacional. Isso não deu certo em outras situações, como vimos no governo da Dilma. O Brasil não pode seguir esse caminho", disse ontem o ministro, durante café da manhã com jornalistas.

Para Guimarães, o comprometimento de receitas visando à desoneração de setores pode colocar em risco o equilíbrio federativo.

Ele, no entanto, garantiu que o governo estará sempre disposto a sentar à mesa para negociar, inclusive sobre a possibilidade de haver algum período de transição, desde que seja curto, para a implementação da nova regra.

"Nunca se votou matéria polêmica sem que as partes cedam. É possível discutirmos isso, mas esse debate terá de ser feito no Congresso Nacional", disse. "Na política, você tem de fazer negociações no fio da navalha, mas sem mudar de lado", acrescentou.

JORNADA DESUMANA

José Guimarães disse que percebe, de forma quase consensual no Congresso, "uma visão de que essa jornada desumana tem de acabar", possibilitando, ao trabalhador, pelo menos dois dias de descanso semanal.

Segundo ele, o governo pretende aproveitar que maio é o mês do trabalhador para dar ainda mais força ao debate, e que já estão agendadas para os próximos dias reuniões com os presidentes das duas casas legislativas, inclusive para definir se a matéria avançará por meio de PEC ou PL.

JUSTIÇA

STF decide que piso nacional deve ser pago a professores temporários

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem que professores temporários da rede pública de estados e municípios têm direito ao pagamento do piso salarial nacional do magistério público, atualmente em R$ 5.130,63.

Com a decisão, a Corte reconheceu que professores temporários e efetivos da rede pública devem receber o piso. Antes da decisão, somente os efetivos tinham o direito garantido.

A decisão foi motivada por um recurso protocolado por uma professora temporária de Pernambuco que recorreu à Justiça para que fosse reconhecido o direito ao recebimento do piso. De acordo com o processo, ela recebia cerca de R$ 1,4 mil para cumprir uma carga horária de 150 horas mensais.

O pagamento do piso salarial nacional para os profissionais do magistério da educação básica pública está previsto na Constituição e foi regulamentado pela Lei 11.738 de 2008.

O piso é atualizado anualmente pelo Ministério da Educação. Para 2026, o valor foi fixado em R$ 5.130,63 para jornada de 40 horas semanais. Professores que têm jornadas maiores devem receber de forma proporcional ao piso estabelecido.

Apesar de estar previsto na Constituição, o piso não é pago por todos os estados e municípios tanto para professores efetivos quanto para temporários. Os entes alegam que não têm recursos suficientes para o pagamento integral.

Contudo, parte do pagamento é garantido por verbas federais do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Cabe os estados e municípios fazer o complemento financeiro.

VOTOS

O relator do caso, ministro Alexandre de Moraes, defendeu o pagamento do piso aos temporários e reforçou que o benefício também é devido aos efetivos.

Para o relator, estados e municípios usam subterfúgios para contratar professores temporários.

"Pouco importa a região, isso se tornou um costume de gestão para diminuir os custos, mas não levando em conta a primeira necessidade na educação, que é investir nos professores", afirmou.

O entendimento foi seguido pelos ministros Flávio Dino, Cristiano Zanin, André Mendonça, Dias Toffoli, Nunes Marques, Luiz Fux, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes e Edson Fachin.

PROFESSORES

Durante o julgamento, a advogada Mádila Barros, representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT), citou dados do Censo Escolar que mostram que cerca de 42% dos professores de escolas públicas do país são temporários. Além disso, o levantamento demonstra que uma em cada três prefeituras não pagam o piso salarial para os efetivos.

Na avaliação da advogada, a falta de pagamento do piso impacta principalmente na vida das mulheres, que convivem com dupla jornada de trabalho em casa e na escola.

"Essa força majoritária feminina tem sido vista pelo estado como mão de obra mais barata. Elas são contratadas temporariamente, sem direitos assegurados aos efetivos, como plano de carreira, 13° salário e férias com um terço constitucional", afirmou.

Eduardo Ferreira, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), afirmou que a qualidade de ensino necessita da valorização dos profissionais da educação.

Na avaliação do advogado, o salário dos professores está vinculado à proficiência dos estudantes.

"O estado, não só de Pernambuco, mas vários outros, contratam professores temporários, ano após ano, em percentual muito acima daquele tolerável pela educação", comentou.

LIMITAÇÃO

A Corte também aceitou sugestão feita pelo ministro Flávio Dino e limitou a cessão de professores efetivos para trabalho em outros órgãos públicos. Com a decisão, a cessão deverá ser limitada em 5% do quadro de professores estadual ou municipal para diminuir a contratação de temporários. O percentual valerá até a aprovação de uma lei sobre a questão.

"Se cede 30% do quadro, como a sala de aula continua? Contratam-se temporários, e se cria uma conta inesgotável. Se nós temos 20 mil professores em uma rede, se cinco, seis mil são cedidos, isso significa dizer que vai gerar uma demanda de cinco, seis mil temporários", justificou Dino.

AGRESTE

Adutora deve beneficiar 195 mil pessoas com novos trechos

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) assinou a ordem de serviço para dois novos trechos da Adutora do Agreste Pernambucano. A medida autoriza o início das obras em dois lotes que somam mais de R$ 72 milhões em investimentos.

Cerca de 195 mil pessoas serão beneficiadas diretamente com esses trechos.

A ordem de serviço foi assinada ontem, em Recife (PE), pelo ministro Waldez Góes e se refere aos lotes 3B (Buíque/Iati) e 5E (São Caetano/Cachoeirinha). As intervenções incluem a implantação de sistemas de adução e estação elevatória, ampliando a infraestrutura necessária para levar água tratada a municípios da região.

"No caso da Adutora do Agreste, além do impacto social, ela tem um impacto econômico muito forte. Ano passado, estive aqui com o presidente Lula cumprindo a agenda do Caminho das Águas, e demos a ordem de serviço para duplicar o bombeamento de todo o Eixo Norte do Projeto da Transposição do Rio São Francisco, dobrando a quantidade de água para o povo nordestino, especialmente os pernambucanos", afirmou Waldez Góes.

O primeiro trecho (3B) prevê o assentamento de 11,7 quilômetros de tubulações, além da execução da Estação Elevatória de Água Tratada de Iati. A obra beneficiará diretamente mais de 174 mil habitantes dos municípios de Buíque, Tupanatinga, Itaíba, Águas Belas e também de Iati.

OUTONO: Sol com poucas nuvens. Não chove. Manhã Tarde Noite 32º 20º 5% 06:05 17:41

CASO HENRY

PGR pede ao STF retorno de Monique Medeiros à prisão

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

A Procuradoria-Geral da República (PGR) manifestou-se ao Supremo Tribunal Federal (STF), na quarta-feira passada, para que determine o retorno à prisão de Monique Medeiros, acusada no caso Henry Borel e mãe da criança assassinada.

A PGR corrobora a reclamação encaminhada à Corte por Leniel Borel, assistente de acusação e vítima direta dos crimes que resultaram na morte de seu filho, Henry Borel.

O documento da PGR encaminhado ao ministro Gilmar Mendes reconhece que o relaxamento da prisão de Monique pelo 2º Tribunal do Júri, em março, "importa em violação à autoridade das decisões do Supremo Tribunal Federal que, em análise de mérito para o mesmo caso, restabeleceram a segregação para garantia da ordem pública e conveniência da instrução".

Na manifestação, a PGR observa que "a aferição de excesso de prazo não se reduz a critério puramente aritmético, devendo observar o princípio da razoabilidade, a complexidade do feito e a conduta das partes".

No documento, a Procuradoria-Geral da República escreve que "inexiste constrangimento ilegal por excesso de prazo quando o adiamento do julgamento decorre de ato da defesa do corréu (abandono de plenário) e de oposição da própria ré à cisão processual".

A manifestação também afasta a tese de excesso de prazo ao destacar que o adiamento do julgamento decorreu de ato da defesa, não podendo tal manobra beneficiar réus por crime de tamanha gravidade.

"Como pai, assistente de acusação e vítima dessa tragédia, sempre tive a convicção de que não era possível aceitar passivamente mais esse retrocesso. A manifestação da PGR mostra que nossa iniciativa junto ao Supremo está correta, firme e juridicamente necessária. Não se pode transformar atraso provocado pela defesa em argumento para enfraquecer a Justiça. Meu filho Henry merece respeito e a Justiça precisa prevalecer", afirmou Borel ao comentar a decisão da PGR.

Leniel Borel disse que seguirá firme para impedir que "a luta por justiça pelo meu filho, Henry Borel, seja marcada por novos retrocessos e para garantir que sua memória seja defendida com seriedade, responsabilidade e verdade".

ENTENDA O CASO

Em 23 de março, no dia do julgamento de Jairo Souza Santos, o Dr. Jairinho, e Monique Medeiros, acusados da morte do menino Henry Borel, a juíza Elizabeth Machado Louro, que presidia a sessão, decidiu soltar a acusada argumentando que "a defesa de Dr. Jairinho, padrasto de Henry, pediu o adiamento do júri, por falta de acesso às provas".

Após o indeferimento do pedido da defesa pela juíza, os advogados de defesa abandonaram o plenário. Com essa atitude, o julgamento foi adiado para 25 de maio.

A pedido da defesa de Monique, a juíza relaxou a prisão da ré, por entender que ela foi prejudicada pelo abandono da defesa de Jairo, que provocou o adiamento do julgamento.

GUERRA NO ORIENTE

Trump anuncia cessar-fogo entre Israel e Líbano

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou, ontem, que costurou um acordo de cessar-fogo entre Líbano e Israel de dez dias a partir da noite de ontem.

A trégua era uma das exigências do Irã para continuidade das negociações com os EUA.

O parlamentar do Hezbollah, Ibrahim al-Musawi, disse à agência francesa AFP que o grupo respeitará o acordo se os ataques israelenses cessarem. O governo em Tel Aviv não se manifestou.

"Acabei de ter excelentes conversas com o altamente respeitado presidente Joseph Aoun, do Líbano, e com o primeiro-ministro Bibi (Benjamin) Netanyahu, (o genocida), de Israel. Esses dois líderes concordaram que, para alcançar a paz entre seus países, iniciarão formalmente um cessar-fogo de 10 dias às 17h (horário de Brasília"), disse Trump em uma rede social.

Ainda segundo o chefe da Casa Branca, "ambos os lados querem ver a paz, e acredito que isso acontecerá, em breve!".

Apesar do anúncio envolver o governo libanês, ele não tem poder sobre o grupo Hezbollah, que funciona como espécie de partido-milícia ligado ao Eixo da Resistência, formados por grupos que se opõem às políticas dos EUA e de Israel no Oriente Médio, entre eles, o Irã.

O presidente do Líbano, Joseph Aoun, informou, em comunicado, que agradeceu Trump pelos esforços para se chegar a um cessar fogo no Líbano e garantir a paz permanente "para alcançar o processo de paz na região e desejou que ele continuasse esses esforços para um cessar-fogo o mais rápido possível".

Nas redes sociais, o primeiro-ministro do Líbano, Nawaf Salam, saudou o anúncio de Trump.

"Acolho com satisfação o anúncio do cessar-fogo proclamado pelo presidente Trump, que constitui uma reivindicação libanesa central pela qual nos empenhamos desde o primeiro dia da guerra e que foi o nosso objetivo primordial no encontro de Washington na terça-feira", disse.

Representantes de Tel-Aviv e do Líbano se reuniram em Washington nesta semana pela primeira vez desde 1983, ano em que Israel invadiu o Líbano pela primeira vez.

O primeiro-ministro genocida Benjamin Netanyahu não se manifestou sobre o suposto acordo.

Segundo o jornal israelense The Times of Israel, os ministros do gabinete do governo receberam "com surpresa" a notícia. Netanyahu teria informado que concordou com o cessar-fogo à pedido do Trump. A oposição à Netanyahu criticou o cessar-fogo "imposto" à Israel.

Outro portal de notícias de Israel, o Ynet, informou que um oficial militar do país disse que as tropas continuariam no território libanês, apesar do cessar-fogo.

ENTENDA

A atual fase da guerra que envolve Israel e Líbano teve início em outubro de 2023, quando o Hezbollah inicia ataques contra o norte de Israel em solidariedade ao povo palestino, diante dos massacres na Faixa de Gaza.

Em novembro de 2024, foi costurado um acordo de cessar-fogo entre o grupo político militar xiita e Tel Aviv. Porém, tal acordo nunca foi respeitado por Israel, que continuava realizando ataques no Líbano.

Com o início da agressão contra o Irã, em 28 de fevereiro, o Hezbollah voltou a atacar Israel em resposta às violações sistemáticas do cessar-fogo nos últimos meses e também em retaliação ao assassinado do líder Supremo do Irã, Ali Khamenei.

No dia 8 de abril, é anunciado o cessar-fogo da guerra no Irã, mas Israel continua com ataques no Líbano, desrespeitando novamente o acordo, dessa vez, costurado pelo Paquistão.

O Irã vinha exigindo que o Líbano entrasse no cessar-fogo para continuar as negociações com os EUA, com a segunda rodada de conversas prevista para os próximos dias.

HISTÓRIA

O conflito entre Israel e o Hezbollah remonta à década de 1980, quando a milícia xiita foi criada em reação à invasão e ocupação de Israel no Líbano para perseguição dos grupos palestinos que buscavam refúgio no país vizinho.

Em 2000, o Hezbollah conseguiu expulsar os israelenses do país. Ao longo dos anos, o grupo se torna um partido político com assentos no Parlamento e participação nos governos. O Líbano ainda foi atacado pelo governo de Israel em 2006, 2009 e 2011.

PRAZO DA GUERRA

A legislação dos Estados Unidos (EUA) limita a 60 dias o prazo para finalizar uma guerra sem autorização formal do Congresso do país. O prazo da guerra que Donald Trump iniciou contra o Irã terminaria no próximo dia 1º de maio. Entretanto, a legislação permite prorrogar o conflito por mais 30 dias.

"Esse período de 60 dias será prorrogado por no máximo mais 30 dias, se o Presidente determinar e certificar ao Congresso por escrito que a necessidade militar inevitável em relação à segurança das Forças Armadas dos EUA exige o uso contínuo de tais forças armadas no curso da retirada imediata de tais forças", diz a Resolução dos Poderes de Guerra dos EUA, de 1973.

O professor de história e política da Universidade de Denver, dos EUA, o brasileiro Rafael R. Ioris, explicou à Agência Brasil que, historicamente, a Casa Branca sempre consegue justificar o direito de ações militares sem aval do Congresso. Entretanto, ele acredita que, dessa vez, vai depender de como se desenrolem os acontecimentos no Oriente Médio nas próximas semanas.

INVASÃO DE DOMICÍLIO

MPRJ denuncia policiais por crimes durante operação em favelas

CRISTINA INDIO DO BRASI/ABRASIL

Dez policiais militares foram denunciados pelo Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Gaesp/MPRJ). Os agentes foram apontados por crimes como invasão de domicílio, descumprimento de missão e desobediência.

Os crimes teriam sido cometidos durante uma operação nas comunidades Nova Holanda e Parque União, no Conjunto de Favelas da Maré, em janeiro de 2025. As denúncias foram encaminhadas à Auditoria da Justiça Militar.

Conforme o MPRJ, as investigações começaram depois de contatos de testemunhas com o plantão da ADPF 635 - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 635, conhecida como ADPF das Favelas, mantido pelo MPRJ.

Foram relatadas ocorrências de policiais lotados no Batalhão de Operações Especiais (Bope), que atuavam em uma operação do Comando de Operações Especiais (COE). As denúncias indicaram que os agentes não tinham autorização judicial e estavam fora das hipóteses legais, ao entrarem em residências da comunidade, sem que os moradores estivessem em casa.

"O cabo Rodrigo da Rocha Pita, em diversas ocasiões, usou uma chave do tipo 'mixa' para abrir portas de imóveis e permitir o ingresso nos locais, inclusive acompanhado de outros policiais, entre eles o sargento Cláudio Santos da Silva", informou o MPRJ, acrescentando que em algumas dessas ações, os agentes chegaram a surpreender moradores dentro das residências.

Segundo a denúncia, depois de invadirem os imóveis, os policiais utilizaram os espaços "para fins particulares, incompatíveis com a atividade policial", como descansar em sofás e camas, utilizar os banheiros das residências e, inclusive, consumir bebida encontrada no interior de um dos imóveis.

"Em alguns casos, os agentes permaneceram por períodos prolongados dentro das casas, mesmo estando escalados para ações de incursão e estabilização", completou.

CÂMERAS CORPORAIS

O MP informou ainda que houve irregularidades no uso das câmeras corporais dos policiais.

"Policiais como Rodrigo Rosa Araújo Costa e Diogo de Araújo Hernandes são acusados de obstruir deliberadamente os equipamentos, fazendo com que registrassem apenas imagens de 'tela preta'", afirmou, destacando que em outra situação, o cabo Jorge Guerreiro Silva Nascimento "teria direcionado a câmera de forma inadequada, impedindo a captação correta das ações realizadas durante a operação".

O GAESP/MPRJ denunciou ainda os sargentos Douglas Nunes de Jesus, Carlos Alberto Britis Júnior, Bruno Martins Santiago; o tenente Felippe Martins; e o cabo Diego Ferreira Ramos Martins.

ESPECIAL

Investimento em tecnologia amplia retorno econômico

e ganha espaço na estratégia industrial

POR REDAÇÃO

O investimento em tecnologia tem gerado retorno direto para a economia brasileira ao ampliar o valor agregado da produção, elevar a produtividade e impulsionar cadeias industriais, segundo estudos recentes e análises de especialistas. Dados divulgados em março de 2026 pela associação P&D Brasil mostram que a aplicação de tecnologia nacional pode gerar até 85% de retorno econômico, ao considerar desde a engenharia até as margens finais dos produtos.

O levantamento indica que bens produzidos com tecnologia desenvolvida no país retêm parcela maior de riqueza na economia quando comparados a itens importados ou fabricados com base em tecnologia estrangeira. Enquanto produtos com Processo Produtivo Básico concentram cerca de 52% do valor, os importados ficam em torno de 30%, o que reforça o impacto da inovação local na geração de renda e atividade econômica.

Esse movimento ocorre em um contexto em que o Brasil ainda investe menos em pesquisa, desenvolvimento e inovação do que outras economias. Segundo dados citados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, o país aplica cerca de 1,2% do Produto Interno Bruto no setor, abaixo de países como Estados Unidos e China.

Para especialistas, o retorno econômico está ligado à capacidade de internalizar conhecimento e gerar cadeias produtivas mais completas. Durante evento promovido pelo setor, o secretário de Desenvolvimento Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Uallace Moreira, afirmou que há um ambiente estruturado para inovação no país. "Existe um ecossistema setorial de inovação que permite implementar políticas públicas", disse.

No setor produtivo, a incorporação de tecnologia também tem reflexos diretos na eficiência. Estudos indicam que a adoção de soluções da chamada indústria 4.0 pode elevar a produtividade em até 58% em determinados segmentos, ampliando a competitividade e o potencial de crescimento econômico.

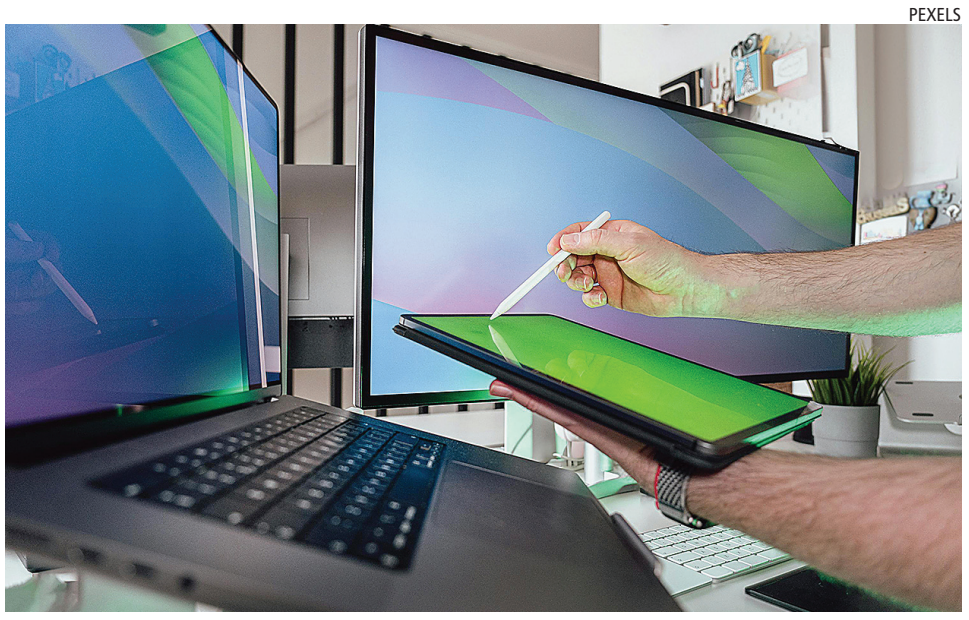
Tecnologia e produtividade industrial

A relação entre tecnologia e desempenho econômico também aparece em levantamentos sobre transformação digital. Empresas que adotam ferramentas tecnológicas conseguem reduzir custos operacionais, otimizar processos e ampliar a capacidade de produção. Esse avanço tem impacto direto no nível de atividade, com reflexos no emprego e na arrecadação.

No plano público, o investimento em ciência e tecnologia tem sido apontado como eixo de desenvolvimento. O governo federal registrou, entre 2023 e 2025, uma média anual de cerca de R$ 10 bilhões em recursos voltados ao setor, com foco na integração entre pesquisa, indústria e mercado.

Além disso, tendências globais reforçam o papel da tecnologia como vetor econômico. Relatórios internacionais indicam que áreas como inteligência artificial, biotecnologia e infraestrutura digital devem concentrar volumes crescentes de investimento nos próximos anos, com potencial de alterar padrões de produção e consumo.

Para analistas, o desafio brasileiro está em ampliar o volume de investimento e garantir continuidade nas políticas públicas. A expansão da capacidade tecnológica é vista como um fator determinante para elevar o valor agregado das exportações e reduzir a dependência de insumos externos.

Nesse cenário, o investimento em tecnologia se consolida como instrumento de política econômica e estratégia empresarial, ao combinar ganhos de produtividade com geração de valor dentro do país.

PEXELS